



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
(UNIRIO)

MONIQUE SÁ TEIXEIRA LEITE

“EU NÃO SEI SAMBAR”: manifestações culturais no mandato de Crivella no Rio de Janeiro

RIO DE JANEIRO

2022



MONIQUE SÁ TEIXEIRA LEITE

“EU NÃO SEI SAMBAR”: manifestações culturais no mandato de Crivella no Rio de Janeiro

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em Memória Social. Área de Concentração: Centro de Ciências Humanas e Sociais.

Orientadora: Edlaine de Campos Gomes

Rio de Janeiro

2022

L533 Leite , Monique Sá Teixeira
 "EU NÃO SEI SAMBAR": manifestações culturais no
mandato de Crivella no Rio de Janeiro / Monique Sá
Teixeira Leite . -- Rio de Janeiro, 2022.
158 f.

Orientadora: Edlaine de Campos Gomes.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação
em Memória Social, 2022.

1. Memória. 2. Marcelo Crivella. 3. Cultura. 4.
Política. 5. Controvérsias. I. Gomes, Edlaine de
Campos , orient. II. Título.

MONIQUE SÁ TEIXEIRA LEITE

“EU NÃO SEI SAMBAR”: manifestações culturais no mandato de Crivella no Rio de Janeiro

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em Memória Social. Área de Concentração: Ciências Humanas e Sociais.

Aprovada em: 16 / 03 / 2022.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Edlaine de Campos Gomes (orientadora)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Profa. Dra. Andréa Lopes da Costa Vieira
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Dr. Júlio César de Lima Bizarria
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Prof. Dr. Luís Claudio de Oliveira
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Prof. Dr. Marcelo Tavares Natividade
Universidade Federal do Ceará – UFC

AGRADECIMENTOS

A Exu, por ter me dado o caminho. A Oyá, por ter pousado na calçada por onde eu passava, para me lembrar que eu tinha a leveza e a força necessárias para chegar até o fim.

A Edlaine Gomes, minha orientadora, por ter sido tão presente durante o mestrado e o doutorado, pela paciência para entender os diversos momentos que passei durante o percurso e as minhas limitações enquanto orientanda.

À minha mãe, Tania, e minha tia, Eliana, por terem me oferecido a estrutura familiar e econômica necessária para concluir o mestrado e o doutorado. Sou privilegiada e sigo lutando para que a academia seja ocupada pelo povo pobre, preto, indígena, LGBTQIA+. É muito bom escrever linhas políticas pautadas pela esperança simbolizada pelo retorno do presidente Lula!

À minha amiga Thaís Bastos, que me acolheu no momento de dor e que me conhece tanto, a ponto de me ensinar coisas sobre mim que eu desconhecia.

A Cynthia Lanzoni, minha terapeuta, feminista, petista e lulista, que, em uma de nossas sessões virtuais, disse: “Eu não vou deixar você desistir do doutorado!”. Nunca vou esquecer do quanto essa frase me impulsionou.

À entidade Samba, principalmente à Roda de Samba Poeira Pura. Em momentos de dúvida e de carência afetiva que me rasgava o peito, eu bebi dos conselhos que me chegavam através dos sambas cantados pelos músicos da roda e me sentia amparada pelo Axé que emanava do som do atabaque.

Ao amigo Thiago Teixeira, que dividiu sambas, carnaval e desabafos. Acompanhou o tenso processo da foliã que queria brincar o carnaval, mas tinha que entregar o texto pra banca na terça-feira de carnaval. Obrigada pela torcida e por assistir a minha defesa de tese até o fim!

Enfim, a página que eu cheguei a duvidar que escreveria está preenchida de palavras emocionadas, lágrimas de alegria e esperança. Axé! E ponto parágrafo.

LEITE, Monique Sá Teixeira. **“Eu não sei sambar”**: manifestações culturais no mandato de Crivella no Rio de Janeiro. 2022. 158 f. Tese (Doutorado em Memória Social) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

RESUMO

O mandato do prefeito Marcelo Crivella (Republicanos) na cidade do Rio de Janeiro, exercido no período entre 2017 e 2020, foi marcado por controvérsias que geraram acusações de intolerância religiosa, de demonização da cultura popular e de preconceito contra o segmento LGBTQIA+. Os debates sobre intolerância/racismo religiosa/o e diversidade sexual (gênero e sexualidade) foram destacados nesta tese por serem temas indissociáveis na trajetória do bispo-prefeito Crivella. O vínculo religioso e familiar com a Igreja Universal do Reino de Deus e sua principal liderança aciona memórias constantemente presentes nas críticas à sua gestão, em especial em relação a essas temáticas. Cultura, liberdade religiosa, política e memória emergem na discussão como categorias em disputa no espaço público. A tese analisa os entrecruzamentos de religião e política que emergem em seu discurso, especialmente em relação a temáticas morais, determinando qual identidade Crivella adota em determinada situação: líder religioso, parlamentar, prefeito, ou uma combinação dessas características, considerando que esse processo é atravessado pela conjuntura política e eleitoral. Nesse sentido, o objetivo que norteia a presente discussão é analisar o lugar da cultura na gestão de Crivella a partir de controvérsias públicas que ocorrem durante seu mandato na Prefeitura do Rio de Janeiro, que repercute o complexo panorama das configurações do campo religioso no Brasil.

Palavras-chave: Marcelo Crivella. Cultura. Memória. Trajetória política. Controvérsias.

LEITE, Monique Sá Teixeira. **“I can’t dance to samba: cultural expressions in the Crivella administration.** 2022. 158 f. Tese (Doutorado em Memória Social) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

ABSTRACT

The mandate of Mayor Marcelo Crivella (Republicanos) in the city of Rio de Janeiro, between 2017 and 2020, was marked with controversies that stirred accusations of religious intolerance, demonisation of popular culture and prejudice against LGBTQIA+ groups. Debates concerning religious intolerance/racism and sexual diversity (gender and sexuality) are prominent in this thesis for being inextricable from the trajectory of the bishop-come-mayor Crivella. His religious and family ties with the Universal Church of the Kingdom of God and its leadership activate memories that are constantly present in the criticism of his administration, particularly with regard to these topics. Culture, religious freedom, politics and memory emerge in this discussion as disputed categories in public space. Therefore, this thesis analyses the intertwining of religion and politics, which arise from his discourse, particularly in relation to moral issues, determining which identity Crivella adopts in each situation: a religious leader, a legislator, a mayor, or a combination of these, in consideration of the fact that a political and electoral conjuncture belie this process. In this regard, the objective that guides our discussion is to analyse the place of culture in the Crivella administration, from public controversies that occurred during his term as mayor of the city of Rio de Janeiro, and which resonate with the complex panorama of the religious field and its configurations in Brazil.

Keywords: Marcelo Crivella. Culture. Memory. Political trajectory. Controversies.

SUMÁRIO

Introdução.....	9
1 O bispo na política: a conquista do Executivo	17
1.1 Crivella: bispo da IURD	18
1.2 Crivella político	20
1.2.1 Preâmbulos do perfil político e a conquista do Senado.....	20
1.2.2 O Ministério da Pesca.....	26
1.2.3 Crivella prefeito do Rio de Janeiro.....	27
2 O decreto e suas repercussões: manifestações religiosas e culturais.....	37
2.1 O decreto e a cidade: impactos	38
2.2 Políticas culturais e identitárias em disputa.....	44
2.3 Austeridade e o “cuidar das pessoas”	50
2.4 As controvérsias de Crivella com as escolas de samba e os blocos de rua em 2017 e 2018...54	
3 Continuidade da “política cultural” de Crivella: a privatização do carnaval	59
3.1 Um “bebê parrudo”: a privatização do carnaval no discurso de Crivella.....	61
3.2 O ocaso de Crivella: o último ano do mandato	66
3.3 O fracasso eleitoral de Crivella e do projeto de poder da IURD no Executivo.....	68
4 Diversidades demonizadas e sob censura (parte 1): as religiões afro-brasileiras e as políticas do mandato de Crivella.....	77
4.1 Teologia da Batalha Espiritual: a demonização física e simbólica das religiões de matriz afro.....	78
4.2. O Projeto Tradição dos Orixás e a luta contra o racismo religioso	80
4.3 A “cultura pública” evangélica.....	83
4.4 Controvérsias Crivella vs. intolerância religiosa	88
5 Diversidades demonizadas e sob censura (parte 2): “heterossexualidade compulsória” e as políticas do mandato de Crivella	101
5.1 Diversidade sexual: pânico moral e censura aos LGBTQIA+	102
5.2 A ascensão conservadora e as políticas igualitárias de gênero e sexuais no Congresso Nacional.....	107
6 Considerações finais	121
Referências	135

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Crivella diz que respeita o carnaval, mas deixa recado sobre investimentos: “Precisamos desmamar”	62
Figura 2 – Desfile do Bloco Nem Muda Nem Sai de Cima 2019.	63
Figura 3 – Desfile do Bloco Nem Muda Nem Sai de Cima 2019.	63
Figura 4 – “Chapeuzinho Zé Pilintra”: fala de Crivella é criticada na internet.	74
Figura 5 – “Chapeuzinho Zé Pilintra”: fala de Crivella é criticada na internet.	75
Figura 6 – Em livro, Crivella ataca religiões e homossexualidade: “terrível mal”.	91
Figura 7 – Imagem de abertura do programa A Voz das Religiões Afro, exibido pela Record News (reprodução).	94
Figura 8 – Ato contra o corte que fechou a Casa de Jongo da Serrinha na entrada da Câmara de Vereadores.	97
Figura 9 – Igreja Universal realiza ações sociais em escolas do Rio e se torna alvo de críticas da Globo.	98
Figura 10 - Renata Carvalho – atriz que interpreta Jesus Cristo na peça.....	111
Figura 11 – Twitter de Alexandre Isquierdo, secretário estadual de Juventude e Envelhecimento Saudável e vereador da cidade do Rio de Janeiro na Prefeitura de Marcelo Crivella.	114

INTRODUÇÃO

O objetivo desta tese é analisar o lugar da cultura no mandato do prefeito Marcelo Crivella (Republicanos) na cidade do Rio de Janeiro a partir das controvérsias públicas que ocorreram no período de 2017 a 2020.¹ A argumentação apresentada se fundamenta em dados que apontaram a indissociabilidade entre sua identidade política e religiosa, principalmente nas pautas morais. A conjuntura política e eleitoral permeia sua gestão. Os posicionamentos adotados no campo da cultura popular, marcadamente representada pelo carnaval, evidenciam tal perspectiva. Na mesma medida, agentes sociais diversos acionaram a religião como categoria acusatória, mesmo em decisões políticas que não estavam associadas a esse aspecto. Nota-se que tais associações são fundadas em um longo processo de conformação do perfil político-religioso de Crivella, profundamente ligado à Igreja Universal do Reino de Deus (IURD),² que faz com que seja percebido como bispo-prefeito, ou prefeito-bispo.

As controvérsias político-religiosas que emergem com o mandato de Crivella estão vinculadas a disputas de argumentos pautados por distintas noções de cultura, memória e identidade. O campo religioso é composto por políticas patrimoniais relacionadas à chamada “cultura brasileira” (OLIVEN, 2002; ORTIZ, 2006, 2013). Assim, os diversos atores sociais atuantes nessas controvérsias acionam temas como legitimidade, transmissão de cultura e memória em seus discursos. A trajetória religiosa de Crivella está ligada a uma instituição acusada de não produzir cultura (GOMES, 2011).

A abordagem partirá da apresentação de controvérsias (GIUMBELLI, 2014) que pautaram o debate público em torno das políticas culturais de seu governo, direcionadas ao carnaval e às rodas de samba no decorrer de seu mandato, por exemplo. Serão explorados e analisados dois casos em particular: o Decreto nº 43.219, de 26 de maio de 2017 e o corte de verba do carnaval. O primeiro determina que, para a realização de rodas de samba e atividades religiosas em locais públicos e privados, a obrigatoriedade de obtenção de alvará transitório. O segundo ato diz respeito ao corte de 50% na verba pública destinada à realização do desfile

¹ O período oficial do mandato de Crivella foi de 1º de janeiro de 2017 a 1º de janeiro de 2021, porém as controvérsias públicas que serão analisadas nos próximos capítulos ocorreram entre os anos de 2017 e 2020. Nove dias antes do término de seu mandato, Crivella foi preso preventivamente e afastado de seu mandato por suspeita de comandar uma organização criminosa denominada “QG da propina” na Prefeitura do Rio de Janeiro. O presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, o vereador Jorge Felipe (DEM), assumiu como prefeito em exercício, devido ao falecimento do vice-prefeito Fernando Mac Dowell, em maio de 2018 (Silveira *et al.*, 2020).

² Doravante, a sigla IURD também será utilizada para a Igreja Universal do Reino de Deus.

das escolas de samba e às mudanças propostas em relação aos blocos de carnaval. Notou-se que o vínculo do prefeito com a Igreja Universal do Reino de Deus constituiu a base de acusações de intolerância religiosa e de demonização da cultura popular.³

Em relação ao governo da cidade, nas narrativas sobre o vínculo de Crivella com sua igreja e os objetivos de ambos, é possível notar dois argumentos complementares e recorrentes: a existência de um avanço conservador na sociedade, que não se limitaria ao campo evangélico; e que o projeto de poder da IURD, necessariamente, é o motor primordial das tomadas de decisão realizadas pelo prefeito para gerir e transformar a cidade, de acordo com o estabelecido por sua instituição religiosa. Assim, a formulação e a implementação de políticas culturais estariam condicionadas ao perfil religioso do prefeito. No geral, tal perspectiva apresenta discursos públicos homogeneizantes em relação ao campo evangélico, embora este tenha como características a heterogeneidade e a fragmentação (GIUMBELLI, 2001).

A proposta da tese apresentou o desafio de acompanhar um objeto de pesquisa que estava em andamento. O doutorado e o mandato de Crivella foram iniciados no mesmo ano, em 2017. A reconstrução das controvérsias, com o intuito de elaborar a argumentação proposta, tomou como base metodológica a pesquisa em documentos oficiais e publicações em portais de notícias, nas redes sociais, no perfil oficial de Marcelo Crivella no Facebook, utilizado para divulgar suas ações como prefeito, e no blog da Igreja Universal do Reino de Deus. A coleta ocorria quase que concomitantemente aos acontecimentos, com a carga de tensões ainda pulsante. Foi também realizado levantamento bibliográfico e leituras sobre religião e espaço público, laicidade, secularismo, secularização; bem como sobre a articulação teórica entre memória, política e religião.

A visibilização do processo de crescimento evangélico no país aponta para as perspectivas em torno da particularidade do nosso processo de secularização. Dullo (2012) destaca que o nosso processo de secularização não excluiu a religião do espaço público, pois ele não é um processo de caráter único, assume o papel de projeto sociopolítico incompleto. O autor observa que, a partir dos questionamentos em torno do processo de secularização, o

³ As entrevistas, reportagens e narrativas que visibilizam as controvérsias expostas acionam constantemente a expressão “cultura popular” por parte dos diferentes atores sociais envolvidos. Cascudo (1975), Bakhtin (1987), Burke (1989), Ortiz (2006), Cavalcanti (2008), dentre outros, debatem os vários conceitos de “cultura popular”. As diferentes análises que problematizam o processo de “demonização” da cultura popular (carnaval e roda de samba) representado por Crivella podem se tornar válidas, se observadas a partir de contraposições inerentes ao conceito, tais como erudito vs. popular, moderno vs. tradicional, hegemônico vs. subalterno, oralidade vs. escrita.

papel e o lugar da religião foram repensados, ocorrendo uma longa discussão na literatura das ciências sociais, que pretendo acionar no decorrer desta tese.

A organização do texto está estruturada em cinco capítulos, resumidos adiante.

No Capítulo 1 será apresentada a biografia de Marcelo Crivella, passando por sua história familiar, sua ligação religiosa-institucional com a IURD e sua trajetória política no Legislativo e no Executivo, o que demonstra que sua carreira política está umbilicalmente ligada à sua identidade religiosa. Em grande medida, seu perfil político integra o projeto institucional de garantir a preservação de seus interesses e seu projeto de igreja. O perfil público de Crivella é analisado, considerando que é indispensável compreender o impacto da relação entre religião e política na construção de sua *persona* e *performance* social, através da adoção de identidades/máscaras políticas e/ou religiosas (GOFFMAN, 2002). As configurações político-religiosas de cada contexto determinam as tensões e acomodações decorrentes do jogo de imagens escolhidas pelo “prefeito” e pelo “bispo” na construção de sua identidade e memória.

Os dois capítulos seguintes se dedicam a apresentar as principais controvérsias ocorridas nos quatro anos de mandato, de 2017 a 2020. O Capítulo 2 inicia os debates em torno das controvérsias públicas ligadas à tradição afro-brasileira e popular nos dois primeiros anos da gestão de Crivella na Prefeitura, em 2017 e 2018, e os aprofunda no Capítulo 4. O Decreto nº 43.219/2017 ocupa lugar central, como estopim das tensões com o campo da cultura, porque dispõe sobre a obrigatoriedade de alvará transitório para a realização de rodas de samba e atividades religiosas em locais públicos e privados. Outro impulsionador das controvérsias foi, agora no campo econômico, o corte de 50% na verba pública destinada à realização do desfile das escolas de samba, com a justificativa de investir em creches municipais. Os atores externos à gestão do prefeito pautaram suas críticas a partir de acusações de intolerância religiosa e demonização da cultura popular, notadamente acionando a memória construída em torno do envolvimento da IURD em casos de intolerância religiosa no decorrer de sua história institucional, assim como observando seu lugar na disputa entre modelos de religião e cultura. Aqui, argumenta-se que o vínculo religioso e institucional de Crivella é constante ponto de tensão, que atualiza a memória das controvérsias nas ações do prefeito concernentes à intolerância religiosa, acionado pelos integrantes e lideranças religiosas afro-brasileiras, militantes e trabalhadores do samba e da cultura.⁴

⁴ Essa discussão foi parcialmente publicada em artigo de Gomes e Leite (2019).

O Capítulo 2 pontua as oscilações de Marcelo Crivella em sua gestão nas tentativas de construir mediações, quando voltava atrás em suas decisões, após identificar as repercussões públicas negativas. É importante destacar que algumas dessas ações polêmicas nem sempre tiveram o intuito de atingir as religiões de matriz africana e a cultura popular, no entanto o pano de fundo conservador que embasa as decisões de Crivella e de sua instituição, bem como a menção constante à IURD em seus discursos, fez com que a memória em torno das controvérsias relacionadas à intolerância religiosa permanecesse viva. Observa-se que os personagens envolvidos nos embates se apropriam dos sentidos de religião, secularização e laicidade, e os disputam.

No Capítulo 3 são apresentadas as controvérsias ocorridas nos anos de 2019 e 2020, em boa parte como continuidade às tensões relacionadas ao carnaval. Serão abordadas polêmicas geradas pela redução do número de blocos e pela mudança dos locais de desfile no carnaval de 2019. A discussão problematiza também o processo de “privatização do carnaval” e as relações desenvolvidas pelo prefeito com a Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro (Liesa). O último ano do mandato, 2020, foi marcado por dois acontecimentos que redefiniram as trajetórias do mandato: o processo eleitoral, que envolveu a tentativa frustrada de reeleição do prefeito Marcelo Crivella; e o suposto esquema de corrupção na administração municipal, denominado “QG da propina”, que levou ao afastamento do prefeito;

O capítulo mostra as linhas de força atuantes nesse processo. Crivella tentou se reeleger, mas não obteve apoio de boa parte das lideranças midiáticas e de segmentos do próprio campo evangélico, retomando o argumento da distinção da IURD em relação às demais instituições religiosas evangélicas (BALLOUSSIER, 2020c). Também apresenta as pautas de sua campanha, orientadas por temáticas morais, como sexualidade e defesa da família tradicional, além de focarem no discurso da segurança pública e da corrupção, assumindo como mote discursivo a polarização com segmentos políticos de esquerda, tentando recompor o apoio dos grupos que o ajudaram a se eleger em 2016, mas, devido à rejeição ao seu governo e à dificuldade em trazer o voto cristão para a sua campanha, a empreitada não foi bem-sucedida.

O quarto e o quinto capítulos discutem o lugar das religiões afro-brasileiras e dos segmentos LGBTQIA+ no mandato de Marcelo Crivella, respectivamente. Esses dois temas marcam sensivelmente a ligação entre a identidade religiosa e a política no perfil do prefeito. No Capítulo 4 são discutidas as tensões e acomodações enfrentadas pela cultura e pelas

religiões de matriz africana durante a prefeitura do bispo licenciado da IURD, retomando episódios de sua trajetória como missionário em países africanos. No quinto capítulo, discute-se o modelo ideal de família e gênero segundo a IURD, que conduz as ações realizadas pelo prefeito em seu mandato, e como este também é acionado, por suas limitações preconceituosas, nas acusações que recaíram sobre ele de se comportar como prefeito-bispo, um “perseguidor da diversidade sexual e de gênero”.

O Capítulo 4 articula o debate teórico sobre secularização, laicidade e laicismo com o rearranjo produzido pelo campo evangélico no tabuleiro religioso e político brasileiro, historicamente hegemônico pelo catolicismo. Segmentos evangélicos acionam discursos pautados na retórica da perseguição ao seu campo religioso, investindo na incorporação de terminologias modernas associadas à liberdade religiosa e à igualdade de direitos, mesmo manifestando orientações conservadoras e particularistas no espaço público. São retomadas aqui as articulações sobre cultura, religião e política realizadas pelos atores sociais envolvidos nas controvérsias ocorridas no mandato de Crivella, propondo uma análise do lugar da memória institucional da IURD na conformação do perfil político do bispo-prefeito, tornando suas ações políticas indissociáveis de sua confissão religiosa original.

Discute-se a importância da organização e da articulação política e jurídica dos terreiros, recuperando o trabalho de Gomes e Oliveira (2019, 2021) sobre o Projeto Tradição dos Orixás, como reações e denúncias contra o racismo e a intolerância religiosa praticados pela IURD. Para a atual discussão, é relevante trazer também o debate sobre a Teologia da Batalha Espiritual (MARIZ, 1999) e a Teologia da Prosperidade (MARIANO, 1996), para compreendermos a trajetória da IURD e a gestão de Crivella na área das políticas culturais. Nesse sentido, será analisado como o campo evangélico, de forma geral, e a IURD, de maneira particular, produzem articulações por meio de embates com as religiões afro-brasileiras especialmente, como estratégia institucional de manutenção e visibilidade, produzindo o que Almeida (2009) denomina de “sincretismo invertido”.

Em concordância com Giumbelli (2013), adota-se a noção de “cultura pública” como norteadora do processo de reivindicação do reconhecimento dos evangélicos enquanto parte formadora da chamada “cultura nacional”, a partir de novos alicerces. O Projeto de Lei do Senado nº 69/2005, de autoria de Marcelo Crivella, que tratava da inclusão de templos religiosos na verba da Lei Rouanet, servirá como exemplo de estratégia pelos evangélicos, conforme anunciado por Mafra (2011), na tentativa de adesão à “arma da cultura”.

O debate sobre modernidade é acionado, pois influencia a interseção entre religião e liberalismo econômico, especialmente quando nos detemos na relevância da Teologia da Prosperidade no contexto neopentecostal (GIUMBELLI, 2002; BURITY, 2008). Argumenta-se que a religião é instrumentalizada politicamente por Crivella. Em qual medida as configurações político-religiosas e a memória da sua trajetória como bispo determinam qual perfil será escolhido, dependendo do contexto: prefeito, líder religioso ou ambos?

Conforme foi mencionado, os acontecimentos foram inseridos na pesquisa de forma simultânea, já que o tempo da tese e do objeto de pesquisa estavam em compasso. Assim, na metade do mandato analisado, ocorreu a eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República, que gerou repercussões no mandato de Crivella. Nesse capítulo, são apresentados os motivos que levaram Marcelo Crivella a mudar seu perfil político após a eleição de Bolsonaro, em 2018, período marcado pelo aumento dos casos de intolerância religiosa, dados amplamente divulgados pelas mídias e movimentos sociais. Vale ressaltar que será abordado o uso político do termo “intolerância religiosa” pelos praticantes de umbanda e candomblé, bem como as controvérsias nas quais o prefeito se envolveu com os segmentos religiosos mencionados. Abre-se espaço para controvérsias importantes sobre duas publicações produzidas pela IURD: 1) *Orixás, caboclos e guias: Deus ou demônios*, de Edir Macedo; e 2) *Evangelizando a África*, de Marcelo Crivella. Tais produções representam o pensamento institucional sobre as religiões afro-brasileiras e a questão racial, integrando material fundamental que expõe a formação religiosa e institucional de Crivella, em constante tensão na memória persecutória das ações do prefeito concernentes à intolerância religiosa.

O Capítulo 5 é complementar ao Capítulo 4, nele são apresentadas as controvérsias relacionadas às diversidades sexual e de gênero, aqui representadas pelas ações de censura à peça *O Evangelho segundo Jesus, rainha do Céu* e ao gibi *Vingadores*, que geraram controvérsias marcadas por reações contrárias, que também constam na análise. Ao longo de sua trajetória política e de forma mais acentuada quando foi prefeito, Crivella disputou os conceitos de liberdade religiosa, laicidade e religião. A estratégia utilizada foi colocar os evangélicos na posição de minoria perseguida, nos moldes da “retórica da perseguição” (MAFRA, 2002), e no acionamento do termo “crisofobia”, já emergente em análises questionadoras e contundentes, como a realizada por Cunha (2020a). Em relação à controvérsia envolvendo a censura ao gibi *Vingadores*, recorre-se à categoria “crenteadão” (MAURICIO JUNIOR, 2019) para compreender a importância dada pela liderança religiosa à participação de seus membros na política.

Como a trajetória de Crivella é indissociável de sua filiação religiosa, será abordado o modelo ideal de família defendido pela IURD, além dos modelos de homem e mulher também defendidos pela igreja, enquadrados no padrão heterossexual e na configuração de família monogâmica. A instituição possui pedagogia própria para controlar os corpos, conforme aponta Teixeira (2015), ao analisar o projeto Godllywood, voltado para as mulheres e, o projeto IntelliMen, voltado para os homens, com vistas à prosperidade a ser conquistada pelo casal cristão e à transmissão das memórias da igreja. Os dois projetos possuem tarefas específicas para cada gênero e idade, fundamentados na fé racional, fruto do chamado “circuito da conquista” (GOMES, 2011). Para a atual discussão, o capítulo traz o debate que inclui o “liberalismo”, para a compreensão do papel da mulher na estrutura que conduzirá a família à prosperidade (MARCHESI; ROSA; RESENDE, 2021, p. 121).

Na mesma medida, recorre-se a referências sobre sexualidade e gênero no campo religioso brasileiro contemporâneo. Categorias como “pânico moral” e “heterossexualidade compulsória” são indispensáveis ao debate sobre as narrativas elaboradas pelos cristãos conservadores em torno da suposta ameaça à heteronormatividade, conforme discutem Natividade e Oliveira (2009, 2013). Nessa concepção, o “gay”, e tudo o que envolve sua existência, aparece como identidade contrastiva ao heterossexual, que deve ser defendido como o único modelo possível, natural e criado por “Deus”. Embora a IURD seja conhecida por sua atuação conservadora, apresenta-se de forma ambígua em determinados aspectos, distinguindo-se em relação ao campo cristão (inserindo aqui a Igreja Católica). Como exemplos, podem ser citadas a defesa do planejamento familiar e a descriminalização do aborto (GOMES, 2009a; TEIXEIRA, 2016).

1 O BISPO NA POLÍTICA: A CONQUISTA DO EXECUTIVO

Este capítulo apresenta a trajetória religiosa-política de Crivella, desde o seu vínculo com a IURD, seu pertencimento familiar e institucional, até o seu percurso político nos poderes Legislativo e Executivo.⁵ O intuito é problematizar a relação entre religião e política na conformação do perfil público desse ator social, considerando o impacto de sua identidade religiosa em sua carreira política. Berger (1986, p. 72) assinala que “uma pessoa só retifica as partes do passado que necessitam de retificação, deixando intactas aquelas que puder incorporar à sua autoimagem”. Nota-se que a biografia do bispo-político está presente nessa alternância, dependendo da conjunção de fatores político-religiosos do momento. A metodologia adotada para conformar os caminhos biográficos de Crivella foca nas informações disponíveis em suas páginas oficiais, nas produções institucionais da Igreja Universal, na bibliografia acadêmica e em reportagens divulgadas nas diversas mídias. Cabe ressaltar que durante o processo de revisão da tese para entregar sua versão definitiva a secretaria do programa, verifiquei que alguns sites e reportagens foram retirados do ar. A escrita do trabalho acadêmico ocorreu entre os anos de 2017 e início de 2022, momento em que as mídias oficiais foram consultadas e documentadas nesta tese. Inclusive, as datas de acesso constam ao lado de cada *link* mencionado.

Busca-se compreender as conexões entre identidade religiosa e política em sua biografia, assim como seus impactos em sua eleição para prefeito do Rio de Janeiro e durante seu mandato. Na biografia de Marcelo Crivella, veiculada em sua página oficial⁶ na internet, não há menção à sua atuação como bispo da Igreja Universal. Esse vínculo institucional surge em dois *links*: “perfil profissional” e “missões no exterior”. No primeiro, é apontado como pastor evangélico, compositor, cantor e escritor. No outro, é apresentado como “precursor do trabalho evangelístico da Igreja Universal” na África. Vale referir que não estão dissociadas as “missões religiosas” das “missões políticas”, ou seja, aquelas realizadas como representante da igreja e aquelas requeridas por suas funções como senador ou ministro de Estado.

⁵ O artigo denominado “A religião no Poder Executivo: controvérsias sobre ‘cultura’ no mandato de Crivella no Rio de Janeiro” (GOMES; LEITE, 2019), publicado no Dossiê Fundamentalismo Religioso, Política e Laicidade II da *Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões da UFPB*, é a versão preliminar deste capítulo.

⁶ Disponível em: <https://marcelocrivella.com.br>. Acesso em: 25 maio 2018. Página retirada do ar posteriormente.

1.1 Crivella: bispo da IURD

A família de Marcelo Crivella é de origem católica, mas, aos 7 anos, ele se converteu ao protestantismo influenciado por uma vizinha. Começou sua trajetória evangélica na Igreja Metodista e depois foi para a Igreja Pentecostal Nova Vida, por intermédio de sua tia. Em 1977, a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) foi fundada por seu tio Edir Macedo no Rio de Janeiro. Em 1985, Marcelo Bezerra Crivella abandonou a carreira militar e se tornou o engenheiro civil responsável pelas obras da Igreja Universal. No ano seguinte, tornou-se pastor da igreja. Em 1991, foi para a África do Sul com sua família, com o objetivo de fundar e expandir a IURD em cerca de 20 países do continente africano, Índia e Filipinas, iniciando também sua carreira de cantor evangélico. Participou da fundação de *help centers* (centros de ajuda) na maior parte desses países, com o intuito de prestar assistência espiritual e material às populações mais pobres. Em 1994, tornou-se bispo, o cargo de maior poder hierárquico da igreja (CPDOC, s.d.).

Participou do Projeto Nordeste, quando voltou ao Brasil em 1998, programa assistencial da Igreja Universal, e, no ano seguinte, da construção de sua unidade piloto, a Fazenda Nova Canaã, em Irecê (BA). Além dos programas de saúde, educação, esporte e lazer voltados para os moradores da região, a fazenda dedicou-se ao cultivo de diversos alimentos e à criação de animais, adotando o modelo de irrigação de um *kibutz* israelense (SENADO FEDERAL, 2005). Foi apontado como possível líder da IURD, quando seu tio Edir Macedo deixasse o cargo. Devido ao seu perfil social e por ser cantor, foi-lhe sugerido usar a sua imagem para se aproximar da classe média (CPDOC, s.d.).

A IURD é dona da Rede Record de Televisão, na qual Crivella exerceu cargos de direção e apresentou programas religiosos. Foi acusado de crimes como evasão de divisas, manutenção de contas ilegais no exterior e sonegação fiscal das empresas ligadas à instituição e de que era sócio (ESTADÃO, 2009).

Crivella adota discursos e identidades/máscaras, política e/ou religiosa, que variam de acordo com o contexto no qual esteja inscrito, cuja ressonância nem sempre condiz com seu intento, como veremos (GOFFMAN, 2002). Em determinados momentos, essas identidades se apresentam de formas contraditórias. O contexto eleitoral é o fator determinante para estabelecer qual ou quais perfis estarão no centro da campanha. Embora a identidade que sobressai seja a religiosa, o fato de estar na política faz com que ele transite e se comunique

com diferentes setores sociopolíticos; o acionamento da identidade que prevalecerá é determinado pelo contexto.

Tomando como base os perfis de senador, político profissional, bispo e político ecumênico, Geraldo (2012, p. 104) discute a construção das múltiplas identidades de Crivella em sua campanha à Prefeitura do Rio de Janeiro, em 2004, a partir da tipologia ideal de Weber (1999). Segundo o autor, embora a identidade religiosa não seja apagada quando aciona o político profissional, ela é a característica que está presente de forma explícita quando o intuito é conquistar outros segmentos sociais e vencer as eleições. Se a identidade religiosa de ex-bispo da IURD não era adequada para todos os momentos, quando foi questionado sobre como seria sua relação com as demais religiões, por conta de sua vinculação religiosa, Marcelo Crivella apresentava um discurso em defesa do Estado laico, dizendo que, como ocupante de cargo político, dialogaria com todas (GOMES, 2011; GOMES; LEITE, 2019).

O perfil oficial na internet traz sua pertença político-partidária enquanto era senador, em 2002.⁷ Na época, ele integrava o Partido Liberal (PL), legenda de José Alencar, então vice-presidente do Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva. A identidade de bispo era explicitada ao segmento religioso como forma de reforço, para garantir adesão e demonstrar que, mesmo pouco utilizada em outros espaços por onde Crivella transitava, seu comprometimento religioso permanecia garantido.

A retórica da perseguição compõe o perfil de bispo como justificativa que legitima a ocupação de cargos públicos por parte de membros da IURD. Essa lógica não se direciona ao público interno à IURD, que está submetida ao chamado “circuito da conquista” (GOMES, 2011), no qual a perseguição é uma etapa para a superação.

Moreira (2021, p. 58) destaca que “a categoria bispo ainda comportaria a figura do sobrinho de Edir Macedo, uma vez que consideramos que o laço de parentesco entre Crivella e o tio é algo cristalizado”. As múltiplas facetas (máscaras) de Crivella constituem sua trajetória e são operacionalizadas de diferentes maneiras para que ele possa lidar com sua vinculação religiosa em sua carreira política, com investimento inicial no Legislativo e, posteriormente, no Executivo. O campo político possui dinâmicas complexas, com tensões, conflitos e acomodações, considerando: adesão a pautas (religiosas, econômicas etc.), perfis (partidos, eleitores) e agendas de grupos de interesse.

⁷ Crivella foi senador no período de 2003 a 2017.

1.2 Crivella político

Intercalando tentativas de ocupar cargos nos Executivos estadual e municipal, Crivella foi eleito senador duas vezes seguidas. Mariano e Oliveira (2009) informam que as resistências às candidaturas de Crivella ocorreram nas tentativas ao Executivo e ao Senado, que se ampliaram para seus suplentes, por serem membros da Igreja Universal. Os autores descrevem o histórico de candidaturas de Crivella no Executivo e no Legislativo: foi candidato a prefeito em 2004, pelo Partido Liberal (PL); em 2006, pelo Partido Republicano Brasileiro (PRB),⁸ concorreu a governador; e em 2008, no mesmo partido (PRB), disputou o cargo de prefeito. O acesso ao Executivo parecia impenetrável. Venceu novamente a eleição para o Senado em 2010 pelo PRB. Em 2012, foi ministro da Pesca no governo de Luís Inácio Lula da Silva e não participou das eleições daquele ano. Em 2014, Crivella obteve 44,22% dos votos e perdeu a disputa pelo governo do estado do Rio de Janeiro para Luiz Fernando Pezão, que venceu com 55,78%. Em 2016, ganhou a eleição para a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, sem fazer muitas menções ao cargo de bispo que ocupou na IURD, mas, mesmo assim, não conseguiu dissociar a religião de seu perfil político.

1.2.1 Preâmbulos do perfil político e a conquista do Senado

A Assembleia de Deus e a IURD foram as duas igrejas evangélicas com maior número de políticos pentecostais eleitos na Constituinte de 1988. Nos anos 1990, a IURD e a Assembleia de Deus foram as duas igrejas evangélicas com maior representação no Congresso Nacional. A igreja de Macedo elegeu, em 1986, um deputado federal; em 1990, três deputados federais; em 1994, seis deputados federais; em 1998, 14 deputados federais e em 2002, 16 deputados federais e um senador. Em junho de 2006, 14 parlamentares da IURD foram denunciados pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) por causa do envolvimento no escândalo das sanguessugas, fazendo com que, nas eleições de outubro do mesmo ano, apenas sete deputados federais ligados à instituição fossem eleitos (REZENDE, 2019). Alguns dos envolvidos na CPMI foram eleitos, antes da instauração da comissão, com alto número de votos, mas, diante do escândalo, foram preservados nas eleições de 2006 e não

⁸ O Partido Republicano Brasileiro (PRB) é considerado o “Partido da Universal”. Muda de nome em 2019, passando a se chamar Republicanos. Seu atual presidente é Marcos Pereira, bispo da IURD. Foi fundado em 2003 e teve como um de seus fundadores o empresário José Alencar, que foi vice na chapa que elegeu o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

se candidataram, reduzindo consideravelmente o número de deputados que faziam parte da Frente Parlamentar Evangélica.

Crivella foi eleito senador, em 2002, pelo Partido Liberal (PL), em seu primeiro pleito eleitoral, representando o Rio de Janeiro (CPDOC, s. d.). Nessa campanha, ele se apresentou como um candidato jovem, pai de família, engenheiro civil, bilíngue e morador da Zona Sul da cidade. Essa apresentação de Crivella é o oposto do perfil associado ao fiel evangélico pentecostal, que é ter baixa renda e escolaridade, além de morar na periferia. Marcelo Crivella, no entanto, integrou o ideário da Teologia da Prosperidade, adotado pela IURD, como elemento de sua “retórica da superação” (GOMES, 2011). Na época, em seu *site* oficial, caracterizou-se como um cristão dedicado “à igreja e à família”, “pai dedicado, marido apaixonado e vovô-coruja assumido” etc. (MARIANO; OLIVEIRA, 2009, p. 84).

A Rede Record e a IURD divulgaram maciçamente a Fazenda Canaã para equilibrar as dificuldades inerentes a um candidato desconhecido de boa parte do eleitorado e que não contava com o apoio eleitoral de boa parte do segmento evangélico. Na propaganda eleitoral veiculada no rádio e na TV, Crivella tentou omitir sua identidade religiosa, com o intuito de atingir o eleitorado que não estivesse circunscrito ao seu campo religioso, buscando evitar controvérsias em torno da associação política e religião (GOMES; LEITE, 2019; REZENDE, 2019). O bispo licenciado da IURD foi eleito para a segunda vaga do Senado do Rio de Janeiro, com 3.243.289 votos, que corresponderam a 21,57% dos votos válidos, ficando atrás de Sérgio Cabral, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) (UOL, 2022).

A viabilidade da candidatura de Crivella pode ser explicada por alguns dados elencados pelo Censo de 2010 (IBGE, s. d.): entre os estados, o menor percentual de católicos foi encontrado no Rio de Janeiro, com 45,8%. Também nota-se o fato de a IURD⁹ ser a quarta igreja com maior número de fiéis no país, tendo uma base sólida e história vinculada à cidade do Rio de Janeiro, já que é uma igreja fundada no subúrbio carioca (FREESTON, 1994; ALMEIDA, 2009).

Quando entrou para a política, Crivella construiu sua imagem em torno do diálogo, indo ao encontro da mudança de atuação da IURD na sociedade, nos anos 1990, em decorrência de várias crises desencadeadas no período, produzindo respostas político-

⁹ A terceira onda pentecostal ocorreu no final dos anos 1970, tendo como principal representante a Igreja Universal do Reino de Deus (1977). A inserção social é atualizada pela IURD, atrelada às novas possibilidades em termos teológicos, litúrgicos, éticos e estéticos. Quando tinha 33 anos, em 1977, Edir Macedo abandona o emprego para se dedicar ao trabalho religioso. Sua origem religiosa é católica, mas teve uma breve passagem pela umbanda, até entrar para a Igreja de Nova Vida, que foi considerada inovadora, por apresentar perfil carismático (FREESTON, 1994), influenciando as três principais igrejas neopentecostais – IURD, Igreja Internacional da Graça de Deus e Cristo Vive.

religiosas ao que qualificava como “perseguições” provenientes da mídia, da justiça, da sociedade em geral. A instituição investiu na adesão e na formação de seus membros, com o objetivo de formar quadros qualificados, alcançar conquistas financeiras e estabilidade familiar.

A IURD ganhou maior visibilidade na promoção de assistência social com o lançamento, no ano de 1998, do Projeto Nordeste. Através do braço assistencial, a instituição fortalece sua presença no espaço público, investindo ainda mais em ações para fora do espaço religioso. Pauta-se por soluções baseadas nas noções de prosperidade, autoajuda e *marketing*, combinadas com ferramentas de entretenimento e mídia, de certa maneira deslocando a centralidade do conteúdo religioso (GOMES, 2011; BRONSZTEIN; RODRIGUES; FALCÃO, 2015).

Crivella¹⁰ emerge, nesse contexto, como o representante preferencial da instituição, no que concerne ao seu projeto de ação e intervenção, parecendo conformar as bases de sua carreira política. O objetivo do Projeto Nordeste era, em uma etapa inicial, atenuar a fome e a miséria na cidade de Irecê, no interior da Bahia, ampliando seu alcance para outras áreas do país. A ideia era replicar a experiência para outras regiões. Edir Macedo e Crivella mobilizaram a Rede Record e a Associação Beneficente Cristã (ABC), no sentido de publicizar a campanha “S.O.S Nordeste – caridade não tem religião”. Mesmo sendo um projeto ligado à Igreja Universal, a proposta era ampliar o número de assistidos pela ação social, devido ao próprio discurso vinculado em torno da dissociação entre a igreja e o projeto social (GOMES, 2011; GOMES; LEITE, 2019).

É importante destacar que a IURD não se define como uma religião, pois esta geraria “religiosidade”, algo que é recusado pela instituição (GOMES, 2011). Sendo assim, os indivíduos precisam trabalhar a fé que possuem dentro de si, e tal ação não necessariamente precisa se vincular a igrejas ou religiões, característica própria do protestantismo em sua gênese (WEBER, 2013). Por outro lado, complementarmente, a autora aponta o amplo investimento em seu processo de institucionalização, com a realização de grandes obras arquitetônicas, incremento da participação na política, entre outras ações.

Ao longo de sua trajetória, a IURD modificou o tom de seus discursos político-religiosos, adequando-se à conjuntura política que se apresentava. Dentro desse espectro, possui práticas e discursos conservadores, que não a impedem de apoiar governos progressistas, como no caso dos governos petistas, inclusive fazendo parte deles, com

¹⁰ Marcelo Crivella foi escolhido pelo bispo e tio Edir Macedo, que teria ordenado sua volta da África, onde exercia a função de bispo, para liderar o projeto.

Marcelo Crivella ocupando o cargo de ministro da Pesca. Em 2018, também apoiou Geraldo Alckmin para a presidência da República, migrando para a candidatura de Bolsonaro pouco antes das eleições do primeiro turno, por entender que a candidatura de Alckmin não vingaria (ESTADÃO, 2018).

Diante da eleição de Crivella para o Senado,¹¹ em 2002, o Projeto Nordeste¹² foi tratado ao longo de sua trajetória política, segundo Scheliga (2010, p. 128), como um projeto a ser replicado e que serviria para o desenvolvimento de outros municípios brasileiros, porém não alcançou a região do Semiárido, não conseguindo nem ultrapassar os limites do Polígono das Secas, e não teve tanta capacidade de mobilização no cotidiano da instituição. A autora conclui que o Projeto Nordeste serviu de modelo para as práticas a serem seguidas pela Igreja Universal nos futuros projetos de assistência social (2010, p. 129).

Para a presente discussão, importa retomar o papel de liderança de Crivella, no sentido da conformação de sua imagem pública associada a ações de intervenção social que poderiam repercutir em uma carreira política bem-sucedida. Essa conexão pode ser verificada na associação entre a atuação do bispo e a compra do terreno para a construção da primeira fazenda.

Marcelo Crivella – atual prefeito do Rio de Janeiro e, na época, bispo da Universal – lançou o CD *Mensageiro da solidariedade*. O álbum vendeu mais de 1 milhão de cópias e, com a doação inicial dos 850 mil reais do adiantamento dos direitos autorais junto à Sony, foram adquiridas as terras para a implantação do projeto (UNIVERSAL 40 ANOS, s. d.).

O site da IURD indica que Crivella atuou diretamente na implementação do projeto, em 2000, o que ocorreu em outras situações em sua trajetória. Trata-se de um exemplo da construção de sua imagem política, que vinha sendo conformada desde a década de 1990, com seu retorno ao país, após atuar como missionário em países africanos. Essa passagem e a conexão com o Nordeste estão presentes em seu relato: “Quando estive na África, andei por

¹¹ Na eleição de 2010, Marcelo Crivella foi eleito para o seu segundo mandato como senador pelo estado do Rio de Janeiro. Em 2012, assumiu o Ministério da Pesca e Agricultura do governo Dilma Rousseff, deixando a pasta em 2014, devido a uma reforma ministerial promovida pela presidenta. Em 2004 e 2008, Crivella concorreu à Prefeitura do município do Rio de Janeiro e, nas eleições de 2006 e 2014, concorreu para o cargo de governador do estado do Rio de Janeiro. Não foi eleito prefeito nem governador. Sua candidatura a esses cargos foi marcada por polêmicas, devido ao seu posicionamento contrário à união civil entre pessoas do mesmo sexo e à criminalização da homofobia. Logo após o lançamento da pré-candidatura de Fernando Gabeira, nas eleições de 2008, Crivella gerou polêmica em entrevista, ao destacar que o deputado do PV apoia o “homem-com-homem” e a legalização da maconha (EXTRA, 2010).

¹² O Projeto Nordeste surgiu nos anos 1990, impulsionado pela seca na região, que afetava criticamente a produção familiar agrícola, provocava escassez de alimentos e fome. A região sofria pela ausência de políticas públicas efetivas. O principal resultado do projeto à época foi a construção da Fazenda Canaã, em Irecê, que hoje está sob a coordenação do Instituto Ressoar, braço social da Record TV (UNIVERSAL 40 ANOS, s. d.).

Moçambique, Malawi, Quênia, Zâmbia, Madagascar, Lesoto, Suazilândia, Burkina Fasso. Mas no sertão eu vi uma miséria pior” (VETTORAZZO, 2017).

Como veremos adiante, não é sem razão que Crivella, em sua fala como prefeito recém-eleito do Rio de Janeiro, em 2017, relembra essas passagens, que estão intimamente relacionadas à sua entrada na política diretamente como senador da República. No mesmo ano, o jornal *Folha de S.Paulo* (VETTORAZZO, 2017) mostrou que, em 2001, quando Crivella chegou a Irecê, a região já se destacava pela produção de cenoura, cebola e beterraba. Anos mais tarde, a edição de 2016 da exposição agropecuária local rendeu R\$ 9 milhões em negócios. A matéria evidencia outros dados, como a presença de empresas de poços artesianos (há mais de 20 anos) e de irrigação de plantações (há mais de 40 anos) na cidade, contradizendo a informação de que a Fazenda Nova Canaã foi a responsável por levar água com tecnologia importada de Israel.

A reportagem da *Folha de S.Paulo* oferece mais detalhes. A fazenda pertence à TV Record e faz parte do Instituto Ressoar, contou com R\$ 300 mil levantados no programa Show do Milhão, do Sílvio Santos, e com os direitos autorais da venda dos CDs de música *gospel* doados por Crivella para a sua criação. A irrigação, com o intuito de fornecer alimentos e trabalho para os moradores da cidade, foi o objetivo inicial do projeto, porém, a partir dos anos 2000, a escola de tempo integral se tornou o foco da Nova Canaã, que atende em torno de 600 crianças. A escola é bem avaliada pelos pais dos alunos, porque dá o uniforme, o transporte, alimentação e, nas férias, doa cestas básicas, no entanto a iniciativa educacional não é a primeira, a matéria indica que a escola Fundação Bradesco foi a pioneira, estando na região desde 1977, atendendo mais de 900 crianças.

Vale acompanhar alguns projetos de lei e votações de Crivella e de seu partido (PL/PRB) na Câmara Federal e no Senado com o objetivo de entendermos suas articulações políticas com os diferentes governos federais.¹³ Para a elaboração da tese, foi realizada pesquisa nos *sites* oficiais da Câmara Federal e consultou-se sua biografia no CPDOC da FGV, para mapear o desempenho legislativo de Crivella e seus posicionamentos durante os mandatos, problematizando aproximações e afastamentos em relação às pautas político-religiosas e laicas.

Em 2004, o Senador Crivella votou a favor do Projeto de Lei de Biossegurança, que regulamentou as pesquisas com células-tronco. No Senado, o texto original do projeto sofreu modificação no que se refere aos estudos científicos com células embrionárias, que só

¹³ A principal fonte de referência para a atuação de Crivella no Senado nesta tese foi seu respectivo verbete em CPDOC (s. d.).

poderiam ser realizados se os embriões fossem produzidos por fertilização *in vitro*, e seu uso poderia ocorrer após, pelo menos, três anos ou se a implantação no útero fosse inviável. Devido à modificação, o projeto de lei voltou para a Câmara Federal para ser avaliado. A maior parte da bancada evangélica era contrária à sua aprovação, porém 16 deputados ligados à IURD votaram favoravelmente, com a defesa feita pelo deputado Jorge Pinheiro (PL-DF), de que ser favorável às pesquisas representava defender a vida. Tal posicionamento coletivo ligado à IURD indica dissonâncias em torno de questões ligadas a valores religiosos e laicidade no campo cristão, o que enfatiza características institucionais singulares. Em termos de comparação, pode ser citado o posicionamento de Odilo Scherer, na época secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que declarou que a Igreja Católica era contrária às pesquisas com células-tronco embrionárias, porque considerava que a vida se inicia na fecundação (LUNA, 2010a, 2010b).

De acordo com o CPDOC, em 2006, quando ainda era senador, Crivella discursou contra o neoliberalismo, defendeu políticas públicas que estimulassem o pleno emprego, a reforma agrária, o Estado de bem-estar social, visitou diversos países através de missões oficiais, com o objetivo de fiscalizar as condições de vida e a repatriamento de imigrantes. Em relação aos costumes, o conservadorismo emerge em seus discursos e atuação. Crivella foi contra a união civil de homossexuais e a criminalização da homofobia, além de ir em direção contrária à sua instituição religiosa, declarando-se contra o aborto e defendendo o planejamento familiar através da educação sexual e esterilização cirúrgica masculina e feminina. Em relação a este último tema, apresentou projeto de lei no Senado (PLS nº 284/2006) para alterar propostas à Lei do Planejamento Familiar (Lei nº 9.263/1996) (SENADO FEDERAL, 2006), que reduzia a idade mínima de 25 para 18 anos para quem tivesse o interesse em realizar a esterilização cirúrgica voluntária, eliminando a necessidade de consentimento do casal, nos casos de casamentos e uniões estáveis. O projeto de lei também previa que, nos ensinos Médio e Fundamental, no serviço militar e nas academias de polícia, fosse obrigatória a educação sexual.

A biografia do CPDOC da FGV informa que a Agência Nacional de Energias Renováveis (ANER) foi criada pelo governo federal através da aprovação do Projeto de Lei nº 495/2009, de autoria de Crivella. A ANER tinha como principais funções coordenar o processo de transição de energias não renováveis para renováveis e elaborar políticas públicas com o intuito de aprimorar a matriz energética nacional e atingir o desenvolvimento sustentável. No mesmo ano, Crivella propôs o PL nº 6.125/2009, que proibiu o uso de

cassetete de madeira e de espada, lança ou arma perfurocortante no policiamento ostensivo, exceto em casos de solenidades, festas e comemorações.

Crivella venceu novamente a eleição para o Senado em 2010, agora pelo PRB, de acordo com o CPDOC. Os senadores Marcelo Crivella, Ana Amélia e Walter Pinheiro protocolaram o PL nº 728/2011, voltado para a área da segurança pública, que dispunha sobre crimes e infrações ocorridas durante os eventos esportivos, em especial a Copa das Confederações de 2013 e a Copa do Mundo de 2014. Também disciplinava o direito de greve em momentos que precederam a realização desses eventos. Posteriormente, quando ocupava o cargo de ministro da Pesca, em 2014, Crivella foi criticado pelo PL nº 728/2011, que passou a ser conhecido como “Lei Antiterrorismo”, por ter sido avaliada por alguns setores da sociedade como tentativa de limitar as manifestações públicas contrárias à realização.

Em 2016, depois de ser aprovado na Câmara, o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff foi para o Senado e contou com voto favorável de Crivella (PORTAL EBC, 2016), que se reuniu com a maioria que votou pelo impedimento, conforme informado pelo CPDOC da FGV. No mesmo ano, o ainda senador votou pela aprovação da PEC nº 55, que determina o congelamento dos gastos com saúde e educação por 20 anos (CARTA CAPITAL, 2016b).

1.2.2 O Ministério da Pesca

Embora tenha votado pelo impedimento, anos antes Crivella participou do governo da presidenta Dilma Rousseff (de março de 2012 a março de 2014), como ministro da Pesca. No período, o ministro lançou o Plano Safra de Pesca e Aquicultura e recadastrou os pescadores por meio da criação da “carteira de pescador”. O plano destinou 4 bilhões de reais para garantir assistência técnica, renovação da frota pesqueira e apoio às comunidades pesqueiras. O recadastramento de pescadores permitiu a identificação de pessoas que estavam recebendo benefícios do governo de forma irregular, economizando mais de R\$ 600 milhões aos cofres públicos.

Crivella deixou o Ministério da Pesca para concorrer ao cargo de governador do estado do Rio de Janeiro. O senador Eduardo Lopes (na época, PRB) assumiu a vaga e o ex-ministro voltou para o Senado e a liderar o PRB. Nas eleições de 2014, concorreu ao cargo de governador; perdeu o segundo turno para Luís Fernando de Souza, conhecido como Pezão, e

ficou em segundo lugar, com 3.442.713 votos, correspondendo a 44.22% dos votos válidos (CPDOC, s. d.).¹⁴

1.2.3 Crivella prefeito do Rio de Janeiro

Antes de ganhar as eleições, em 2016, Crivella já tinha se candidatado à Prefeitura do Rio de Janeiro em 2004 e 2008. No pleito de 2004, ele passou por controvérsias com diversos atores sociais: Justiça Eleitoral, Ministério Público, Receita Federal, jornal *O Globo* e CNBB. Além disso, perdeu o apoio político de Garotinho e sua esposa, Rosinha, evangélicos e ex-governadores do Rio de Janeiro. Os conflitos nos campos econômico e político entre a IURD/Rede Record e as Organizações Globo, iniciados no final da década de 1980, foram atualizados nas campanhas citadas. Nessas ocasiões, Crivella acionou em diferentes momentos a retórica da perseguição (MAFRA, 2002; GOMES, 2011; GOMES; LEITE, 2019).

A partir de Mariano e Oliveira (2009), são apontadas as controvérsias que envolveram Crivella e a IURD na campanha de 2004, mencionadas neste parágrafo. O Ministério Público ajuizou denúncia e o Tribunal Regional Eleitoral multou a IURD por fazer propaganda eleitoral irregular para o seu candidato, bispo licenciado da igreja. Além do jornal *Folha de S.Paulo*, o jornal *O Globo* noticiou, através de uma série de 16 reportagens, possíveis irregularidades durante a campanha, como a omissão de patrimônio à Justiça Eleitoral e a compra da TV Record por meio de “laranjas”.¹⁵ Em resposta às acusações, Crivella alegou que estava “sofrendo calado uma impiedosa campanha de mentiras e ofensas contra minha honra e até fraude por parte do jornal *O Globo*” (MARIANO; OLIVEIRA, 2009, p. 88). A Record realizou o evento “Rio ao pé da cruz” no dia do primeiro turno da eleição. Devido à propaganda maciça da TV em benefício de Crivella, a emissora recebeu determinação judicial para ficar 24 horas fora do ar. O bispo licenciado da IURD ficou em segundo lugar e perdeu a eleição para Cesar Maia (PFL).

Em 2006, segundo Mariano e Oliveira (2009, p. 90-91), Marcelo Crivella se candidatou para o governo do estado do Rio de Janeiro, pelo Partido Republicano Brasileiro (PRB). O partido em questão foi criado por lideranças e integrantes da IURD, seu estatuto foi

¹⁴ Fonte principal de consulta sobre a trajetória de Crivella no Ministério da Pesca. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/crivella-marcelo>. Acesso 05 jul. 2021.

¹⁵ Fiéis e frequentadores da Igreja teriam sido usados como “laranjas”, obtendo empréstimos milionários usados na compra da rede de TV.

uma réplica do Partido Liberal. Crivella perdeu a eleição no primeiro turno.¹⁶ Durante a campanha, envolveu-se em diversas controvérsias. Ele recorreu ao argumento da perseguição aos evangélicos em sua sabatina no jornal *Folha de S.Paulo*. Afirmou que era defensor do Estado laico, mas queria “politizar os evangélicos”. Além disso, colocou como responsabilidade do Estado a proteção da “relação homem e mulher”, para se colocar publicamente contrário às propostas de descriminalização do aborto e da união civil entre pessoas do mesmo sexo (FOLHA DE S.PAULO, 2006), posturas que serão acionadas quando assumir a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, anos depois. Em entrevista ao *Jornal do Brasil*, Crivella declarou que a Igreja Católica representa a elite, e quem atende os pobres são os evangélicos. Como resposta, o secretário-geral da CNBB, à época, Odilo Pedro Scherer, defendeu a relação da Igreja Católica com os mais pobres e acusou indiretamente Crivella de tornar a religião instrumento da política.

Em 2008, veio a segunda tentativa de Crivella de ocupar a Prefeitura do Rio de Janeiro. Mariano e Oliveira (2009) informam que, no início da campanha, ao mesmo tempo, o ex-bispo da IURD estava em primeiro lugar nas pesquisas e era o candidato mais rejeitado (28%). Ele recorreu a valores morais para se contrapor a Gabeira, declarando que este último defendia o “aborto, homem com homem e maconha” (AZEVEDO, 2020). O projeto denominado Cimento Social foi a principal pauta de Crivella durante a campanha, até estar envolvido em controvérsia. Na época, o projeto foi adotado pelo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) no Morro da Providência, quando militares que faziam a segurança das obras entregaram para traficantes rivais três jovens, que foram assassinados. Diante da repercussão do ocorrido e a pedido do candidato para proteger os trabalhadores, a Justiça Federal determinou que os militares fossem retirados do morro. O uso indevido do Exército e motivações eleitorais foram as acusações feitas pela imprensa e adversários políticos contra Crivella. O Tribunal Regional Eleitoral embargou as obras (BELCHIOR, 2008). O jornal *Folha de S.Paulo* e o *Jornal Nacional*, da Rede Globo, fizeram reportagens baseadas em documento de domínio reservado do Exército para denunciar, dentre outras coisas, que houve negociação de um assessor de Crivella com traficantes, para evitar conflitos com a força militar citada (FOLHA DE S.PAULO, 2008a). O candidato disse que as acusações eram falsas.

¹⁶ O então presidente Lula, que tentava a reeleição, apoiou Crivella em detrimento do candidato do PT, Vladimir Palmeira. Esse apoio pode ser visto como o início de um vínculo ou diálogo que vai repercutir anos depois com o cargo de ministro.

Fundada pelo Senador, a ONG Sorria Meu Rio, que prestava serviço odontológico gratuito, foi alvo de denúncia no jornal *O Globo*, demonstrando que as controvérsias estavam longe de acabar, segundo Mariano e Oliveira (2009, p. 93-94). A reportagem do referido jornal apontou que havia possíveis irregularidades no convênio firmado entre a ONG e a prefeitura de São Gonçalo e o Tribunal de Contas as estaria investigando. Além de retrucar que as questões contábeis não competiam a sua ONG, mas sim à Prefeitura, Marcelo Crivella negou as acusações através de uma nota. Mais uma notícia foi publicada pelo citado jornal, de informe publicitário na revista *Roteiro do Poder*, relacionado ao PAC das favelas cariocas, fora do período eleitoral, gerou outra nota à imprensa, dias depois da anterior, dizendo que a reportagem era falsa.

Mais dificuldades atingiram a candidatura de Crivella. Ele perdeu o apoio do PTB e do PMDB para Eduardo Paes, fazendo com que sua coligação se reduzisse a partidos nancicos, como PR, PSDC, PRTB e PRB. Na semana seguinte, o PRB foi acusado pelo prefeito Cesar Maia de infringir a Lei nº 9.504/1997, por colocar uma agência para produzir o *site* do partido ligada à Gráfica Universal, que pertence à IURD (CORREIO BRAZILIENSE, 2008). A irregularidade foi negada pelo PRB através de nota pública. A antiga relação financeira de Crivella e do partido com a igreja, porém, foi alvo de investigação da Justiça Eleitoral, solicitada pelo DEM (LABRANHO, 2008). A ação a ser investigada dizia respeito à divulgação de que a Gráfica Universal, nas eleições de 2006, confeccionou o material de campanha do senador, à época candidato ao governo do estado, mas, mesmo diante de todos os problemas, no início de julho, o candidato ainda liderava as pesquisas de intenção de voto do Datafolha, com 26% (MARIANO; OLIVEIRA, 2009, p. 94-95).

A tentativa de descolar sua imagem da IURD e de negar que seria intolerante com os católicos e seus opositores foi o principal argumento utilizado por Marcelo Crivella para reduzir a rejeição à sua candidatura e ampliar sua capilaridade. Ser intolerante, manipular os fiéis para conseguir votos, instrumentalizar religiosamente o Estado foram as principais acusações dos políticos rivais, imprensa, feministas, LGBTQIA+ e de religiosos contra a candidatura de Crivella (MARIANO; OLIVEIRA, 2009, p. 94). Tempos depois, tais temáticas retornam, em controvérsias, com a efetivação de seu mandato como prefeito.

Ainda durante a campanha de 2008, orientado pelo marqueteiro político Duda Mendonça – similar à ideia da “Carta ao povo brasileiro”, lançada em 2002, na campanha eleitoral de Lula –, Crivella lançou a “Carta ao povo do Rio”, com o intuito de reduzir sua

rejeição eleitoral. Mesmo assim, apesar de manter a liderança, o índice de intenção de votos caiu e a rejeição aumentou (MARIANO; OLIVEIRA, 2009, p. 95).

O recurso de afirmar que não iria misturar política com religião e que governaria para todas as vertentes religiosas esteve presente durante todo o seu horário eleitoral. O medo em torno de o poder evangélico aumentar, caso Crivella ganhasse, não se restringia apenas à sua vinculação religiosa. Segundo Mariano e Oliveira (2009), esse receio também era fruto dos casos de corrupção envolvendo o casal presbiteriano Garotinho e Rosinha, que protagonizaram controvérsias em torno da instrumentalização política da religião.

Além do investimento na assessoria do publicitário Duda Mendonça para reduzir sua rejeição, o candidato atrelou sua imagem à de Lula e ao do vice-presidente José Alencar na propaganda eleitoral. Explorar a imagem de Lula criou disputa com Alessandro Molon, que na época era o candidato do PT. Mariano e Oliveira (2009) informam que o horário político no rádio e na TV não rendeu bons resultados ao senador, que viu suas intenções de voto caírem. Marcelo Crivella tinha o menor tempo de TV dentre os cinco melhores colocados nas pesquisas eleitorais. Já Eduardo Paes teve o apoio do governador Sérgio Cabral e tinha o maior tempo, o que colaborou para o seu crescimento, com o início do horário eleitoral.

Marcelo Crivella visitou o arcebispo emérito do Rio, Dom Eugênio Sales, com o intuito de apaziguar a relação com a liderança católica, que está na memória das ações de intolerância religiosa protagonizadas pela IURD. Antes de Crivella, os candidatos Eduardo Paes e Alessandro Molon fizeram o mesmo gesto. Eduardo Paes recebeu o apoio do pastor e deputado federal Manoel Ferreira (PTB), presidente da Convenção Nacional das Assembleias de Deus, rachando mais o campo evangélico. Mariano e Oliveira (2009) pontuam que, com o duplo intuito de trazer o eleitorado evangélico para a sua campanha e apagar a imagem de intolerante, o senador e candidato a prefeito, sem divulgar antecipadamente, participou da Caminhada em Defesa da Liberdade Religiosa. Sua presença gerou desconforto e reações contrárias à sua participação, fato que reforçou sua narrativa de que sofria perseguição: “Minha rejeição como político vem da intolerância de pessoas que não aceitam que eu seja evangélico” (LABRANHO, 2008).

O Instituto Datafolha foi o único a apontar o crescimento de Fernando Gabeira (PV), três dias antes do primeiro turno, criando um movimento em que principalmente os eleitores de classe média, que votariam em Jandira Feghali, migrassem seus votos para o candidato do PV. De acordo com Mariano e Oliveira (2009), no segundo turno, o voto evangélico passou para Eduardo Paes, devido às posições progressistas de Fernando Gabeira em relação às

pautas de costumes, como a liberalização do aborto e a união civil de pessoas do mesmo sexo. Em relação aos votos diretamente ligados à religião, Crivella tinha 45% dentre os pentecostais, 36% na ala protestante, 8% em meio aos umbandistas e 3% no segmento espírita (MARIANO; OLIVEIRA, 2009).

Eduardo Paes ganhou a eleição no segundo turno, Gabeira ficou em segundo e Crivella, em terceiro lugar. Na reta final da campanha, Gabeira ultrapassou a posição de Marcelo Crivella e disputou o segundo turno contra Paes. Em certa medida, a arrancada de Gabeira nas semanas próximas ao primeiro turno foi pelo voto útil do eleitorado de maior escolaridade e renda, temeroso com a possibilidade de o candidato evangélico ganhar a eleição (MARIANO; OLIVEIRA, 2009). A eleição de um representante que utiliza todos os meios operacionais, midiáticos e discursivos ligados à IURD ameaçaria a laicidade, devido à execução de um projeto político relacionado à ala conservadora evangélica. Lideranças da IURD reagiram à derrota do senador, acusando a Rede Globo e o Instituto Datafolha de manipulação política (FOLHA GOSPEL, 2008).

Em 2014, Crivella disputou novamente o governo do Estado. Foi para o segundo turno, vencendo Garotinho com uma diferença de 50 mil votos. Pezão ganhou o segundo turno, com 55,78% dos votos válidos. O destaque dessas eleições, porém, vai para a soma dos votos brancos, nulos e abstenções, batendo mais de 5.652 em relação aos votos conquistados pelo novo governador (REZENDE, 2019). As chamadas “Jornadas de Junho”, ocorridas em 2013, a operação Lava Jato, da Polícia Federal, e a ligação de Crivella com a IURD podem ser listadas como motivos que corroboraram para o aumento dos votos brancos, nulos e abstenções (REZENDE, 2019, p. 115).

Durante a disputa eleitoral para a Prefeitura do Rio de Janeiro, em 2016 – bem como ao longo de sua carreira política –, Marcelo Crivella foi indagado a respeito da relação entre política e religião. Ele sempre respondeu que não iria misturar as duas coisas. Em entrevista ao RJTV, em 21 de setembro de 2016, o candidato apontou que o fato de ser evangélico não deveria ser impeditivo para “sonhar” em ser prefeito da cidade. O uso da pertença religiosa como aspecto deslegitimador, quando alguém ligado ao campo evangélico ocupa algum cargo político, é uma característica comum aos grupos com os quais a IURD protagoniza embates.

Como resposta, a Igreja Universal aciona categorias como intolerância e perseguição. O argumento da participação na política por meio da eleição de integrantes da igreja no Legislativo e no Executivo, portanto, é relevante na retórica institucional. A noção de perseguição é acionada pela igreja como uma etapa do processo de superação, de conquista:

se a instituição é capaz, se demonstra poder superando os obstáculos, o fiel também pode superar os seus (GOMES, 2011).

As controvérsias foram atualizadas em seu mandato, que não por acaso mantinha no *site* dedicado à sua biografia uma página com o título “Espalhe a verdade”. O foco era responder aos “indivíduos inescrupulosos, de forma frequente e ostensiva, que divulgam boatos sobre sua gestão, na mídia e na internet. O objetivo desta página é esclarecer os fatos e espalhar a verdade”.¹⁷

Pode-se deduzir que o público evangélico, de uma forma geral, e os demais eleitores votaram em Crivella, considerando que os dados apresentados até aqui se referem ao estado do Rio de Janeiro. Segundo Machado (2006, p. 81), a ampliação do número de eleitores, extrapolando os limites institucionais da igreja, e sua eleição para a Prefeitura indicam que a tática adotada por Crivella o diferenciou em relação aos demais políticos evangélicos tradicionais. Segundo Cunha, Lopes e Lui (2017, p. 10):

No caldo das antipatias, atordoamentos e ódios que explodiram em 2013 e foram amplificados pós-eleições presidenciais de 2014, a rejeição à religião cresceu no espaço público (em contexto nacional e internacional, vale dizer). Muitos a apontam como o mal do Brasil atual, causador da discórdia, do “obscurantismo”, da intolerância. Será?

O “caldo das antipatias, atordoamentos e ódios” mencionado não incorreu na derrota de Crivella nas urnas, em 2016.¹⁸ Ao contrário, ele venceu. Não só os votos de atores sociais vinculados à IURD e ao campo evangélico propriamente dito definiram a eleição de Crivella, a forte rejeição social ao candidato opositor nesse pleito, Marcelo Freixo, do partido de esquerda Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), pôs em xeque afetações em relação ao “bispo”. Devido ao apoio do PSOL a Dilma Rousseff (PT) no segundo turno das eleições de 2014 e, posteriormente, ao seu alinhamento contra o golpe sofrido pela presidenta da República em 2016, a imagem de Freixo ficou atrelada à do Partido dos Trabalhadores. Acrescenta-se que o partido de Freixo é correntemente identificado como sendo de “esquerda radical”, característica sempre retomada no debate público em justificativas pelo voto contrário às suas candidaturas ao Executivo.

¹⁷ Disponível em: <https://marcelocrivella.com.br/espalhe-a-verdade>. Acesso em: 29 maio 2018.

¹⁸ Além do fator religioso, em termos conjunturais, de acordo com Rezende (2019, p. 115-116), a eleição para prefeito de 2016 foi caracterizada por duas particularidades principais: a derrota do PMDB, devido ao envolvimento de quadros do partido trazido à tona pela operação federal conhecida como Lava Jato; e por ter sido pautada pelos debates inerentes à conjuntura política nacional, em detrimento das pautas locais, principalmente nas grandes cidades.

Na hierarquia “dos ódios e antipatias”, a identidade religiosa de Crivella, vista como controversa, foi relevada por boa parte dos eleitores, inclusive por parte dos principais antagonistas de Crivella, como no caso de umbandistas, que, segundo pesquisas divulgadas pelo Datafolha,¹⁹ declaravam o candidato como preferência eleitoral, em torno de 15% a 19% das intenções de voto. Na mesma medida, a aversão às próprias eleições e ao campo político de forma geral esvaziou o pleito, marcado pelo elevado número de abstenções e de votos nulos e brancos (41,53%), que superaram os votos em Marcelo Freixo (40,64%) (G1, 2016b). Como veremos, no entanto, as controvérsias seguem em seu mandato.

Nas eleições nacionais de 2014, houve o movimento marcante de deslocamento do eleitorado brasileiro para a direita. Esse processo se aprofundou nas eleições municipais de 2016 e nas eleições que elegeram Bolsonaro em 2018, com a chegada da extrema-direita à Presidência. Análises como a de Evangelista (*apud* SANTOS, 2020) indicam que o chamado “novo conservadorismo”, no Brasil e no mundo, conta com dois elementos fundamentais: a direita cristã e os evangélicos na política. Nesse contexto, anticomunismo, militarismo e punitivismo são listados pela autora como as principais pautas debatidas no Legislativo e no Executivo, em aliança com o neoliberalismo, antes de 2018, o que culmina na eleição de Jair Bolsonaro para presidente da República (EVANGELISTA *apud* SANTOS, 2020).

O cardeal-arcebispo da cidade do Rio de Janeiro, Dom Orani, declarou neutralidade no segundo turno do pleito, mas permitiu que auxiliares e padres conservadores apoiassem Crivella – por verem em Freixo a representação do socialismo. Dom Orani repreendeu padres e líderes que apoiaram o candidato do PSOL, através da assinatura de nota de esclarecimento assinada junto com cinco bispos e 11 vigários episcopais, em que os acusou de causar “o escândalo da desunião” e indicou as prerrogativas dos valores que o candidato “ideal” deveria defender, como: condenação ao aborto e à eutanásia, ao anarquismo e ao terrorismo, ao divórcio, e que defendessem efetivamente o “matrimônio monogâmico entre pessoas de sexo oposto” (CARTA CAPITAL, 2016^a). No discurso da vitória, Crivella agradeceu o apoio da Igreja Católica, pois ele colaborou para vencer o preconceito surgido na campanha e alimentado pela mídia (MAIA, 2006).

No pleito de 2016, Jesus e Gobo (2018) informam que Crivella ganhou a eleição no segundo turno, com a coligação intitulada “Por um Rio mais humano”, construída pelo Partido Republicano Brasileiro (PRB), pelo Partido da República (PR) e pelo Partido

¹⁹ Os católicos constituíram outro grupo que declarou voto majoritário em Crivella, declarando em torno de 24% a 26% das intenções de voto no candidato (D’AGOSTINO, 2016).

Trabalhista Nacional (PTN), para a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro.²⁰ Fez poucas menções ao cargo de bispo que ocupou na IURD, mas, mesmo assim, não conseguiu dissociar a religião de seu perfil político (NOGUEIRA, 2016). Ao contrário disso, em seu discurso de posse, agradeceu o apoio do eleitorado evangélico (CPDOC, s. d.).

O corte de gastos e de 50% dos cargos comissionados, o aumento de impostos, como o IPTU, a publicação de 78 decretos no *Diário Oficial* estabelecendo que a Secretaria Municipal de Transportes estabelecesse prazo para incluir o metrô no sistema Bilhete Único Carioca e a implantação de um plano pela Secretaria Municipal de Saúde para reduzir filas e aumentar o número de leitos foram as medidas iniciais do prefeito Crivella. O ministro Marco Aurélio de Mello, do Supremo Tribunal Federal, considerou como nepotismo a nomeação de Marcelo Hodge Crivella para o cargo de secretário da Casa Civil, devido ao fato de ele ser filho de Crivella, suspendendo a nomeação. Diante da possibilidade de ilegalidade na nomeação, o Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) instaurou inquérito civil, porém Crivella alegou que a Procuradoria-Geral do Município estabeleceu que as nomeações de parentes diretos para cargos de primeiro escalão não é nepotismo (EXAME, 2019).

Jesus e Gobo (2019) apresentam um levantamento crucial para a presente análise, indicando os projetos apresentados em 2017 pelo Executivo e pelo Legislativo da cidade do Rio de Janeiro na área da cultura. A pesquisa foi realizada nos *sites* oficiais e nas redes sociais do prefeito e dos vareadores, nos *sites* oficiais da Prefeitura e da Câmara Municipal do Rio de Janeiro e nos *sites* da mídia.²¹ Vale trazer à discussão os dados coletados, acrescidos de outras informações complementares, acessadas pela presente pesquisa.

Em relação ao número absoluto de vereadores e ao espectro político, Jesus e Gobo (2019, p. 260) informam que foram eleitos 22 vereadores de direita, 13 de centro e 11 de esquerda. A coligação de Crivella elegeu somente quatro vereadores. O PMDB, que teve Pedro Paulo como candidato à prefeitura, apoiou Marcelo Crivella. O PSOL foi oposição ao prefeito. Além do PMDB, Crivella contou com o apoio das bancadas do PSDB e do DEM, garantindo a maioria dos votos nas pautas de interesse do prefeito. Em relação à identidade religiosa, o perfil dos 51 vereadores contava com: um ateu, uma judia, nove católicos, 11 evangélicos e 29 não declararam sua religião.

²⁰ Os autores mencionados no parágrafo relatam que a coligação de Marcelo Freixo se chamava Mudar é possível, composta pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB).

²¹ A Câmara de Vereadores eleita em 2016 contava com 51 vereadores de 19 partidos. As legendas com maior número de vereadores eleitos eram: Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Partido Democrático Social (PDS), Partido Progressista Reformador (PPR), Partido do Povo Brasileiro (PPB), Partido Progressista (PP), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Democratas (DEM).

Para a discussão desta tese, vale considerar a conformação da área da cultura no período. Em 2017, conforme os dados da pesquisa mencionada, representantes de partidos de esquerda formaram a maioria na Comissão de Cultura: Reimont (PT), Renato Moura (PDT) e Tarcísio Motta (PSOL). Foram apresentados 612 projetos, sendo que 132 (21,5%) deles passaram pela comissão. Apenas um projeto foi de autoria do Executivo, e foi arquivado, junto com outros 13; os demais foram de autoria dos vereadores e apresentados por eles. Crivella vetou 205 projetos culturais até julho de 2017, ainda no primeiro semestre de seu mandato, sob a justificativa de “cortar gastos”. Vereadores de partidos de direita apresentaram a maior parte dos projetos – 50% –, a esquerda apresentou 30,3% e o centro apresentou 13,6%: “Se for levado em consideração o baixo número que os partidos orientados mais à esquerda do espectro político nesta legislatura, percebe-se o seu interesse pela área” (JESUS; GOBO, 2019, p. 261).

Seguindo com as informações sobre ações na área da cultura, nota-se a importância dos representantes da esquerda na apresentação da tramitação de projetos ligados às artes, como os voltados à valorização do grafite e do muralismo. Já os conservadores propuseram projetos relacionados à cultura “elitizada” e à criminalização das pichações (JESUS; GOBO, 2019, p. 261).

Os autores destacam a fala do vereador evangélico Otoni de Paula (PSC), que apresentou proposta para limitar verbas para eventos culturais que não estivessem relacionados aos pressupostos da família cristã. A justificativa na apresentação do projeto se pautou pela defesa da família, da justiça e da moral, temáticas que seguirão norteando os mandatos de parlamentares conservadores e o mandato de Crivella, como veremos nos capítulos seguintes.

Cabe, também, ao Município, como esfera de governo mais próxima do cidadão, assim como incentivador e financiador da produção artística e cultural local, estabelecer o que pode e o que não pode ser financiado ou incentivado, observando sempre o desenvolvimento psicossocial da família, em particular o da criança e o do adolescente (JESUS; GOBO, 2019, p. 262).

Nota-se que outro projeto de lei foi proposto por 17 vereadores na mesma direção, sendo que oito deles possuíam identidades religiosas no campo cristão, entre católicos e evangélicos. O objetivo era restringir verba pública para atividades culturais com propostas contrárias à “proteção de crianças e adolescentes”, baseadas em ideias conservadoras de

defesa da família, acionando o discurso reativo à chamada “ideologia de gênero”,²² amplamente difundido nos meios religiosos e conservadores (JESUS; GOBO, 2019, p. 263), conforme será visto no Capítulo 3.

Propostas voltadas para o tema da cultura e da economia criativa apareciam em número bastante reduzido no programa de governo de Crivella (JESUS; GOBO, 2019, p. 263 e 264), quando disputou as eleições para a Prefeitura. Os projetos colocavam a cultura, as artes e os esportes apenas como possibilidades de lazer. Destacava a maior participação dos pais na rotina escolar dos filhos, a partir da ampliação do programa Vale Cultura; o orçamento municipal destinaria 1% às atividades culturais no primeiro ano de governo; jovens pobres seriam capacitados através do Programa Oficina para trabalharem no turismo, no entretenimento e na produção cultural. A valorização da diversidade cultural, principalmente nas áreas que tradicionalmente foram alvos de embates no campo religioso, não foi mencionada no programa.

Segundo Jesus e Gobo (2019, p. 264), Crivella estabeleceu 54 promessas durante a campanha. Dentre aquelas previstas para serem executadas em 2017, apenas 16,6% foram cumpridas, 38,8% não foram colocadas em prática e 44,4% não foram concluídas. Os eventos culturais ligados ao carnaval, às religiões afro-brasileiras e LGBTQIA+ sofreram 91% dos cortes realizados por Marcelo Crivella. Em que medida essas questões tanto acionam a memória das controvérsias protagonizadas pela IURD, no que se refere ao lugar subalternizado e aos usos dos elementos das religiões afro-brasileiras em seu repertório religioso, quanto podem evidenciar o “racismo estrutural” e o conservadorismo característicos da sociedade brasileira?

²² O termo surgiu a partir da oposição da Igreja Católica à inclusão do termo “gênero”, no sentido proposto pelas feministas, visando à garantia de direitos sexuais e reprodutivos no documento final da Conferência ONU Mulher, em 1995. A Igreja defendia que o termo “gênero” conservasse os papéis biológicos atribuídos a homens e mulheres, bem como os papéis sociais de mãe e esposa atribuídos a estas últimas (MACHADO, 2018).

2 O DECRETO E SUAS REPERCUSSÕES: MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E CULTURAIS

Neste capítulo, iniciaremos os debates sobre as controvérsias ocorridas nos dois primeiros anos do mandato do prefeito Marcelo Crivella, 2017 e 2018, concernentes à cultura de tradição afro-brasileira e popular. Os sentidos da religião, da cultura e do patrimônio, no âmbito das controvérsias públicas, serão apresentados por meio do Decreto nº 43.219/2017, que dispõe sobre a obrigatoriedade de alvará transitório para a realização de rodas de samba e atividades religiosas em locais públicos e privados, assim como do corte de 50% na verba pública destinada à realização do desfile das escolas de samba, com a justificativa de investir em creches municipais. Concomitantemente, as acusações de intolerância religiosa e de demonização da cultura popular são atualizadas, dando continuidade às tensões provenientes de sua associação com a IURD. Integrantes e lideranças religiosas afro-brasileiras, militantes e trabalhadores do samba e da cultura acionam a memória desses confrontos nas atuais controvérsias protagonizadas pelo prefeito Crivella (PRB).

Embora as controvérsias protagonizadas por Crivella nem sempre sejam construídas para atacar diretamente as religiões afro-brasileiras, a memória da perseguição esteve sempre presente. Apesar da tentativa, tanto da Universal quanto de Crivella, de construção de um perfil mediador, que negocia com a política e políticos de diferentes matizes, as ações de ambos são fundadas por uma base conservadora; a constante menção à instituição nos discursos de Crivella, enquanto prefeito, atualizou a permanência e o acionamento da memória relacionada à intolerância religiosa, a cada ação adotada por Crivella em relação ao campo da cultura afro-brasileira.

Ocupar os espaços público e político representa a tática e a estratégia da IURD para se manter como referência e ampliar sua capacidade intervenção no aparato estatal (CERTEAU, 1998).²³ É importante observar como os personagens envolvidos nas controvérsias se apropriam e disputam os conceitos de religião, secularização e laicidade. Isso significa ir além do que está definido na teoria, observar o que se entende na prática por religião e quais são os interesses contidos nos grupos que disputam as narrativas em torno dessas definições. A religião embasou a ideia e as práticas contidas na formação histórica do Estado, entrelaçada pela própria história do conceito de laicidade. As discussões em torno da inserção de setores

²³ Certeau (1998) estabelece diferença entre estratégia e tática. A primeira refere-se à produção e à imposição por alguém que detém poder. A segunda está no âmbito da capacidade inventiva como uma forma de sair da posição de submissão empreendida pelas instâncias de controle.

religiosos na construção de políticas públicas esbarram nas concepções de Estado, religião, laicidade e na própria construção das dinâmicas propriamente religiosas.

2.1 O decreto e a cidade: impactos

O Decreto nº 43219, de 26 de maio de 2017, do prefeito Marcelo Crivella, institui o sistema Rio Ainda Mais Fácil Eventos (RIAMFE), que visa “simplifica[r] os procedimentos relativos à autorização e à realização de eventos e produções de conteúdo audiovisual em áreas públicas e particulares no Município do Rio de Janeiro, e dá outras providências”. São 12 artigos, dos quais destaco o 2º, por se deter nas questões levantadas para debate:

Art. 2º Para efeito do disposto no § 1º do art. 1º deste Decreto, considera-se evento, todo exercício temporário de atividade econômica, cultural, esportiva, recreativa, musical, artística, expositiva, cívica, comemorativa, social, religiosa ou política, com fins lucrativos ou não, que sugere: I – concentração de público, em público, em áreas abertas ou fechadas, particulares ou não; II – intervenção em logradouro público, ainda que não enseje a hipótese do inciso I; III – ações promocionais em logradouros públicos e a realização de espetáculos pirotécnicos em quaisquer locais, observando o disposto no § 2º deste artigo.

A reportagem publicada no *site* da Prefeitura do Rio de Janeiro (2017b) diz que o sistema Rio Ainda Mais Fácil Eventos (RIAMFE) – instituído pelo Decreto nº 43.219/2017 – iria simplificar a organização de manifestações em áreas públicas e particulares através de um instrumento digital, com a função de processar, armazenar e emitir autorizações relativas ao processo de autorização. Além de facilitar a emissão de autorização, o decreto diferencia procedimentos de acordo com os tipos de local, aparatos utilizados, o quantitativo de público e se é público ou privado, com o intuito de liberar os pequenos eventos de burocracias desnecessárias.

Em decorrência das críticas e mobilizações dos sambistas, que consideraram arbitrária a medida de conferir ao gabinete do prefeito o poder de autorizar ou não as rodas de samba em espaços públicos, Marcelo Crivella publicou em 18 de julho de 2017, no *Diário Oficial*, o Decreto nº 43.423 (MACEDO, 2017), que revê os procedimentos de autorização de rodas de samba. Crivella dispensou da obtenção de alvará as rodas de samba inseridas no Programa de Desenvolvimento Cultural Rede Carioca de Rodas de Samba, instituído pelo Decreto nº 41.036, de 1º de dezembro de 2015, durante a prefeitura de Eduardo Paes (PMDB) (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2017b). A princípio, essa medida gerou controvérsia em meio aos sambistas que não participam do programa, apontando que a redação do decreto

não seria clara sobre a abrangência também das rodas não ligadas à Rede Carioca. Além disso, desloca a responsabilidade em relação a resoluções referentes às rodas para a Secretaria Municipal de Fazenda e a Secretaria Municipal de Cultura.

Ainda segundo o decreto, foram levados em consideração a necessidade de fomentar uma manifestação “genuinamente” popular e os benefícios de desburocratizar eventos públicos e privados, em consonância com o programa Rio Ainda Mais Fácil. As respostas de pessoas ligadas à Rede Carioca indicam a proposta de fazer um mapeamento com data, hora e local das rodas e dos produtores.

O Programa de Desenvolvimento Cultural Rede Carioca de Rodas de Samba (MARTINS, 2015) reúne sambistas e produtores de 40 eventos ligados ao samba em todo o município, sendo vinculado ao Instituto EixoRio e à Secretaria de Cultura, através do decreto que o regulamentou. O objetivo é dar estrutura e sustentabilidade financeira para as rodas de samba inseridas no programa, transformando-as em instrumento de desenvolvimento local, através do turismo, da formalização dos profissionais do samba e da geração de trabalho e renda. O Programa de Desenvolvimento Cultural Rede Carioca de Rodas de Samba tem a proposta de ser organização para as rodas de samba.

Ressalta-se que, mesmo com o decreto isentando as rodas de samba inseridas no Programa de Desenvolvimento Cultural Rede Carioca de Rodas de Samba da obtenção de alvará, ocorreram episódios nos quais elas não conseguiram a autorização do Batalhão da Polícia Militar para realizarem seus eventos na Praça Tiradentes. Segundo os músicos organizadores das rodas, não eram apresentados motivos consistentes, levantando a hipótese de que a polícia e o poder público estariam criando dificuldades a mando de donos de casas noturnas da Lapa, que estariam vendo nas rodas de samba realizadas gratuitamente nas ruas uma grande concorrência (REDE CARIOCA DE RODAS DE SAMBA, 2017). Outro episódio ligado à controvérsia na cultura foi a cobrança de alvará para o bloco Tambores de Olokun ensaiar no Aterro do Flamengo, local que usam com o mesmo fim há seis anos. A sugestão da Prefeitura foi transferir o bloco para outros dois lugares no Aterro, sob a justificativa do barulho e da sujeira decorrentes da realização do evento.

O suposto recuo de Marcelo Crivella se encaixa no perfil político mediador construído pela Igreja Universal a partir de 2002, com a sua primeira eleição para o Senado Federal, que, por sua vez, vai ao encontro da mudança das práticas da instituição, conforme argumenta Gomes (2011). Naquele período, segundo a autora, a igreja investia em sua institucionalização, empreendendo diversas ações no sentido de marcar sua consolidação. O

intuito era mostrar uma imagem de igreja que dialoga com os demais segmentos sociais, em vez do embate, implementando, por exemplo, projetos de assistência social, como foi o caso do Projeto Nordeste, liderado por Crivella, que visava construir fazendas em regiões de seca como forma de combate à pobreza.

Durante a sua gestão, Marcelo Crivella pensou em fundar uma Fazenda Canaã na cidade do Rio de Janeiro, no bairro de Paciência, em local de propriedade da Ambev. Ele depositou em juízo R\$ 12 milhões pertencentes aos cofres públicos no espaço que foi desapropriado, porém o projeto não avançou. O atual prefeito Eduardo Paes declarou que irá devolver o dinheiro e acionar Crivella na Justiça (DIÁRIO DO RIO, 2021).

A retórica da perseguição foi construída pela instituição no embate com os seus “outros”, acionando esse argumento também para justificar as candidaturas de seus integrantes. Segundo Ronaldo Almeida, em entrevista para o Portal UOL²⁴ em 2015, quando as ações da IURD não geram imagem positiva, ela volta atrás e cria uma retórica para fugir da controvérsia. Almeida destaca que a instituição inventou uma nova imagem, com novas formas de atuação na sociedade, mas mantendo sempre o conservadorismo ativo, com o objetivo de conquistar e se legitimar no espaço público.

A retórica da perseguição embasou o argumento da IURD para legitimar as candidaturas de seus integrantes, apostando na postura do confronto, pautada no estímulo à superação e conquista de espaço, extrapolando a esfera religiosa e estabelecendo conexão com a temática dos “lugares de memória”. De acordo com Nora (1993), com a substituição do Estado-nação pelo Estado-sociedade, no qual a memória nacional perde sua capacidade de transmitir e unificar a sociedade em torno de seus valores, os diferentes grupos, que estavam ou não inseridos dentro dessa construção identitária, criam suas próprias memórias, com vistas a permanecerem influentes no futuro. Com a perda de espontaneidade na produção de memórias, ocupar o espaço público representa a tática da IURD para se manter como referência, ampliando sua capacidade de intervenção com sua incursão na esfera política, inicialmente no Legislativo e depois no Executivo.

Durante a disputa eleitoral para a Prefeitura do Rio de Janeiro em 2016 – bem como ao longo de sua carreira política –, Marcelo Crivella foi indagado a respeito da relação entre política e religião e sempre respondeu que não iria misturar as duas coisas. Além desse questionamento, em sua entrevista ao RJTV (G1, 2016^a) em 21 de setembro de 2016, outra

²⁴ Disponível em: <http://mais.uol.com.br/view/1575mnadmj5c/o-que-a-universal-quer-com-os-gladiadores-do-altar-especialistas-explicam-04020C183464C0A15326?type=V&>. Acesso em: 19 jul. 2017.

questão muito recorrente também apareceu: sua retórica em relação ao campo opositor, sobre o fato de ele ser evangélico não ser impeditivo para “sonhar” em ser prefeito da cidade.

A “identidade evangélica” é correntemente apresentada de forma homogênea, muitas vezes utilizada como categoria acusatória, em especial quando estão em jogo a disputa por mandatos. A Igreja Universal é um marcador importante nessa classificação, pois engloba, de alguma maneira, a percepção externa sobre esse campo religioso. Em resposta, ela aciona categorias como intolerância e perseguição, narrando sua história a partir dessa dinâmica persecutória que, no entanto, é sempre passível de superação, como uma etapa do processo de conquista que faz funcionar a instituição e ressoa na vida dos fiéis. A lógica é: se a instituição é capaz, se ela demonstra poder superando os obstáculos, por exemplo, e conquistando cargos eletivos (no Legislativo e no Executivo), o fiel também pode superar os seus (GOMES, 2011).

As controvérsias que envolvem a relação da IURD com as religiões afro-brasileiras também emergem como marcadores sempre presentes. O fato de o decreto incluir como eventos a serem regulamentados as atividades religiosas públicas ou privadas de todos os matizes gerou acusações de perseguição do prefeito Marcelo Crivella às religiões de matriz africana e seus simpatizantes, em publicações no Facebook e em reportagens de jornais (CARTA CAPITAL, 2017). Sua imagem é indissociável da identidade religiosa adotada, estando atrelada à ideia de ameaça à cultura e à diversidade, principalmente no que se refere às religiões de matriz africana. Não se apagam os casos marcantes de intolerância que ganharam visibilidade pública, como: a publicação do livro *Orixás, caboclos e guias: deuses ou demônios?* por Edir Macedo em 1987; o chute na imagem de Nossa Senhora Aparecida em 1995 pelo bispo Sérgio Von Helder; a invasão do terreiro de Mãe Gilda de Ogum, em Salvador, por fiéis da Universal no fim de 1999, resultando em seu falecimento em janeiro de 2000 – em resposta, a data foi transformada em Dia de Combate à Intolerância Religiosa.

Acionar o passado de liderança religiosa de Crivella, mesmo que transversalmente, é o ponto chave quando o tema se refere a aspectos da cultura. É na esfera pública que ocorrem disputas em torno de visibilidade e legitimidade:

Essas organizações estão voltadas para a produção de um discurso público engajado, para a pedagogia de empreendimentos de militância e para a mobilização das opiniões em torno de algumas pautas específicas que vão sendo produzidas no (e pelo) confronto (MONTERO, 2015, p. 22).

Por mais que o Decreto nº 43.219/2017 não seja um ato construído diretamente com o intuito de atacar as religiões de matriz africana, na medida em que fala da obrigatoriedade de

autorização para religiões de uma maneira geral, além de ser um decreto visando ao ordenamento de espaços públicos e privados para as mais diversas categorias de eventos, a memória que ficou foi a memória da perseguição, inclusive para os filhos de santo que não vivenciaram presencialmente os atos de intolerância religiosa, mas possuíam identidade forjada em comunidades marcadas por esse fato. Nesse sentido, Pollak (1992) afirma que a relação dos indivíduos com suas memórias individuais e coletivas, bem como com seus lugares de memória, é constituída tanto pelos acontecimentos vivenciados presencialmente, quanto pelos acontecimentos vivenciados por outras pessoas pertencentes aos grupos. A partir disso, de acordo com o autor, o indivíduo se sente parte desses acontecimentos, mesmo sem ter estado de fato presente. Ele conclui que a memória individual é seletiva, composta pelas nossas experiências e por aquilo que apreendemos dos grupos pelos quais transitamos, além de ser pautada pelas questões do presente. O sentimento de pertencimento a um grupo, através do vínculo identitário, possibilita a continuidade das nossas memórias no futuro.

Marcelo Crivella respondeu que era boato a acusação de intolerância referente ao uso do decreto para fechar casas de umbanda e candomblé que não estivessem legalizadas. Em seu site, disponibilizou um *link* de acesso ao *Diário Oficial* do dia 31 de maio, junto com um vídeo, com a seguinte resolução do Decreto nº 43.219/2017:²⁵

Art. 1º Observado o disposto no art. 2º deste Regulamento, não estão sujeitos aos procedimentos de Consulta Prévia e de emissão de Alvará de Autorização Transitória neste previsto: I – manifestações decorrentes da liberdade de reunião; II – procissões e celebrações religiosas em geral; III – eventos realizados no interior de edificação ou estabelecimento particular, cujo uso previsto ou licenciamento permanente já inclua as atividades a serem neles exercidas, desde que respeitadas as limitações relativas a impacto, densidade, intensidade e risco, notadamente as referentes a quantitativo de público e outras ligadas à segurança; IV – eventos de iniciativa de órgãos do Município; V – cerimônias de casamento ou celebração similar; VI – festas de natureza não comercial em área particular; VII – festas de inauguração ou reinauguração, desde que restritas aos limites da área particular; VIII – festas juninas, quermesses e congêneres realizados no interior de escolas, clubes, igrejas, condomínios e em áreas particulares; IX – sessões fotográficas ou filmagens momentâneas e de pequena escala em logradouros públicos, para fins não comerciais ou de caráter jornalístico, quando: a) não prejudiquem a normalidade das vias de trânsito de veículos e de circulação de pedestres; b) não utilizem área pública para estacionar veículos nem instalar camarins, aparatos e equipamentos em geral, ainda que destinados a simples apoio, seja próximo, seja a distância; c) não utilizem estruturas ou assentos para a acomodação de espectadores selecionados. Parágrafo único. As exclusões previstas neste artigo não eximem o particular do recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), quando for o caso.

²⁵ Disponível em: <https://marcelocrivella.com.br/decreto-de-crivella-para-autorizacao-de-eventos-nao-promove-intolerancia-religiosa/>. Acesso em: 18 jul. 2017. Página retirada do ar posteriormente.

Apesar dessa justificação oficial (cf. BOLTANSKI; THEVENOT, 1999), a Congregação Espírita Umbandista do Brasil (CEUB) entrou com um mandato de segurança coletivo preventivo, com pedido de medida liminar, contra o Decreto nº 43.219/2017 (ROMÃO, 2017). De acordo com a petição da CEUB, o decreto contraria a Lei Municipal nº 2.580/1997, de autoria do vereador Ely Patrício (PSDC), que dispensa a obrigatoriedade de alvará para a instalação e o funcionamento de templos religiosos, sancionada pelo prefeito à época, Luiz Paulo Conde. No dia 24 de agosto de 2017 (CARTA CAPITAL, 2017), representantes das religiões de matriz africana fizeram ato na porta da Câmara Municipal do Rio de Janeiro e audiência pública, com o intuito de protestar contra a obrigatoriedade de autorização para eventos religiosos. Lideranças do candomblé e da umbanda, produtores culturais, bem como a OAB-RJ – que entrou com uma representação de inconstitucionalidade na Justiça para suspender os efeitos da medida, pois considerou que o decreto viola não só liberdades fundamentais, como também fere as constituições do Estado e da Federação –, queriam a revogação do Decreto nº 43.219/2017. Por maioria de votos, em 23 de janeiro de 2018, a concessão de autorização para eventos públicos pelo gabinete do prefeito foi suspensa pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça (EXTRA, 2018).

Segundo o movimento Não Mexa na Minha Ancestralidade, mesmo suspenso pela OAB, o decreto continuava vigente. Por isso, em 21 de junho de 2018, aconteceu audiência pública na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. A página de divulgação da audiência no Facebook informou que houve outro decreto, nº 41.827/2016,²⁶ na gestão do prefeito Eduardo Paes, que já trazia dificuldades em relação à questão da regularização dos terreiros. O decreto do prefeito Crivella, porém, trazia maiores dificuldades, principalmente para terreiros localizados nos fundos de residências, sob a alegação de “vício sistêmico”. Cabe destacar que o decreto lançado pelo prefeito anterior, Eduardo Paes, se refere ao licenciamento apenas de estabelecimentos comerciais (eventos não estão incluídos nesse decreto), constando no parágrafo 3º do artigo 5º a exclusão de tal obrigação imposta aos templos religiosos. Além disso, a atribuição de liberar o alvará estava a cargo da Secretaria Municipal de Fazenda. Apesar das diferenças de abrangência dos decretos por parte dos prefeitos citados, de qual secretaria seria responsável por liberar a regularização dos terreiros e do perfil religioso dos prefeitos, em ambos os casos houve acusações de dificultar o licenciamento para o funcionamento dos terreiros.

²⁶ Disponível em: http://smaonline.rio.rj.gov.br/legis_consulta/52090Dec%2041827_2016.pdf. Acesso em: 27 jul. 2018.

2.2 Políticas culturais e identitárias em disputa

As ações de Crivella e as reações de seus antagonistas constituem formas de articulação dos grupos que o acusam de perseguir a cultura de matriz africana, configurando formas de disputas narrativas por meio do embate público com o prefeito. Boissevain (1987, p. 199) mostra, em “Apresentando ‘Amigos de amigos: redes sociais, manipuladores e coalizões’”, como a manipulação é acionada nas relações interpessoais pelos indivíduos ou grupos para atingir metas e resolver problemas. Nesse sentido, o autor destaca que, para entendermos como as relações interpessoais se constroem, é preciso buscar seus indícios no costume, na coerção e na ordem social. A resolução dos problemas, os recursos acessados pelos grupos e qual posição ocupam na hierarquia social são considerados fatores determinantes para Boissevain na articulação dos mecanismos disponíveis pelas relações construídas. Nossas relações e ações, na maioria das vezes, são pautadas pela moralidade e pelas leis, controladas pelas burocracias estabelecidas pelos grupos abastados da sociedade.

O carnaval e o samba são ligados à cultura de matriz africana, considerados representantes da identidade e do patrimônio cultural da cidade. Apesar desse reconhecimento, ambigualmente, são socialmente estigmatizados. A acomodação em torno da sua importância acontece nos momentos em que cumprem o papel de cultura do entretenimento, aquecendo a economia local, trazendo recursos econômicos. Quando deslocamos o olhar para a aplicabilidade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena estabelecido pela Lei nº 11.645/2008, ainda prevalece a visão eurocêntrica no uso da bibliografia, na análise e no reconhecimento em torno da pluralidade do continente africano. Sendo assim, o ensino ainda permanece ancorado na historiografia da escravização.

A umbanda e o candomblé foram elevados à categoria de patrimônio imaterial da cidade e do estado do Rio de Janeiro, em 2016 e 2009, respectivamente. O carnaval está na lista de bens imateriais, sendo representado em quatro registros: Banda de Ipanema (Registro das Atividades e Celebrações, 2007); Bloco Cordão da Bola Preta (Registro das Atividades e Celebrações, 2007); música “Quem não chora não mama” (Livro das Formas de Expressão, 2007); e Escolas de Samba (Livro das Formas de Expressão e Registro das Atividades e Celebrações, 2008).

Quando se trata do campo neopentecostal, ele é retratado como destituído da cultura da cidade (GOMES, 2011; GOMES; LEITE, 2016). Na mesma medida, as religiões afro-brasileiras, assim como o catolicismo, são identificadas com a cultura nacional, além da local,

sendo reconhecidas pelas instituições oficiais de patrimonialização (GOMES, 2011). A tensa relação desses campos repercute quando um evangélico assume a prefeitura da cidade, atualizando as controvérsias: de um lado, a “cultura popular brasileira” e, do outro, seus perseguidores.

Segundo Ferreti (2014, p. 28), a cultura popular e nacional foi forjada pelos processos de mistura, fusão ou hibridismo, representados pelos:

rituais católicos adotados pelo povo de santo, como participação da missa, batizado, ladainhas, procissões, apresentações de festas de bumba-meu-boi ou de tambor de crioula para entidades espirituais dos terreiros, promessas dos brincantes de participar de determinadas festas, o uso de símbolos das religiões africanas nas missas afros.

Ferreti (2014, p. 28) destaca que, apesar de o sincretismo ter surgido como estratégia de resistência religiosa e cultural dos afro-brasileiros diante da perseguição da Igreja Católica e do Estado, ele produziu as festas populares que se tornaram parte da identidade cultural e religiosa no país. O autor esclarece que, embora o sincretismo tenha formado a religiosidade e a cultura brasileira, ele está longe de ser sinônimo de consenso. Para alguns segmentos do movimento negro, o sincretismo é a apropriação cultural dos ritos e símbolos das religiões de matriz africana pelo cristianismo. Por isso, Ferreti (2014, p. 29) destaca que, para esses segmentos, as religiões de matriz africana deveriam se manter apenas na “africanização” ou “reafricanização”, inclusive enquanto estratégia para combater o racismo religioso.

A análise de Ferreti (2014) informa sobre o impacto do sincretismo na nossa estrutura sociopolítica, produzindo processos identitários complexos que também conformam a umbanda e o candomblé, moldando o que é ser negro no Brasil. É nessa fresta que podemos encontrar as pequenas possibilidades de subversão cotidiana diante das imposições. Quando se trata do carnaval, a possibilidade de subversão da ordem sempre foi um dos fatores que levavam as religiões cristãs, em seu sentido institucional, a buscarem mecanismos de controle sobre os corpos. No caso mais específico dos evangélicos, é a festa que traz em sua formação a influência barroca católica – a partir da leitura popular – e a cultura de matriz africana. Isso representa a não adequação dos crentes ao que já está conformado, o que não significa apenas demonização discursiva e total apartamento de seu processo.

Segundo publicação no *blog* da Igreja Universal, datada de 2 de fevereiro de 2016, a palavra carnaval já traria em sua própria nomenclatura o objetivo da festa, a ideia de aproveitar os “prazeres da carne”. A ideia é que as pessoas se entregam às emoções de forma intensa, no presente, agradando aos “espíritos malignos”, sem se preocupar com as implicações futuras, indo em direção oposta às proposições do “Espírito de Deus”,

conduzindo suas almas ao “inferno”. A publicação conclui com uma convocação das pessoas para que participem das reuniões da Universal, como forma de evitar serem “devoradas” pelos espíritos malignos.²⁷

Marcelo Crivella é bispo licenciado da IURD, e defendia esse tipo de posicionamento a respeito do carnaval quando atuava pela instituição. Portanto, as dúvidas a respeito da forma como ele lidaria com esse assunto, como prefeito, permeava o imaginário e a atuação dos grupos “demonizados” pela IURD. Ao ser eleito para um cargo executivo, Crivella precisa lidar com a conjunção de interesses de diversos grupos políticos, econômicos, sociais e culturais.

Entre convicções religiosas e interesses de seus apoiadores e não apoiadores políticos, as controvérsias em relação ao carnaval e às manifestações culturais em geral marcaram seu mandato. Durante e depois das eleições de 2016, o prefeito Marcelo Crivella reiterou que manteria o apoio às escolas de samba, fato que baseou o apoio de grupos ligados ao carnaval durante o processo eleitoral. A polêmica envolvendo a relação de Crivella com o carnaval começou em 2017, quando ele não compareceu à tradicional entrega das chaves ao Rei Momo, que foram entregues pela secretária de Cultura Nilcemar Nogueira. Ele ficou na cidade durante o Carnaval, mas não compareceu ao Sambódromo. Visitou hospitais, incluindo as vítimas dos acidentes que ocorreram na Sapucaí. Acompanhou e fiscalizou obras, fez reuniões com o secretariado, acompanhou trabalho da Guarda Municipal e da Comlurb. Afirmou que, se fosse à Sapucaí, estaria sendo demagogo, que ele trabalha com sinceridade e que, em vez de ter aproveitado seu tempo para descansar, estava trabalhando.²⁸

Nesse sentido, apontam-se dois elementos importantes nesse posicionamento do prefeito Marcelo Crivella. O primeiro é a presença do valor do trabalho, empreender ações que visam “cuidar das pessoas” (*slogan* de sua campanha para prefeito), principalmente quando poderia estar descansando, postura que remete ao clássico de Max Weber (2013), *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*, sobre as bases protestantes do processo de

²⁷ Determinados segmentos evangélicos, como a própria IURD, adequam eventos como o carnaval, os doces de Cosme e Damião e o acarajé para se encaixarem nos preceitos religiosos. O doce de Cosme e Damião é visto pela IURD como idolatria, feitiçaria, ocultismo, culto aos mortos, que são práticas condenadas por Deus; os envolvidos na prática atraem maldição para si e seus descendentes. Sendo assim, o doce de Cosme e Damião não pode, mas pode comer doce de Jesus; o acarajé foi ressignificado como o bolinho de Jesus. Em relação ao Carnaval, a realização de retiros espirituais é uma prática corrente, como proposta de afastamento do mundo e purificação, a evangelização na “festa profana” através de blocos ligados às igrejas emerge como mandato da “fé em ação” (GOMES, 2011; UNIVERSAL, 2020). Disponível em: <https://www.universal.org/noticias/por-que-devemos-nos-desligar-do-carnaval>. Acesso em: 18 jul. 2017. Página retirada do ar posteriormente.

²⁸ É antropóloga, pesquisadora de pós-doutorado (PNPD/CAPES) no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ e coordenadora de Religião e Política no Instituto de Estudos da Religião (Iser).

racionalização do trabalho, a ascese no mundo e o desperdício do tempo como pecado. Remete também à ideia de sacrifício, que é uma das categorias presentes no “circuito da conquista” (GOMES, 2011), como processo fundamental para o fiel da IURD alcançar a prosperidade. Em segundo lugar, e conseqüentemente, o prefeito, ao não considerar o carnaval como forma de produção, de trabalho e patrimônio cultural da cidade, deixa transparecer os valores e a moral religiosa que definem sua postura e a forma como exerce sua função pública.

O corte de verba para as escolas de samba, sob a justificativa de crise e de que as creches públicas precisam muito mais dessa verba do que o carnaval, interpretação apoiada pela maior parte da população, também é fruto da elitização dos desfiles. Em 2017, o evento em questão trouxe mais de 1 milhão de turistas à cidade, aumentando em 80% a ocupação da rede hoteleira, que movimentou 3 bilhões de reais na economia da cidade (MARTÍN, 2017). Quando surgiram, as escolas tinham forte apelo popular, estavam ligadas à comunidade, mas o aspecto comercial da festa, exemplificado pela defesa da ampliação de empresas privadas em sua organização, defendida pelo presidente da Riotur (órgão municipal responsável pela administração do sambódromo), por conta do aumento da arrecadação da prefeitura, demarca o processo cada vez maior de afastamento das escolas em relação à população em geral, principalmente das camadas populares.

Segundo o historiador e praticante das religiões de matriz africana Luiz Antonio Simas,²⁹ a questão religiosa não pode ser desconsiderada quando nos referimos ao prefeito Crivella, mas vale reavaliar a lógica dos desfiles atrelada fortemente ao turismo e ao entretenimento e, cada vez menos, à lógica cultural popular. Na época, o prefeito da cidade de São Paulo, João Dória (PSDB), anunciou que faria o mesmo corte de verba no desfile das escolas de samba da cidade, dias depois do anúncio feito pelo prefeito carioca, indicando que esse debate não se limita ao debate religioso, possui também ligação com a chamada “política de austeridade econômica” em vigor em 2017, inclusive em nível federal. Vale referir, no entanto, a presença de uma “moralidade” que pode se associar a valores conservadores e pautar as tomadas de decisões políticas em momentos de crise econômica, independentemente da religião ou de o governante ter ou não ter religião.

De toda maneira, tensões permeiam as relações estabelecidas antes e depois de eleito. Crivella obteve o apoio dos presidentes das escolas de samba do Grupo Especial durante o

²⁹ Disponível em: <http://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,com-menos-verba-escolas-de-samba-deveriam-se-reinventar-dizem-estudiosos,70001881533>. Acesso em: 18 jul. 2017. Página retirada do ar posteriormente.

processo eleitoral, com declarações de voto nos ensaios técnicos de algumas delas. Jorge Castanheira, presidente da Liga Independente das Escolas de Samba (Liesa), fez a seguinte declaração a respeito da conversa que teve com Crivella, logo após as eleições de 2016: “Ele sabe, e nos mostrou isso, que o carnaval é uma marca do Rio de Janeiro, cultural, social, e que traz um grande retorno para a cidade, inclusive financeiro. Crivella está do nosso lado” (MATTOS, 2016). Em encontro com os presidentes das escolas de samba e representantes da Liesa,³⁰ o ex-bispo cantou o samba-enredo “Pega no ganzá”, do Salgueiro. Em janeiro de 2017, na sua posse, cantou trecho do “Samba da minha terra”, de Dorival Caymmi, trocando o trecho original “quem não gosta de samba, bom sujeito não é” para “quem não gosta de samba, bom prefeito não é” (BALLOUSSIER, 2020a). Logo após ter ganhado o pleito, além de declarar que ajudaria as escolas, visitaria os barracões e compareceria aos desfiles, e fez a sinalização simbólica para validar sua promessa, nomeando Nilcemar Nogueira, neta do compositor Cartola e Dona Zica da Mangueira, como secretária municipal de Cultura.

Aconteceram alguns fatos ligados ao Carnaval de 2017 que colaboraram para esquentar a polêmica em torno de suas posições sobre a “festa da carne”. A ausência do prefeito na entrega das chaves ao Rei Momo – tradição mantida pelos seus antecessores e pertencente ao ritual e à simbologia do evento – gerou críticas imediatas, e as chaves foram entregues pela secretária de Cultura Nilcemar Nogueira. Na época, a secretária alegou que Crivella estaria a caminho do evento, mas desmarcou porque a esposa estaria doente (MASELLI, 2017). Ao ser indagado sobre o motivo de sua ausência, disse que não era “obrigado a fazer nada” e que sua presença nos desfiles seria “demagogia”. O prefeito Marcelo Crivella foi duramente criticado nas redes sociais, tendo seu passado de bispo licenciado da IURD apontado como o principal motivo para sua atitude, não só nas redes sociais, como em diversos jornais.³¹

³⁰ Crivella (PRB) ganhou a Prefeitura do Rio de Janeiro, no segundo turno, com 59,36%, contra 40,64% de Marcelo Freixo (PSOL). Disponível em: <http://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/eleicoes/2016/apuracao/rio-de-janeiro.html>. Acesso em: 16 jul. 2017. Sua trajetória política começou em 2002, quando foi eleito senador. Na eleição de 2010, Marcelo Crivella foi eleito para o seu segundo mandato como senador pelo estado do Rio de Janeiro. Em 2012, assumiu o Ministério da Pesca e Agricultura no governo Dilma Rousseff, deixando a pasta em 2014, devido a uma reforma ministerial promovida pela presidenta. Em 2004 e 2008, Crivella concorreu à Prefeitura do município do Rio de Janeiro e, nas eleições de 2006 e 2014, concorreu para o cargo de governador do estado do Rio de Janeiro. Não foi eleito prefeito nem governador. Sua candidatura a esses cargos foi marcada por polêmicas, devido ao seu posicionamento contrário à união civil entre pessoas do mesmo sexo e à criminalização da homofobia. Logo após o lançamento da pré-candidatura de Fernando Gabeira, nas eleições de 2008, Crivella gerou polêmica em entrevista, ao destacar que o deputado do PV apoia o “homem-com-homem” e a legalização da maconha (EXTRA, 2010).

³¹ Disponível em: <http://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,crivella-diz-que-seria-demagogia-aparecer-em-sambodromo,70001683713>. Acesso em: 16 jul. 2017. Página retirada do ar posteriormente.

Na visão do campo externo à Igreja Universal, ele era bispo disfarçado de prefeito, que punha em prática os valores produzidos por sua igreja. De fato, em muitos momentos ele aciona essa trajetória quando posta conteúdos referentes à sua religião na página do Facebook, utilizada para divulgar suas ações enquanto prefeito. A IURD se tornou conhecida através do confronto e da demonização das religiões afro-brasileiras e do catolicismo, opondo-se ao que se tem reconhecido como matrizes da cultura popular brasileira, em especial aquelas referidas ao campo afro-brasileiro. Apesar da construção do perfil da Universal e do papel mediador elaborado para Crivella, as ações de ambos são mediadas por uma base conservadora; a permanência da remissão à instituição nos discursos de Crivella, enquanto prefeito, deram vazão para que essa memória permanecesse e fosse acionada a cada ação adotada por Crivella que resvalasse ou atingisse o campo da cultura.

Nota-se que sua pertença religiosa orienta as críticas, o que não ocorria com prefeitos anteriores. Apesar de ter investido verbas nas escolas de samba e na estrutura do carnaval de rua, sem acionar a identidade religiosa em seus discursos e ações, Eduardo Paes aprofundou o processo de mercantilização da festa, ampliando o fosso que a separa de sua origem popular, enquanto parte da cultura da cidade. Essa mercantilização estava estabelecida, por exemplo, na determinação de que os ambulantes eram obrigados a vender uma marca específica de cerveja nos blocos de rua.³² Além disso, não estabeleceu processos de transparência em relação ao uso do dinheiro público por parte dos presidentes das escolas, alguns deles, inclusive, envolvidos historicamente com o tráfico e com a máfia de caça-níqueis. Crivella foi acusado de demonizar a cultura popular por conta de sua identidade religiosa, porém, com Paes e seus antecessores, sem acusações de intervirem “religiosamente” no carnaval, por que não se poderia pensar também em uma demonização, no sentido de esvaziamento do conteúdo cultural do evento, quando a visibilidade e os investimentos do carnaval de rua estão limitados ao Centro e à Zona Sul da cidade?

Em relação ao processo de exclusão dos mais pobres, limitando não só o acesso ao carnaval, como também os demais serviços considerados públicos, Zukin (2000, p. 82) afirma que a paisagem pós-moderna é construída de forma impositiva e desigual pelas instituições econômicas e políticas. As mudanças políticas e econômicas da modernidade e da pós-modernidade se refletiram na organização do espaço público, tornando-se mais hierarquizado, influenciando as identidades, a partir de novos elementos. Nesse processo, o que está em

³² Desde o começo da gestão de Eduardo Paes, lá em 2009, o carnaval de rua do Rio de Janeiro vem se tornando um valioso produto a ser negociado pela Prefeitura. Reproduzindo outros modelos muito robustos na cidade desde então, o modelo adotado é o das parcerias público-privadas (MÍDIA NINJA, 2018).

disputa nas políticas culturais e identitárias, quando elas são permeadas por valores religiosos?

2.3 Austeridade e o “cuidar das pessoas”

A política de austeridade econômica foi o guarda-chuva que também encobriu a redução de verba para o desfile das escolas de samba, adotada no primeiro ano da prefeitura de Crivella. Quando assumiu o cargo, Marcelo Crivella aplicou a política de austeridade, tomando como uma de suas primeiras ações o corte de secretarias e cargos comissionados, além de renegociar os contratos de prestação de serviços assumidos pela prefeitura. Essa postura de cortar gastos é contrária ao seu *slogan* de campanha, cujo objetivo era “cuidar das pessoas”, porque atingiu políticas justamente de “cuidado”. Ele justificou os cortes de verbas, alegando que o ex-prefeito Eduardo Paes (na época, filiado ao PMDB) deixou um déficit no orçamento.

Aceito por amplos setores da sociedade, o “enxugamento da máquina pública” por meio do corte de secretarias se escora no controverso argumento de gasto excessivo de dinheiro público, que deveria ser usado em áreas fundamentais, como saúde, educação, segurança pública etc. As políticas públicas voltadas para os direitos humanos e as minorias foram as mais afetadas pelas medidas econômicas adotadas pelo prefeito, pautadas pela defesa do Estado mínimo. Na época, seu partido, PRB (atual Republicanos), apoiou o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff e votou a favor da aprovação da Reforma Trabalhista, demonstrando o rumo que Crivella adotaria na política econômica da prefeitura, de total atrelamento ao governo federal.

Inicialmente, no primeiro ano de governo, Crivella cumpriu suas promessas de campanha, apesar de sua política econômica questionável e de seu apoio ao governo federal, na época presidido por Michel Temer, que retirou os direitos trabalhistas. Em seu primeiro ano de mandato ocorreram as seguintes ações: mutirões de exames e cirurgias em hospitais, para a diminuição de filas; o anúncio de investimentos na educação, que possuía 6,5 bilhões em orçamento, o maior dentre as secretarias; e angariação de verba federal para a saúde. Por outro lado, não pagou os editais de cultura aprovados e, em abril de 2017, também anunciou que não teria verba para pagar os servidores do município; em maio do mesmo ano, voltou atrás e disse que os salários estariam garantidos até o final do ano, devido à renegociação da dívida do município com o BNDES.

O ano de 2017, marcado pelo avanço neoliberal, pela retirada de direitos, pelo não pagamento de editais de cultura, pela redução da verba das escolas de samba e a limitação da realização de eventos no espaço público através do Decreto nº 43.219/2017, dificultou a mobilização da sociedade em torno da importância da cultura, enquanto identidades, sociabilidades, empreendedorismo e, inclusive, segurança pública. O que ocorreu foram soluções imediatas que não possuíam estrutura para se manterem por muito tempo no médio/longo prazo e que não apresentaram transparência nas relações estabelecidas no tocante a soluções apresentadas para os problemas. Crivella visitou frequentemente escolas, hospitais, postos de saúde, promoveu encontros em favelas e bairros menos centralizados, como Bangu, Realengo, Pavuna, mas cortou a verba das agremiações e não expôs as contas da Liesa, entidade privada, que recebe dinheiro público e não prestou contas.³³

No Carnaval de 2017, o prefeito reverteu o dinheiro arrecadado com a venda do camarote da Prefeitura para 39 abrigos cuja cogestão é feita entre a Secretaria Municipal de Assistência Social e as Organizações Sociais (OSs) (MACHADO; FACHIN, 2019). Não houve transparência nas contas dessa cogestão. O que fica perceptível, entretanto, é a lucratividade efetivada pelo carnaval e que foi utilizada pelo prefeito Crivella. O debate sobre a forma como o prefeito lida com a questão do carnaval passa pelo código de conduta e moral estabelecido pela Igreja Universal, mas não se reduz e limita a ele. Há também a questão de aumentar as fontes, arrecadar mais, e isso passa por rever as fontes de financiamento, os contratos e os custos. Isso não muda em nada as formas de se fazer parceria, apenas pode levar a mudanças de parceiros, quais relações você quer manter e com quem você quer manter.

No mesmo ano, Marcelo Crivella concedeu, sem licitação, R\$ 800 mil para o espetáculo de Débora Colker e R\$ 200 mil para o “Arraiá da Alcione”, no Terreirão do Samba; por outro lado, não pagou os editais antigos da cultura, além de criar um novo edital de R\$ 8 mil, com exigências de contrapartida. Pode-se perceber a manutenção de eventos para públicos elitizados, com a valorização de um tipo de “cultura” produzida por nomes consagrados.

³³ Com forte presença de grandes operadores do jogo do bicho, gestora dos desfiles principais das escolas de samba do Grupo Especial, a Liesa se constitui em um espaço institucionalizado de relação entre o poder público e a contravenção; a instituição ocupa um papel de agente mediador entre o Estado e a cúpula do jogo do bicho. Esse movimento reforçou o controle do jogo do bicho sobre seus territórios. Em seus camarotes no Sambódromo, sempre foi muito comum a presença de políticos, empresários e jornalistas, artistas famosos e intelectuais. Em 2019, Anísio – presidente de honra da escola de samba Beija-Flor de Nilópolis – e Capitão Guimarães – ex-presidente da Liga Independente das Escolas de Samba do Rio (Liesa) – foram condenados a 48 anos e 8 meses de prisão na primeira instância por organização criminosa que explorava o jogo ilegal e corrompia magistrados e policiais (GOMES; ABREU, 2019).

A conformação do Estado é uma representação frágil e instável, devido às suas múltiplas estruturas internas e à multiplicidade de relações que estabelece no público e no privado, bem como devido aos variados atores sociais implicados nesse processo. As ações estatais e suas representações na cultura pública informam a dimensão histórica e ideológica da compreensão em torno de seus múltiplos papéis. Cabe aprofundar o debate sobre o papel, o lugar e o que querem dizer os atores sociais implicados nessas dinâmicas, quando acionam os termos cultura e religião, assim como o que entendem por Estado e participação política.

O tenso debate tem continuidade. No dia 17 de julho de 2017, Marcelo Crivella assinou um termo de compromisso no qual a Prefeitura se comprometia a repassar R\$ 1 milhão às escolas de samba (metade da verba destinada pelo ex-prefeito Eduardo Paes no carnaval anterior), a partir do final de julho, dividido em cinco parcelas. A Riotur garantiu os outros R\$ 6,5 milhões – com cada uma das 13 agremiações recebendo 500 mil – através da captação de patrocínio privado. Em contrapartida, para as empresas que se interessassem em patrocinar o carnaval de 2018, a Riotur concederia os setores 3 (camarote financiado por uma revista famosa) e 13 (onde está localizado o maior painel publicitário do Sambódromo) para fins de publicidade. Em relação aos ensaios técnicos, a Liesa buscou a aprovação para utilizar a Lei Rouanet para captar recursos privados para custeá-los. Com a redução de 50% da verba pública para os desfiles, a Liesa não poderia bancar os ensaios (MENDONÇA, 2017).

Em relação ao carnaval de 2018, depois da controvérsia criada por ter declarado que a cerimônia da entrega das chaves da cidade ao Rei Momo seria fechada, mais uma vez o prefeito Crivella voltou atrás e participou da cerimônia em evento aberto à cobertura jornalística (JORNAL DO BRASIL, 2018). A chave passou das mãos da família do carnavalesco Candonga – responsável por guardá-la – para as mãos do Rei Momo, sem que o prefeito tocasse na chave, o que sugere sua postura de não ter contato com o objeto impuro, com o profano (DURKHEIM, 1996). Desviando-se da explicação religiosa, Crivella justificou que não entregaria a chave, por não achar o ato relevante na melhoria das questões que considera fundamentais, como saúde e educação, mas reafirmou que não tem nada contra a data festiva.

Em relação ao seu comparecimento aos desfiles, a princípio, disse que não sabia se ia ao Sambódromo (RODRIGUES, 2018a), depois afirmou que iria, para verificar a infraestrutura disponibilizada pela prefeitura para o evento. Porém, depois de ouvir vaias e ofensas no único dia de ensaio técnico, foi aconselhado por políticos próximos e lideranças do chamado campo evangélico a não comparecer ao Sambódromo (CAPELLI, 2018). No

domingo de carnaval, o prefeito Crivella viajou para a Europa, com a justificativa de que aproveitaria a “folguinha” durante o carnaval para conhecer tecnologias, com o intuito de investir na segurança pública da cidade (G1, 2018a).

O discurso de Crivella, pautado na ideia de que o importante é saúde, educação, emprego, desconsiderando o carnaval como responsabilidade do poder público, faz eco na sociedade. O Instituto Paraná realizou uma pesquisa, entre os dias 17 e 20 de junho de 2017, com 1.020 pessoas acima de 16 anos, sobre a questão do corte de verbas para o desfile das escolas de samba: 78,2% dos entrevistados (79,3% são homens; 82,6% têm entre 35 e 44 anos e 80,2% têm Ensino Médio completo) concordam com a atitude do prefeito, 18,4% discordam e 3,4% não opinaram. Para 74,1% dos entrevistados (76,3% são homens; 77,4% têm entre 35 e 44 anos; 77,4% têm o nível superior), o corte de verba não dificulta a realização dos desfiles. E 62,2% (63,3% são homens; 65,5% possuem entre 25 e 34 anos; 67,3% possuem o Ensino Fundamental completo) acreditam que as escolas de samba deveriam ser financiadas pela iniciativa privada. Para além dos debates a respeito da demonização da cultura popular envolvendo a Igreja Universal e Marcelo Crivella, pesquisas como essa nos apontam que a questão do desfile das escolas de samba já não se detém apenas no debate de intolerância religiosa e cultural.

O Estado é um campo disputado pelas diferentes forças localizadas tanto dentro quanto fora de sua circunscrição. É na disputa entre as forças internas e externas ao Estado que está localizada sua sobrevivência, constituindo aquilo que Foucault (1979) denominou de governamentalidade. O poder exercido por Crivella à frente da prefeitura, bem como todas as outras instituições de poder que formam o Estado, é configurado para criar mecanismos de controle e de segurança que garantam sua sustentação. O cerne da manutenção do poder do governante reside na necessidade de criar uma relação de convencimento entre o político e a população.

As controvérsias foram atualizadas durante seu mandato, na sua página, na parte “Espalhe a verdade”, Crivella publicou a resposta formulada sobre o carnaval, sob o título “A verdadeira fala do prefeito Crivella sobre bebida e Carnaval”. A resposta está dividida em quatro partes: notícia do jornal; o boato; a verdade; e o vídeo com a fala de Crivella. O jornal *O Estado de São Paulo* veicula a matéria “Crivella pede a foliões que não bebam muito no Carnaval”. A notícia contextualiza a fala do prefeito em seu pronunciamento sobre a infraestrutura preparada para o período da festa que mobiliza a cidade. O título escolhido pelo jornal, segundo interpretação da página, estimularia o boato sobre a relação do prefeito com o

carnaval, pois levaria o leitor a acionar sua pertença religiosa. A verdade sobre o que foi dito enfatiza que a intenção era fazer um apelo à população, no sentido de respeitar a lei e preservar a segurança. Na mesma medida, destaca-se a responsabilidade da imprensa em manipular o que é dito.

2.4 As controvérsias de Crivella com as escolas de samba e os blocos de rua em 2017 e 2018

O grande destaque no âmbito das reações aos cortes em 2018 foi o desfile da Mangueira, que, na tentativa de resgatar o papel que as escolas de samba exerciam de porta-vozes das demandas populares, preparou seu enredo “Com dinheiro ou sem dinheiro, eu brinco”. A base do enredo foi a crítica ao corte de verbas para as escolas por parte do prefeito, cuja disputa de samba-enredo contou com a participação de Índio da Costa (secretário de Obras) e Daniel Pereira (assessor de imprensa). O prefeito minimizou o fato, alegando que a participação dos dois é a prova de que ele não tinha nada contra o carnaval e que as críticas a ele faziam parte da política.

Logo após a escolha do samba, houve controvérsia envolvendo o vencedor. A maioria da coordenação musical da escola votou pela mudança de um trecho da letra do samba, para acrescentar o verso “sou universal”. A mudança gerou críticas de setores opostos ao chamado campo evangélico, com justificativas que iam desde análises mais específicas em relação ao tom musical, até pessoas que não conseguiam desassociar o *slogan* da Igreja Universal do Reino de Deus, indicando que representava uma saudação à igreja, ao invés de crítica. O presidente da escola, após consultar seus diversos segmentos, achou melhor não incluir o verso “sou universal”.

Ainda em relação ao enredo da Mangueira, o carnavalesco Leandro Vieira apontou na atitude do prefeito uma tentativa de demonização das escolas, colocando-as em lado oposto ao da educação, como se fossem as vilãs da história. A partir disso, o carnavalesco objetiva trazer as escolas para suas origens, um carnaval das manifestações carnavalescas. Em suas palavras: “Vamos fazer um Carnaval politizado. A ideia é radicalizar a ordem vigente, é dialogar com outras frentes”.³⁴ Crivella foi representado na figura de Judas em um dos carros alegóricos, semelhante ao boneco malhado no Sábado de Aleluia, com placa pendurada no

³⁴ Disponível em: <http://sambarazzo.com.br/site/e-ai-noticias/saiu-do-forno-enredo-da-mangueira-resgata-origem-das-escolas-e-uma-resposta-direta-ao-prefeito>. Acesso em: 19 jul. 2017. Página retirada do ar posteriormente.

pescoço, onde se lia: “Pega no ganzá”, e, ao seu lado, a frase: “Prefeito, pecado é não brincar o Carnaval”.

Em relação à acusação de intolerância em consequência do decreto e do corte de verbas para financiar as escolas de samba, Crivella respondeu: “Absolutamente. Tem a ver com a recessão que o Rio passa, apenas isso. Na época da campanha eu disse que nós iríamos aplicar os recursos dos últimos anos. Nos últimos anos, foi R\$ 1 milhão para cada escola, só no ano passado foi R\$ 2 milhões” (FOLHA DE S.PAULO, 2017).

A transparência nos gastos realizados pelas escolas de samba (MARTÍN, 2017) é uma controvérsia trazida de forma recorrente por alguns setores da sociedade, mas que arrefeceu durante a gestão Crivella, por causa das acusações geradas por esses mesmos setores em relação à prevalência da identidade evangélica do prefeito nas tomadas de decisões relacionadas ao setor cultural, mas o jogo do bicho, as máquinas caça-níqueis e as apostas financiam as escolas, e essa estrutura, ligada à violência, também administra a verba concedida pelo governo às escolas de samba (CAVALCANTI, 2008).

Mas as controvérsias não pararam por aí. Na Zona Sul, ficou estabelecido que os blocos não podiam desfilarem nas ruas internas do Leblon, apenas na orla e na Lagoa. A presidenta da Associação Independente dos Blocos de Carnaval de Rua da Zona Sul, Santa Teresa e Centro da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro (Sebastiana) – da qual fazem parte 12 blocos, dentre eles o Simpatia É Quase Amor, Bloco dos Barbas, Suvaco do Cristo, Carmelitas, Imprensa Que Eu Gamo –, Rita Fernandes, considerou arbitrária a mudança do carnaval de rua para a Barra da Tijuca. As associações carnavalescas não foram ouvidas pelo poder público sobre a concentração dos blocos em um “blocódromo”. O receio era transformar o carnaval do Rio no modelo baiano, ao criar uma espécie de circuito carnavalesco centralizado em uma região delimitada. Em relação ao Leblon, a presidenta da associação destacou que os blocos possuem identidade com os bairros onde foram criados, além disso, desfilarem na rua faz parte da essência dessas instituições.

Já o diretor de *marketing* da Liga Sambare, Marco Antônio Marinho, que foi consultado pela Prefeitura, considera a mudança necessária, do ponto de vista estrutural, pois os foliões poderão acompanhar vários blocos no mesmo local. Além disso, haveria mais segurança, opções de alimentação e ausência de camelôs. Os blocos considerados pequenos sairiam do mesmo local. O presidente da Folia Carioca (da qual fazem parte 21 blocos) (PAULA, 2017), Roberto Vellozo, concorda com a presidenta da Sebastiana, dizendo que o

debate deve ser democrático, e propõe um meio-termo entre a associação de moradores e os blocos.

As controvérsias em torno dessas mudanças fizeram com que a maior parte dos blocos com sambas próprios, como o Simpatia É Quase Amor, Carmelitas, Barbas, Escravos da Mauá, Suvaco do Cristo, Bloco Virtual e Imprensa Que eu Gamo, compusesse sambas com letras críticas ao prefeito (RODRIGUES, 2018b). Os motivos alegados para a “homenagem” foram: o corte da subvenção da prefeitura para as escolas de samba e os blocos; publicação de um decreto que condicionou a realização de eventos em espaços públicos da cidade à aprovação direta do gabinete do prefeito, que foi suspenso em janeiro de 2018; a criação de um blocódromo na Barra, com pagamento de cachê e área VIP, no estilo do carnaval de Salvador – ideia que foi prorrogada para julho seguinte, devido, mais uma vez, às críticas. O presidente da Riotur, Marcelo Alves, disse que a decisão de adiar a inauguração do blocódromo para julho aconteceu depois de representantes da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH) e entidades do setor turístico considerarem satisfatória a ocupação da rede hoteleira no período em que tradicionalmente acontece o carnaval. Em julho, não há grandes eventos que atraiam turistas para a cidade, por isso a ideia é fazer um carnaval fora de época no Rio de Janeiro. Moradores da Praia do Pepê e do Jardim Oceânico, favoráveis à criação do blocódromo, esperavam que, com o adiamento de sua inauguração, a Prefeitura mantivesse a promessa de proibir desfiles no Jardim Oceânico, alegando que em 2017 houve “vandalismo” no bairro (WERNECK; MAGALHÃES, 2018).

A discussão pública sobre o governo Marcelo Crivella não se limita às controvérsias relacionadas à cultura. Seu mandato sofre acusações de omissão em relação a outras demandas da cidade. Na publicação no Facebook do dia 28 de junho de 2018 (PRATA PRETA, 2018), o cordão carnavalesco do Prata Preta, oriundo do bairro da Saúde, relatou a ausência de coleta de lixo desde o dia 23 do mesmo mês. O motivo seria a suspensão do repasse de verba para o Consórcio Porto Novo, responsável pela administração da região, além da demissão de 500 funcionários. Desde então, as áreas compreendidas entre o Boulevard Olímpico e um trecho do Caju estavam com problemas nos serviços de limpeza e conservação.

É importante ressaltar que, durante o governo Paes, a verba destinada às escolas do Grupo Especial só sofreu reajuste no último ano de seu mandato, em 2016 (G1, 2015). O valor dobrou de R\$ 12 milhões para R\$ 24 milhões, sendo destinados R\$ 2 milhões para cada escola. Nesse mesmo ano, Eduardo Paes apoiou e se empenhou diretamente na campanha do

candidato Pedro Paulo (ex-PMDB),³⁵ com o intuito de fazê-lo seu sucessor. Dito isso, cabe a ponderação se o aumento de verba justamente no ano eleitoral não visava conquistar o apoio das escolas de samba, blocos de rua, trabalhadores e foliões para a eleição de Pedro Paulo.

Crivella se envolveu em mais uma polêmica no carnaval de 2018. A pedido de Rafael Alves – irmão do então presidente da Riotur, Marcelo Alves –, autorizou a “virada de mesa” que impediu o rebaixamento das escolas Grande Rio e Império Serrano através de uma carta enviada à Liga Independente das Escolas de Samba (Liesa) (ALTINO, 2020). Rafael Alves foi o responsável pela aproximação de Crivella com as escolas de samba e já tinha sido dirigente da Viradouro e do Salgueiro. A Prefeitura confirmou que Crivella e Alves assinaram a carta, mas alegaram que a decisão final era da Liesa.

O Ministério Público do Rio classificou como “esquema de corrupção” a locação de camarotes na Marquês de Sapucaí, feita por Rafael Alves e Licínio Soares, operação considerada ilegal, por terem tratado como se fosse um serviço privado. É relevante mencionar que Licínio Soares é ligado à máfia de caça-níqueis, investigado pela Polícia Federal através da Operação Hurricane, realizada em 2007.³⁶

Apesar de tentar se manter afastado dos assuntos ligados ao carnaval, terceirizando em parte ou totalmente a verba e garantindo estrutura precária para a festa, de uma forma geral, quando a questão envolveu seus apoiadores políticos, Crivella não se furtou em intervir nas questões relacionadas ao grupo de poder que garantiu sua eleição. No caso da Liesa, é responsável, independentemente do governo, por toda a logística referente às regras dos desfiles e de toda a estrutura que garante o retorno financeiro para a Prefeitura, como no caso da venda dos camarotes. Isso significa dizer que, como qualquer político, independentemente de seu apelo religioso, Crivella joga o xadrez político, dentro e fora de seu segmento, mesmo quando a articulação não é feita diretamente por ele. Vale dizer que, por ser evangélico, houve a compreensão de que ele precisava de pessoas de fora de seu segmento religioso para fazer o contato com os demais, justamente devido à memória construída em torno de uma igreja que, supostamente, negaria algumas práticas mundanas, embora se articule bem com outras delas.

³⁵ A denúncia de agressão por parte de sua ex-mulher foi fortemente utilizada contra ele durante a campanha e foi um dos fatores que não permitiram sua chegada ao segundo turno. Disponível em: <https://epoca.oglobo.globo.com/tempo/expresso/noticia/2015/11/ex-mulher-de-pedro-paulo-prestou-queixa-contra-ele-por-agressao-ja-em-2008.html>. Acesso em: 4 jun. 2021. Página retirada do ar posteriormente.

³⁶ Disponível em: <http://www.bandnewsfmrio.com.br/editorias-detelhes/carnaval-de-2018-foi-marcado-por-corrupcao-e>. Acesso em: 16 maio 2021. Página retirada do ar posteriormente.

3 CONTINUIDADE DA “POLÍTICA CULTURAL” DE CRIVELLA: A PRIVATIZAÇÃO DO CARNAVAL

Este capítulo apresenta controvérsias ocorridas nos anos 2019 e 2020, em grande parte, dando continuidade às tensões relacionadas ao carnaval. Também são abordados o suposto esquema de corrupção na administração municipal, denominado “QG da propina”, e o processo eleitoral que envolveu a tentativa de reeleição do prefeito Marcelo Crivella (Partido Republicanos). Alguns acontecimentos foram marcantes no processo de privatização do carnaval, como: o corte de 50% na verba pública destinada à realização do desfile das escolas de samba; o envolvimento de Marcelo Crivella na “virada de mesa” que impediu o rebaixamento das escolas Grande Rio e Império Serrano; e a locação irregular de camarotes na Marquês de Sapucaí por seus apoiadores. Serão abordadas duas alterações significativas realizadas pela Prefeitura: a redução do número de blocos e a mudança dos locais de seus desfile no carnaval de 2019. Tais ações não ficaram sem resposta, as escolas de samba e os blocos carnavalescos desenvolveram enredos e sambas críticos à gestão de Crivella. A discussão problematiza também o processo de “privatização do carnaval” e as relações desenvolvidas pelo prefeito com a Liesa.

O fim do governo do ex-bispo da IURD foi antecipado, com sua prisão e a do empresário Rafael Alves, por suspeição de esquema de propina na Prefeitura do Rio de Janeiro. O então prefeito tentou sua reeleição, apesar de todas as tensões que envolveram o último ano de seu governo. No entanto, não obteve apoio de boa parte das lideranças evangélicas midiáticas, sob a alegação de que a IURD não atua em conjunto com as demais igrejas de seu segmento (BALLOUSSIÉ, 2020c). Devido à dificuldade de conseguir apoio dos cristãos e à rejeição a seu governo, Crivella recorreu em sua campanha a temas como sexualidade, defesa da família tradicional, segurança pública, corrupção e enfatizou seu discurso contra os segmentos políticos de esquerda, tentando recompor sua base de apoio, o que não surtiu efeito, com sua derrota para Eduardo Paes (PSD).

A atuação dos evangélicos na política e na cultura os conduz a um processo de visibilidade e reconhecimento público, sendo responsável pela formação do que Giumbelli (2013) qualifica como “cultura pública”. Esse segmento investe ativamente na prática religiosa nos templos, no social, no político e no cultural. Os conceitos de religião cívica, religião civil e religião pública nos ajudam na análise das controvérsias que emergem com a

chegada de Marcelo Crivella no Executivo da cidade do Rio de Janeiro (MONTERO, 2012, 2016, 2018; MONTERO; BRUM; QUINTANILHA, 2016).³⁷

No debate emergem distintas questões ligadas à modernidade, não somente no que tange à privatização da religião. O espaço público se tornou cenário de disputas entre as religiões, a partir do momento em que a identidade religiosa se tornou escolha subjetiva, em detrimento da influência familiar. Portanto, a liberdade religiosa é um dos componentes principais da relação estabelecida entre religião e modernidade (CASANOVA, 1994; DUARTE *et al.*, 2006).

O conceito de religião pública estabelece uma crítica à tese de que, com a secularização, a religião estaria contida apenas no espaço do privado e de que sua definição se reduziria à relação estabelecida entre o secularismo e o Estado. Nessa perspectiva, a secularização não acontece de forma única, ela está diretamente ligada com a relação entre Estado e religião de cada lugar, influenciando as crenças individuais e as coletivas (CASANOVA, 1994; CATROGA, 2006).³⁸

As controvérsias são arbitradas por instituições públicas e protagonizadas por diversos agentes, em meio à busca por legitimação, reconhecimento e visibilidade no espaço público, pautado por conflitos e acomodações. Nesse cenário, no diálogo tenso estabelecido por Marcelo Crivella e seus interlocutores, cultura e religião são indissociáveis, ambas são intensamente disputadas, sendo entendidas de formas distintas, dependendo de quem as está acionando, como veremos.

Para o momento, pode ser citada a controvérsia provocada pelo projeto de Crivella, quando ainda era senador (PLS nº 69/2005), que propunha a modificação da Lei do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), conhecida como Lei Rouanet, e acrescentava templos como beneficiários dos recursos, para investimento em cultura religiosa. Nesse sentido, a inserção da música gospel como habilitada para receber verba da Lei Rouanet complexifica a afirmação de Mafra (2011) a respeito da falta de sucesso dos evangélicos na sua inserção nas políticas culturais do país, demonstrando que os evangélicos podem ser bem-sucedidos ao utilizarem a “arma da cultura” como instrumento de legitimação (SANT’ANA, 2013, p. 35).

³⁷ Diversos autores dão base para os debates em torno da complexidade dos conceitos em questão, a partir das variações em torno da articulação entre o político e o religioso nas diferentes abordagens. No caso do Brasil, o conceito de religião pública e suas variantes (religião cívica e religião civil) se apresenta de formas diferentes no catolicismo e no protestantismo. O catolicismo está atrelado ao cívico e o protestante está vinculado à disputa pública através da política e da cultura.

³⁸ Os conceitos de religião pública desenvolvidos por Casanova (1994) e Catroga (2006) são mencionados nesta tese a partir das análises de Dullo (2012) e Montero (2018).

O que dizer sobre a continuidade de sua cruzada político-moral em torno do carnaval e outras manifestações no decorrer da segunda metade do mandato de Crivella?

3.1 Um “bebê parrudo”: a privatização do carnaval no discurso de Crivella

No carnaval de 2019, a verba destinada para as escolas do Grupo Especial foi de R\$ 500 mil para cada uma; R\$ 7 milhões para as escolas do Grupo de Acesso (R\$ 250 mil cada) e para a estrutura dos desfiles na Estrada Intendente Magalhães. Em relação à sequência de cortes destinada ao carnaval, Marcelo Crivella declarou: “Carnaval é um bebê parrudo que precisa ser desmamado e andar com as próprias pernas” (PIRES, 2019). No tocante ao patrocínio das empresas privadas, mesmo com o contrato renovado (GUIMARÃES, 2018), a empresa Uber recuou e as escolas perderam R\$ 500 mil no orçamento. A investidora alegou, como causa para o rompimento do contrato, o desrespeito à política da empresa ocasionado pela prisão de Chiquinho da Mangueira, então deputado estadual e presidente da escola, na Operação Furna da Onça, que trouxe a suspeição de desvio de verba pública no desfile da escola em 2014 (TESI, 2019).

Porém, as agremiações da Intendente Magalhães seriam as que mais sofreriam com a ausência de investimento da Uber. Desde 2018, ao contrário do que acontecia com o Grupo Especial, o investimento da empresa custeava a estrutura do evento. Diante da ausência da verba da Uber, haveria dificuldade para conseguir outros patrocinadores, além de muitas escolas não terem dado início ao trabalho de desenvolvimento do enredo, ou ainda com esse trabalho pela metade. Cabe ressaltar que as escolas do Grupo Especial e da Série A recebem as cotas de transmissão da TV, o que não acontece com as escolas da Intendente. Segundo levantamento da Secretaria Municipal de Fazenda (EHRlich, 2018), o orçamento do carnaval foi de R\$ 72,4 milhões. Desse valor, R\$ 41 milhões vieram de patrocínios e R\$ 31,4 milhões, da Prefeitura.

No primeiro dia de desfile das escolas da Série A do carnaval, na sexta-feira, a Acadêmicos do Sossego exibiu uma faixa na avenida, dizendo que respeitava a religião de Crivella e queria respeito com o carnaval. A escola trouxe a representação de um anjo em substituição à ideia de trazer o diabo, que representaria o prefeito. Houve a associação do anjo com Eduardo Paes, devido à semelhança com o ex-prefeito.

Figura 1 – Crivella diz que respeita o carnaval, mas deixa recado sobre investimentos: “Precisamos desmamar”.



Fonte: Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/carnaval/2019/noticia/2019/03/03/crivella-diz-que-respeita-o-carnaval-mas-deixa-recado-sobre-investimentos-precisamos-desmamar.ghtml>. Acesso em: 2 jul. 2021.

Marcelo Crivella se manifestou a respeito da faixa crítica apresentada pela escola (G1, 2019), mais uma vez pontuando que respeita os carnavalescos e é “o restante da população do Rio que quer o dinheiro do município aplicado em serviços públicos”. Ele referenda esse argumento citando a pesquisa do Instituto Paraná, já mencionada, na qual 88% da população é favorável ao patrocínio do carnaval pela iniciativa privada. Alegou, ainda, que a expectativa era de superação em 1,5 milhão do número de turistas em 2019 em relação a 2018. E finalizou afirmando que, no final das contas, não houve corte de verbas, devido aos R\$ 41 milhões que a Prefeitura conseguiu junto às empresas privadas.³⁹

A relação da Prefeitura com os blocos foi alvo de controvérsias novamente no carnaval de 2019, houve a redução de 15% no número total e, na Zona Sul, de 20% de blocos de rua e de desfiles (PIRES, 2019). Na época, em suas redes sociais, o prefeito justificou o corte para atender às demais necessidades da população e alegou que o carnaval deve ser financiado pela iniciativa privada; aproveitou também para reforçar que ele não estava negando a cultura da cidade. O desfile dos megabloques mudou do bairro de Copacabana para a Avenida Antônio Carlos, no Centro.

O tradicional bloco tijucano Nem Muda Nem Sai de Cima, que desfila há 24 anos na região da Muda, relatou o indeferimento Pela prefeitura da autorização para realizar os ensaios na rua (DINIZ, 2019). A importância dos ensaios está na arrecadação de recursos para viabilizar o desfile e a escolha do samba. Para arrecadar recursos, seus integrantes criaram

³⁹ Nota-se que, embora tenha ocorrido o corte de verba, de R\$ 70 milhões para R\$ 30 milhões, a cidade do Rio de Janeiro teve a maior movimentação econômica do país no período, indicando que o evento não só é um marco cultural, mas também econômico, mas nem todos os assuntos foram conduzidos por Crivella de maneira a serem associados à sua identidade religiosa. Por exemplo, sob o argumento de trazer investimentos para a cidade, contrariando a posição da própria IURD, o prefeito defendeu a instalação de um cassino no Rio de Janeiro (R. FILHO, 2019).

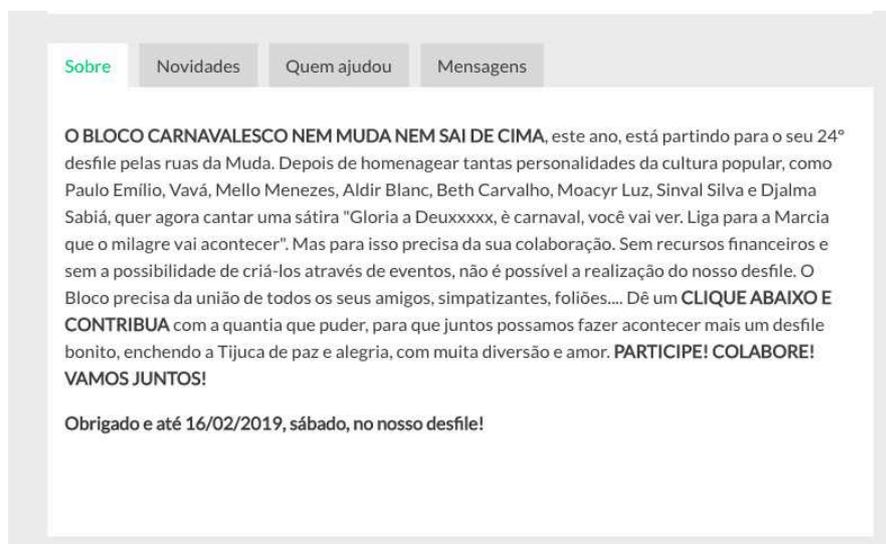
financiamento coletivo na internet e enfrentaram problemas para agendar a data do desfile. Não houve escolha do samba, que foi feito pelos foliões do bloco e teve como tema a controvérsia envolvendo o episódio do “fala com a Márcia”.⁴⁰

Figura 2 – Desfile do Bloco Nem Muda Nem Sai de Cima 2019.



Fonte: Disponível em: <https://www.facebook.com/nemmuda/photos/a.538498422841403/2328788417145719/>. Acesso em: 20 jan. 2023.

Figura 3 – Desfile do Bloco Nem Muda Nem Sai de Cima 2019.



Fonte: Vakinha (2019).

Além do Nem Muda nem Sai de Cima, outros blocos fizeram sambas com críticas ao prefeito, sendo que alguns deles as estenderam às demais esferas de governo, como o

⁴⁰ Em encontro com lideranças religiosas, Crivella indicou que falassem com a Márcia, sua assessora, para agilizar os atendimentos na rede municipal de saúde (BARREIRA, 2019).

Simpatia É Quase Amor; Carmelitas; Suvaco do Cristo; Barbas. Como exemplo, podemos mencionar a letra do samba de 2019 do Simpatia É Quase Amor.

No cordão da Liberdade
 Vou pelas ruas da cidade
 No cordão da liberdade
 Já são tantos carnavais
 Sou de Ipanema a simpatia
 Minha arma é harmonia
 Todos nós somos iguais
 Fui tomar a saideira
 Acho que bebi demais
 Vi Jesus na goiabeira
 De amarelo e lilás (bis)
 Nossas pastoras também cantam orações
 São versos, melodias que embalam multidões
 Meu bloco ameniza o festival
 De besteiras que assola o país
 Ninguém manda no meu carnaval infernal...
 Nem pastor, nem capitão e nem juiz
 Troquei canhão pela flor
 Cantei um samba de amor
 Pra conquistar democracia
 E não vou retroceder
 Nos ideais...
 De um coração que bate
 Ao som da bateria
 O mar banhava os botequins
 A poesia aplaudia o sol se pôr
 Trinta e cinco anos se passaram
 E ninguém cala o Simpatia É Quase Amor (bis)

A letra evidencia o posicionamento adotado pelo bloco, não somente contrário às ações de Crivella, mas também ao momento político nacional, com críticas dirigidas ao governo Bolsonaro. Menciona, por exemplo, eventos como o “Jesus na goiabeira”, alusão à uma aparição de Jesus relatada pela ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves.

A democracia acionada na letra do bloco Nem Muda nem Sai de Cima denuncia ações entendidas como não democráticas do governo Crivella. A redução do número de blocos é um debate antigo, porém o encaminhamento dado pela gestão não permitiu a participação democrática dos principais interessados, os blocos. A controvérsia em relação à mudança de locais e horários dos maiores blocos se repetiu em 2020. Foi definido que os desfiles seriam pela manhã, sem observar a tradição estabelecida por cada um deles com seus bairros e horários. Blocos tradicionais protestaram, como a Banda de Ipanema, e Marcelo Crivella voltou atrás. O bloco Simpatia É Quase Amor fez, mais uma vez, um enredo crítico,

questionando: “Eu faço samba e amor até mais tarde / Quem é você pra querer mandar em mim?”.

As escolas de samba do Grupo Especial não receberam subsídios da prefeitura no carnaval de 2020 (MENDONÇA; BOECKEL, 2019). Na época, Marcelo Crivella decidiu não repassar verba para eventos que cobrassem ingresso. Segundo a prefeitura, em 2019, a Liesa arrecadou mais de 100 milhões com a venda de ingressos e contratos de publicidade (SAMPAIO, 2020). Crivella repassou R\$ 16 milhões para a estrutura do Sambódromo: Guarda Municipal, Comlurb, CET-Rio, Secretaria Municipal de Saúde e os catraqueiros. Mencionou que o Réveillon, o carnaval de rua da Intendente Magalhães (séries B, C, D) e as escolas de samba mirins seriam subsidiados pela prefeitura, porque não cobram ingresso.

Pela primeira vez, a Liga Independente das Escolas de Samba do Brasil (Liesb) e a Liga Independente Verdadeira Raízes das Escolas de Samba (Livres), que são as ligas responsáveis pela organização dos desfiles da Intendente, receberam mais verba que a Liesa e Liga das Escolas de Samba do Rio de Janeiro (Lierj) (a primeira organiza os desfiles do Grupo Especial e a segunda organiza os desfiles do Grupo de Acesso). As Escolas da Intendente receberam R\$ 3 milhões (divididos em três parcelas, sem calendário com datas estabelecidas para os repasses) e o carnaval de rua, R\$ 27 milhões. Marcelo Alves declarou que haveria a possibilidade de os governos estadual e federal darem verba para as escolas que desfilam na Sapucaí através das leis de incentivo à cultura. Chegou-se a cogitar a transferência do Sambódromo para o Governo do Estado do Rio de Janeiro, mas isso não aconteceu.

Crivella foi o primeiro prefeito da cidade que não compareceu ao carnaval do Sambódromo durante seu mandato. Em seu último ano de governo, justificou a ausência dizendo: “Eu não sei sambar” (BALLOUSSIER, 2020a). A presença dos prefeitos nos desfiles era, até então, algo natural ao evento, reconhecido como parte do calendário da cidade. Apesar de ser o primeiro prefeito a não comparecer aos desfiles, Crivella não deu início ao processo de privatização do Carnaval, nem foi o único responsável por ele.

Em sua pesquisa, Mauricio Junior (2019, p. 78) contextualiza esse processo, observando que o Decreto-lei nº 1.276/1988 determinou que a gestão do carnaval carioca fosse feita pela Prefeitura, inclusive a organização do desfile das escolas de samba. O autor informa que o decreto foi descumprido porque o ex-prefeito Saturnino Braga decretou falência financeira do município no mesmo ano e analisa que o retorno da organização dos desfiles para a Liesa ampliou sua autonomia durante as demais prefeituras, e,

consequentemente, a privatização da festa também ocorreu, com o aumento dos dividendos para a instituição e para as escolas. Em relação aos processos eleitorais, a Liesa não declara publicamente os candidatos que apoia, porém as articulações caminham sempre para os prefeitos que se comprometem em manter a verba pública e os lucros das empresas: “Eduardo Paes aprofundou o processo de mercantilização da festa, ampliando o fosso que a separa de sua origem popular, enquanto parte da cultura cidade” (Mauricio Junior (2019, p. 58). Mauricio Junior (2019, p. 80) informa que entre 2009 e 2012, no primeiro governo Paes, a liga começou a receber integralmente os valores dos ingressos.

Nas eleições de 2012, o candidato Marcelo Freixo (PSOL) escreveu um manifesto controverso, com diretrizes para o carnaval, que propunha, segundo Mauricio Junior (2019), dentre outras coisas: não conceder verba pública aos enredos patrocinados pela iniciativa privada; retirar os desfiles da gestão da Riotur e designá-los a uma subsecretaria de carnaval, que seria criada e estaria subordinada à Secretaria de Cultura. O autor informou sobre a repercussão negativa em torno da proposta de Freixo no mundo do samba. A Acadêmicos do Salgueiro alegou que a escolha dos enredos não era de competência da Prefeitura e, por isso, ameaçava a liberdade de expressão. A Liesa chamou Freixo de “aventureiro”, colocando em risco o desfile das escolas. Eduardo Paes foi reeleito nas eleições de 2012 com o apoio das escolas de samba, no processo eleitoral e durante sua gestão. De acordo com Mauricio Junior (2019), na época, o secretário municipal de Turismo, Antônio Pedro Figueira de Mello, através de licitações voltadas para o planejamento e a organização dos desfiles, tentou dar mais transparência ao carnaval, porém as empresas não demonstraram tanto interesse nas inscrições.

Nas eleições de 2016, Marcelo Freixo estava disputando o segundo turno das eleições com Marcelo Crivella. O apoio da Liesa a Crivella representou o veto a Freixo, que, naquele momento, era a esquerda e a proposta de acabar com o modelo de organização do carnaval lucrativo e privatista para a instituição, fundada por representantes ligados ao jogo do bicho.

3.2 O ocaso de Crivella: o último ano do mandato

Em janeiro de 2020, Crivella tentou se aproximar dos sambistas, entregando a Ordem do Mérito Cultural Carioca a nomes representativos como Nelson Sargento, Arlindo Cruz e mais 13 nomes ligados ao samba, porém nem mesmo a homenagem evitou críticas dos condecorados ao prefeito, dentre elas a de Babi Cruz, esposa de Arlindo Cruz, que expressou

seu descontentamento dizendo: “Crivella está no último carnaval do mandato. Nós somos sambistas e gostaríamos de ter recebido em alguns dos outros anos de mandato dele. Antes tarde do que nunca” (SABÓIA, 2020). No mês seguinte, em entrevista ao jornal *Folha de S.Paulo*, ao ser perguntado, o prefeito não informou onde iria passar os dias de folia (BALLOUSSIER, 2020a). Depois desconversou, quando foi questionado se estaria no Centro de Operações Rio (COR), que é o local responsável por administrar o carnaval. Como tática para fugir da pecha de que demoniza o evento, lembrou que o falecido cantor Bezerra da Silva havia gravado um samba, chamado *Gente fina* (SEDANO, 2017),⁴¹ porém não mencionou que o samba foi gravado quando o falecido cantor já havia se convertido à Igreja Universal, quatro anos antes de seu falecimento.

Antes de se converter, Bezerra da Silva fez sambas relacionados a religiões afro-brasileiras; depois de sua conversão, passou a escrever sobre temas relacionados ao campo cristão, embora não tenha deixado de cantar os sambas anteriores em seus shows. Crivella acionou o samba de Bezerra da Silva para expressar certa afinidade com os sambistas, já que estava no último ano de seu mandato e seria candidato à reeleição, porém foi o único prefeito que não compareceu ao desfile das escolas de samba, desde a inauguração do Sambódromo, em 1984. Diante de sua ausência nos desfiles, do corte progressivo de verbas para as escolas durante o seu mandato e da intervenção na logística do desfile dos blocos de rua, considerada autoritária por suas associações, Crivella ganhou a pecha de “inimigo do carnaval”.

Tempos depois, em 22 de dezembro de 2020, nove dias antes do término de sua gestão, em operação conjunta do Ministério Público do Rio de Janeiro e da Polícia Civil, foram presos, dentre outros, Marcelo Crivella, por suspeita de criar um “QG da propina” na Prefeitura do Rio de Janeiro, e Rafael Alves, empresário apontado como operador do pagamento de propina. Ao chegar na Cidade da Polícia, Marcelo Crivella atribuiu sua prisão à

⁴¹ Bezerra da Silva, considerado um símbolo da malandragem do samba, converteu-se à Igreja Universal em 2002 e faleceu em 2005. O samba *Gente fina* marca esse momento: “Nasceu numa família tradicional / O nome conhecido na coluna social / Era tudo aparência / Orgulho no coração / Empregada sem salário / Mas uísque no armário / Carro velho todo enferrujado / Mas ele era chamado: o gente fina / Fumava três maços por dia / Acordava de noite, tossia / Acendia outro cigarro / E aí já não dormia / Tanto cheque pré-datado / O cartão tava bloqueado / Condomínio, aluguel atrasado / Sete dentes cariados / Jornal no sapato furado / Mas ele era chamado: o gente fina / Agora encontrou Jesus / Na Igreja Universal / Foi liberto de todos os vícios / Aprendeu a humildade / Não passa a noite acordado / Não está endividado / É dizimista fiel / E vive muito abençoado / Tudo nele está mudado / Mas agora ele é chamado de maluco / E sorrindo ele responde / É verdade, eu sou maluco / Eu sou maluco / É verdade, eu sou maluco / Eu sou maluco / É verdade, eu sou maluco / Sou maluco por Jesus / A lembrança mais aflita era a hora da marmita / Sonhava com bife a cavalo / Champion, batata frita / Mas que decepção / Um fiapo de carne seca, farinha, arroz e feijão / Agora encontrou Jesus / O amigo de verdade / Foi libertado de todos os vícios / Aprendeu a humildade / Não passa a noite acordado / Não está endividado / É dizimista fiel / E vive muito abençoado / Tudo nele está mudado / Mas agora ele é chamado de maluco / E sorrindo ele responde / É verdade, eu sou maluco / Eu sou maluco / É verdade, eu sou maluco / Eu sou maluco / É verdade, eu sou maluco / Sou maluco por Jesus”.

“perseguição política”, enfatizando que seu governo foi o que mais “atuou contra a corrupção”. Para tanto, elencou exemplos de sua atuação: as medidas tomadas contra o pedágio ilegal, que considerou injusto; o corte de recursos para os desfiles na Marquês de Sapucaí; ter negociado o VLT. O Ministério Público denunciou 26 pessoas ligadas ao suposto esquema, que girava em torno das empresas que pagavam a Rafael Alves para fechar contratos com a Prefeitura ou receber o dinheiro que o município devia a elas. Em colaboração premiada, o doleiro Sérgio Mizrahy declarou que, em uma transação financeira específica, realizada em março de 2018, Alves afirmou que parte da quantia estaria reservada para o prefeito. O doleiro também mencionou que Rafael Alves foi o responsável por arrecadar o dinheiro de doação das empresas para a campanha de Crivella em 2016, transformando-se em um dos homens de confiança do prefeito (QUEIROZ, 2020).

Rafael Alves dava expediente na Cidade das Artes, mesmo sem ter cargo na Prefeitura. Ele declarou, em mensagens interceptadas durante as investigações, que foi o responsável pela nomeação de seu irmão, Marcelo Alves, como presidente da Riotur. Em março de 2020, foi deflagrada a Operação Hades, que iniciou as investigações sobre o “QG da propina”, que resultou na prisão do prefeito. Marcelo Alves foi exonerado alguns dias depois da Operação Hades (SILVEIRA *et al.*, 2020).

Nos documentos da investigação, Crivella é mencionado como “vértice da organização criminosa” e Rafael Alves, Mauro Macedo (ex-tesoureiro da campanha de Crivella e primo de Edir Macedo) e Eduardo Benedito Lopes fazem parte do “primeiro escalão” da quadrilha, mas não possuem cargo oficial no governo. A desembargadora Rosa Helena Guita, responsável por autorizar a Operação Hades, declarou que “a subserviência do prefeito a Rafael Alves é assustadora” (SARTORI, 2020).

3.3 O fracasso eleitoral de Crivella e do projeto de poder da IURD no Executivo

No contexto eleitoral, a pauta contrária à identidade de gênero foi bem-sucedida nas eleições de 2016, 2018 e 2020, sendo incorporada a terminologia “ideologia de gênero” às narrativas conservadoras. Os debates empreendidos nas Conferências da ONU Mulher dos anos 1990 e 2000 estimularam as discussões em torno das políticas de gênero, fazendo com que o Vaticano se posicionasse de forma contrária. Esse contexto determinou o surgimento do termo “ideologia de gênero”, que foi também incorporado ao discurso do campo evangélico, de outros grupos religiosos, não religiosos e diferentes classes sociais (REIS; CUNHA;

ABREU, 2020). A visibilidade na atuação da pauta antigênero, à época, começou pelo posicionamento contrário de Jair Bolsonaro à distribuição, em 2011, de material educativo que tinha como objetivo o combate à homofobia, apelidado de “kit gay” (NATIVIDADE; OLIVEIRA, 2013), porém o sucesso no acionamento das pautas antigênero pelos evangélicos durante o processo eleitoral não está posto, porque cada conjuntura eleitoral é composta por fatores políticos, econômicos e sociais específicos.⁴²

Em 2016, diante da ameaça de Marcelo Freixo, que representava a possibilidade de a esquerda chegar ao poder, os fatos de Marcelo Crivella ser bispo licenciado da Igreja Universal e sobrinho de Edir Macedo não constituíram problemas para os evangélicos, nas suas mais variadas vertentes, os católicos e os conservadores em geral o apoiaram em massa. Na eleição seguinte, em 2020, embora as pesquisas de intenção de voto mostrassem que Crivella era o candidato com maior apoio dentro do segmento evangélico, contra Eduardo Paes, as características denominacionais do então prefeito pesaram nos apoios dentro de seu campo religioso. Nota-se que o discurso contra a reeleição de Crivella aglutinou atores sociais diversificados em torno de Paes, que saiu vencedor do pleito.

A Igreja Universal é vista dentro de seu próprio campo como uma igreja isolada, autônoma, que não atua coletivamente em junção com as demais instituições do seu segmento religioso. Essa é uma característica de sua construção identitária como instituição religiosa, que passou a ser utilizada como categoria acusatória e justificativa para o não apoio à candidatura de Crivella. O pastor Silas Malafaia declarou que a IURD fez “jogo estratégico nojento”, quando apoiou a indicação de Nunes Marques ao Supremo Tribunal Federal (STF) em 2020, em troca do apoio eleitoral de Bolsonaro a Crivella e a Russomano, candidato a prefeito da cidade de São Paulo (BALLOUSSIER, 2020b). Cabe ressaltar que Bolsonaro havia declarado que indicaria um nome “terrivelmente evangélico” para a vaga no STF. Segundo Malafaia, a segunda indicação de Bolsonaro à instituição seria de algum evangélico de perfil, no mínimo, conservador. Por outro lado, Eduardo Paes contou com o apoio da décima maior igreja evangélica do país, a Igreja Mundial do Poder de Deus, do apóstolo Valdemiro Santiago, cunhado de Edir Macedo (SEARA, 2020), que, embora do mesmo segmento religioso, antagoniza com a IURD.

⁴² Políticos com identidade religiosa e conservadores utilizaram a educação como maneira de atacar o debate democrático em torno da pauta de gênero. Movimento semelhante acontece em nível internacional, no Peru, na Colômbia, no Chile, no Equador, na Argentina e no Uruguai. Políticos conservadores brasileiros se articulam para intervir nos planos nacionais de direitos humanos e na educação em nível nacional, estadual e municipal. Os políticos com identidade cristã acionam a democracia para propagar conteúdos contrários à diversidade e à pluralidade em torno dos temas inerentes aos direitos humanos e individuais. O argumento em torno da defesa da família é utilizado nas narrativas cristãs conservadoras (REIS; CUNHA; ABREU, 2020).

O atrelamento de Crivella à Universal não passa despercebido. Posicionamentos institucionais ou de sua principal liderança entram na pauta dos debates públicos. Exemplo disso é a menção ao fato de Edir Macedo já ter se posicionado a favor do aborto. Apesar de Crivella ter um discurso distinto, contrário ao aborto, o deputado federal Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ) orientou Paes a explorar esse ponto para atacar Macedo, por ser o único líder evangélico a ter esse posicionamento sobre o tema,⁴³ como via de atingir a imagem de Crivella. O presidente da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, Silas Malafaia, apoiou Eduardo Paes em 2012, Crivella em 2016 e se manteve neutro em 2020, alegando ser amigo dos dois.

Em *live* realizada no dia 26 de novembro de 2020, o presidente Jair Bolsonaro declarou seu voto no segundo turno em Marcelo Crivella (Republicanos) para a Prefeitura do Rio de Janeiro, fez apelo para que observassem bem em quem votariam, pois o futuro dos filhos dos eleitores seria determinado pelo prefeito, por isso, pediu para que não votassem nos partidos de esquerda, PT, PSOL, PCdoB e PDT, porque eram partidos que defendiam a “ideologia de gênero” ou que levariam ao “desgaste de valores familiares”, e afirmou que o candidato concorrente, Eduardo Paes, teria prometido a Secretaria de Educação ao PSOL.

No decorrer da campanha eleitoral foram distribuídos panfletos que qualificavam Eduardo Paes como defensor do aborto, da legalização das drogas, da “ideologia de gênero” e da pedofilia, sendo identificado como “esquerdista”, mesmo sem ser politicamente de esquerda. Já Crivella era apresentado e se apresentava como defensor da família e conservador.

Eduardo Paes foi beneficiado indiretamente quando Abner Ferreira, presidente do Ministério Madureira, um dos maiores segmentos da Assembleia de Deus, que é a igreja evangélica com o maior número de fiéis no Brasil,⁴⁴ não declarou voto para nenhum dos dois candidatos. Manuel Ferreira é pai de Abner, ex-deputado e bispo primaz da Assembleia de Deus Madureira, antigo apoiador de Luís Inácio Lula da Silva e que entrou na campanha de Bolsonaro. O deputado federal Otoni de Paula (PSC-RJ) declarou apoio e apareceu em vídeo apoiando Crivella.

A declaração de Paes dizendo que faria o maior carnaval do planeta depois que a vacina da Covid-19 saísse foi usada pelas lideranças conservadoras evangélicas para atacá-lo. O missionário R. R. Soares, líder da Igreja Internacional da Graça de Deus, cunhado de Edir

⁴³ Sóstenes Cavalcante defendeu o ataque a Macedo sob a justificativa de “nunca falar contra a igreja, porque igreja é intocável”. Sóstenes Cavalcante é aliado do pastor Silas Malafaia (BALLOUSSIER, 2020c).

⁴⁴ De acordo com o censo de 2010, a Assembleia de Deus é a maior igreja do segmento evangélico, com 12 milhões de fiéis, e a segunda maior do Brasil, atrás da Igreja Católica (AZEVEDO, 2012).

Macedo e tio de Marcelo Crivella, fez vídeo de campanha em apoio ao sobrinho. Outra ferramenta que foi massificada entre os evangélicos foi o vídeo de Bolsonaro dançando com Crivella no Show da Fé, evento do missionário.

Com a perda de apoio no campo religioso que o impulsionou em 2016, entretanto, no final da campanha Crivella conseguiu algum nível de apoio dentro de seu segmento religioso, que lhe permitiu permanecer na disputa, porém Cunha (2020b) chama atenção para o apoio das milícias na Zona Oeste a Crivella, assinalando que elas exercem poder através da violência sobre os moradores e comerciantes para elegerem seus candidatos preferenciais (CUNHA, 2020b).

A pesquisa eleitoral do Instituto de Estudos da Religião (Iser) mencionada em artigo por Reis, Cunha e Abreu (2020), realizada nas principais capitais do país, mostrou que apenas candidatos que não apareciam em primeiro lugar nas pesquisas, como foi o caso de Crivella e Joice Hasselmann, utilizaram apelo religioso em suas campanhas, acionaram temas como sexualidade, defesa da família tradicional, segurança pública, corrupção e posicionamento contra a esquerda. As autoras analisam que as pautas de gênero e outras pautas morais não apareceram de forma única nas candidaturas que se autoidentificaram como conservadoras. Elas destacam que a negação à “ideologia de gênero” foi mais acionada por candidatos a vereadores, durante o primeiro turno, principalmente entre aqueles que utilizavam esse tema como mote. A “ideologia de gênero” foi mais acionada por candidatos a prefeitos que não estavam muito bem posicionados nas pesquisas, como Crivella, Joice Hasselmann (PSL-SP), Russomano (Republicanos-SP) e Vavá Martins (Republicanos-Belém). Nos casos mais específicos das capitais de Porto Alegre, Recife e Rio de Janeiro, as autoras informam que o segundo turno foi marcado por uma guerra de *fake news*, compartilhadas pelo próprio presidente.

Segundo Cunha (2020a), a maior parte dos candidatos fez pouca menção à Bíblia e ao nome de Deus em discursos e promessas de campanha; centralizaram suas pautas nos problemas do município. A autora destaca que foram 67 candidaturas religiosas a prefeito e 19 a vice-prefeitos também com identidade religiosa. Em relação à identidade religiosa dos vices, 14 eram evangélicos, dois eram católicos e três se declararam cristãos. A tenente-coronel Andréa Firmo (Republicanos), declaradamente católica, foi vice de Marcelo Crivella. Cunha (2020a) destaca que essa articulação entre evangélicos e católicos, exemplificada pela articulação das identidades evangélica e católica na candidatura de Crivella à Prefeitura do

Rio de Janeiro, indica a mudança de posicionamento de dois grupos religiosos que, em vários momentos, atuavam na política e na religião em lados opostos.

Percebemos o alinhamento entre os segmentos católico e evangélico desde a Constituinte (DUARTE *et al.*, 2009), através da atuação conjunta entre as frentes parlamentares católica e evangélica. Cunha (2020a) aponta que a partir das eleições de 2018, motivadas pelas pautas contrárias à esquerda, à pluralidade de gênero na saúde e na educação e aos movimentos sociais, esse alinhamento produziu candidaturas cristãs que não estão vinculadas a uma igreja específica, facilitando as articulações entre os dois grupos e ampliando a possibilidade de eleger mais candidatos, com os discursos defendidos pelos campos católico e evangélico conservadores. Nove candidatos a prefeito e três vices nas candidaturas a prefeito nas capitais acionaram a identidade cristã. A autora conclui que essa tática foi utilizada por Bolsonaro, que, durante sua trajetória política, se apresentou como católico e contou com o apoio de políticos e parlamentares evangélicos desde a sua campanha. Durante a campanha eleitoral de 2020, a maior parte dos candidatos que se apropriaram da identidade cristã era de partidos de direita e bolsonaristas.

Nas eleições de 2020, no entanto, a candidatura para prefeito de Eduardo Paes (DEM) derrotou Marcelo Crivella (Republicanos), em sua tentativa de reeleição (BETIM, 2020). O prefeito eleito recebeu a adesão de todas as escolas de samba do Grupo A em sua campanha, fato que evidencia as tensões com o antigo prefeito, mas também ratifica a identificação com o perfil de Paes, amplamente reconhecido por sua participação efetiva nos desfiles de escolas e blocos. No segundo turno, Paes ganhou a eleição com 64,41% dos votos válidos, contra 35,59% de Crivella. Este último amargou uma rejeição de 60% ao seu governo. Eduardo Paes conseguiu um amplo apoio, unindo desde a centro-direita até a esquerda, que defendeu um voto crítico a Crivella.

A prefeitura de Marcelo Crivella foi avaliada como ruim ou péssima por 66% dos cariocas, com 57% dos entrevistados afirmando que não votariam nele “de jeito nenhum”, atingindo rejeição recorde dentre os políticos mais rechaçados do país (CAPETTI, 2020). Diante disso, a memória positiva em torno da gestão de Eduardo Paes (2009-2016) influenciou eleitoralmente o candidato, que se manteve em primeiro lugar nas opções de voto durante todo o processo eleitoral. Paes governou no bom momento da economia brasileira (governos do PT), em que a cidade recebeu investimentos por causa dos Jogos Olímpicos. Outros pontos positivos para sua gestão foram a revitalização da zona portuária, a implementação das linhas de BRT e a expansão das clínicas da família, que foram sucateadas

na gestão de Marcelo Crivella. No tocante à esquerda em específico, podemos mencionar como motivações para o voto crítico a Crivella, através do apoio indireto à candidatura de Paes, o fato de o primeiro pertencer à ala evangélica conservadora; o corte na verba para o carnaval, bem como sua relação nada amistosa com a cultura popular ligada às tradições afro-brasileiras e à cultura LGBTQIA+; e seu alinhamento, bem como da IURD, à eleição e ao governo de Bolsonaro, a partir de 2018.

Entre as principais controvérsias dos governos de Paes, que não fizeram a esquerda o apoiar diretamente em 2020, estão as remoções de mais de 65 mil pessoas por causa das obras para a Copa do Mundo e as Olimpíadas, quando se elegeu pelo antigo PMDB – atual MDB –, durante os anos de 2009 e 2013, promovendo mais despejos do que Pereira Passos e Carlos Lacerda juntos (ESTADÃO, 2015). Podemos mencionar também a queda da Ciclovía Tim Maia, que causou a morte de duas pessoas e cuja empreiteira responsável pela obra pertencia à família de um dos secretários de seu governo; não cumpriu a promessa de colocar ar-condicionado em toda a frota de ônibus até o fim de seu mandato, em 2016; o roubo de cinco vigas do Elevado da Perimetral e a não identificação dos responsáveis pelo crime; na inauguração de condomínio pertencente ao programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, quando entregou as chaves do apartamento a uma senhora beneficiária, Paes disse que ela iria “trepar muito nesse quartinho” (FREIRE, 2016).

No debate da Rede Globo, envolvendo os candidatos que estavam no segundo turno, Eduardo Paes (DEM) e Marcelo Crivella (Republicanos), quando foi abordada a questão da verba pública destinada ao carnaval, o bispo licenciado da IURD acusou o candidato derrotado: “O Eduardo dava R\$ 70 milhões para o carnaval porque ele queria desfilar no carnaval. Ele ia lá com o chapeuzinho de Zé Pelintra, saía na capa de jornal. Ele queria autopromoção” (BARREIRA, 2020). Em resposta à “acusação de Crivella”, eleitores que apoiavam e eleitores que deram seu voto crítico a Paes, para evitar que Crivella fosse reeleito, votaram de chapéu panamá como forma de protesto à declaração considerada preconceituosa.

A frase de Crivella gerou controvérsia nas redes sociais, em que foi taxado de preconceituoso. Segundo Simas:

“Não acho que é preconceito, é racismo religioso. Porque quando você desqualifica as religiões afro-indígenas brasileiras é mais do que preconceito. A gente tem que falar mesmo de racismo religioso. O prefeito pertence a uma instituição evangélica que, frequentemente, comete racismo religioso”, opinou, referindo-se à Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), da qual Crivella é bispo licenciado.⁴⁵

⁴⁵ De acordo com Luiz Antônio Simas (2020), o rito religioso típico da Paraíba e de Pernambuco chamado catimbó originou a entidade Zé Pelintra. De acordo com o historiador e pesquisador das religiões afro-brasileiras,

Artistas como Alcione, Lulu Santos e Teresa Cristina postaram fotos em suas redes sociais no domingo da votação do segundo turno, manifestando críticas à fala de Crivella e declarando voto em Eduardo Paes. O Grêmio Recreativo Escola de Samba Acadêmicos do Salgueiro e o Grêmio Recreativo Escola de Samba Império Serrano utilizaram suas redes sociais para se manifestarem criticamente à declaração do então prefeito Crivella.

Figura 4 – “Chapeuzinho Zé Pilintra”: fala de Crivella é criticada na internet.



Fonte: O Dia (2020).

a migração nordestina trouxe para o Rio de Janeiro a figura de Zé Pelintra, que, na década de 1930, se tornou um malandro carioca da Lapa, se popularizou nos terreiros de umbanda e candomblé e adotou a vestimenta de terno de linho, sapato bicolor, gravata vermelha e o chapéu Panamá (BARREIRA, 2020).

Figura 5 – “Chapeuzinho Zé Pilintra”: fala de Crivella é criticada na internet.



Fonte: O Dia (2020).

Eduardo Paes ganhou a eleição com 64,07% dos votos válidos, contra 35,93% do candidato à reeleição (G1, 2020). A soma dos votos brancos, nulos e abstenções ultrapassou o número de votos no candidato do DEM, batendo recorde nas eleições para o Executivo municipal. Sem dizer diretamente o nome do candidato derrotado, Paes declarou em seu discurso da vitória:

Acho que hoje o importante é dizer pros cariocas: comemorem. Podem vibrar, podem dizer que nós afastamos da Prefeitura do Rio um governo preconceituoso, que não cuidava de todos. Agora nós vamos ter uma Prefeitura aberta a todas as orientações, a todas as cores, a todos os credos. Essa é uma cidade diversa. Aliás, eu quero deixar esse recado pro Brasil.

Os acontecimentos que cercaram os dois últimos anos do mandato de Crivella, que culminaram em sua prisão e na perda da reeleição, foram permeados por tensões que evidenciaram a impossibilidade de descolamento entre religião e política em seu perfil. Dentro e fora de seu segmento religioso, a unanimidade está na avaliação de que as atitudes de Crivella estão atreladas aos posicionamentos de Edir Macedo. Ser considerado autônomo dentro de seu campo dificultou os apoios eleitorais em 2020, demonstrando que se declarar evangélico não é sinônimo de apoio. Ganhar capilaridade, alcançar os demais segmentos

religiosos (dentro e fora de seu campo) e sociais, tornou-se uma janela de possibilidades que se concretiza através de candidaturas aos cargos eletivos do Executivo, unificando católicos e evangélicos. O próprio Crivella foi exemplo disso, quando colocou como sua vice uma mulher católica, a tenente-coronel do Exército Andréa Firmino.

Disputar a capilaridade religiosa e contar com o apoio de Bolsonaro, sem ser bem avaliado nos demais segmentos que o conduziram à vitória em 2016, e na sua gestão como prefeito, contudo, não foi o suficiente. Ser considerado “inimigo do carnaval”, intolerante à diversidade (cultural, religiosa e de gênero), cumprir apenas 20% das promessas contidas em seu plano de governo registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e envolver-se em supostos esquemas de corrupção, como no caso do “QG da propina”, foram fatores que fizeram naufragar o tão alardeado projeto de poder da IURD em 2020.

4 DIVERSIDADES DEMONIZADAS E SOB CENSURA (PARTE 1): AS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS E AS POLÍTICAS DO MANDATO DE CRIVELLA

O quarto e o quinto capítulos discutem dois temas que evidenciam a indissociabilidade entre o discurso político e religioso na trajetória de Marcelo Crivella, em particular, e em seu mandato como prefeito da cidade do Rio de Janeiro: o lugar das religiões afro-brasileiras e a diversidade sexual. O primeiro será discutido neste capítulo e remete ao histórico da relação da IURD com as religiões afro-brasileiras, bem como a própria atuação de Crivella, como missionário, em países africanos. Pergunta-se: quais foram as tensões e acomodações enfrentadas pela área da cultura e pelas religiões afrodiáspóricas quando a Prefeitura foi ocupada por um evangélico?

A Teologia da Batalha Espiritual, a “guerra espiritual” e a “libertação dos demônios” (MARIZ, 1999), acionadas pela IURD, desde sua fundação em 1977, atualizaram as “peças no tabuleiro” da cultura, ao levar para o centro do culto o “exorcismo” de seu “outro” mais imediato e midiático – as religiões afro-brasileiras – por meio de *performances* visibilizadas pelos meios de comunicação. Tal dinâmica configurou controvérsias e impactou o cenário religioso brasileiro, em particular no Rio de Janeiro, antes mesmo de Crivella chegar à Prefeitura. Diante da possibilidade de escolha em torno da identidade religiosa, o discurso sobre a liberdade religiosa se torna ferramenta política para acordos e reinvidicações entre as instituições religiosas e o Estado.

As controvérsias durante a prefeitura de Marcelo Crivella em relação à religiosidade e à cultura de matriz afro-brasileira atualizam a discussão e trazem à tona a trajetória dos embates protagonizados pela IURD direcionados a esse campo religioso. Além disso, o discurso da laicidade do Estado é constantemente mobilizado, porque seus opositores veem nessa participação política a execução do “projeto de poder evangélico”. Crivella protagonizou controvérsias concernentes à cultura e à religiosidade afro-brasileiras quando foi prefeito. Foi durante o seu mandato que ocorreu a resposta judicial das religiões de matriz africana contra a igreja mencionada, alimentando ainda mais a controvérsia.

Em relação às controvérsias ligadas à população LGBTQIA+, para entendermos as acusações de homofobia e transfobia, entre outras que pesam sobre Crivella, é importante retomar as discussões do modelo ideal de família (homem e mulher), para a IURD, discussão que será realizada no capítulo seguinte. Durante sua gestão, Crivella negou a interferência de sua concepção religiosa sobre temas morais e culturais, como já havia feito em outros

momentos de seu percurso político. Como será apresentado, tratou-se de um recurso retórico, na medida em que essa interferência se revelou em ações direcionadas às religiões afro-brasileiras e à comunidade LGBTQIA+, em especial em questões atinentes à área da cultura.

Durante sua trajetória, a IURD retirou os termos discriminatórios referentes ao “povo de santo” de seus documentos, Macedo criticou a proibição ao “homossexualismo”, e Crivella adotou tom ameno durante sua trajetória no Senado e como ministro da Pesca, conforme mencionado anteriormente. A demonização da umbanda e do candomblé, contudo, não foi inaugurada pelas práticas da IURD, cujo modelo defendido é baseado na noção de família cristã: monogâmica, heteronormativa, colonial e branca. Mesmo retirando os termos discriminatórios referentes ao “povo de santo” de seus documentos, e dizendo que as pessoas são livres para assumirem suas identidades sexual e de gênero, as controvérsias e as práticas de transmissão institucional e religiosa elaboradas pela IURD são ativamente conservadoras, tendo sua potência de intervenção para além de seus limites institucionais, embora moldada pela conjuntura política (cf. GOMES, 2011; GOMES e OLIVEIRA, 2021; NATIVIDADE, 2018).

4.1 Teologia da Batalha Espiritual: a demonização física e simbólica das religiões de matriz afro

Ponto central para a presente discussão é retomar a questão dos vínculos entre cultura e racismo no Brasil para fundamentar o debate sobre as controvérsias do mandato de Marcelo Crivella. Em levantamento realizado por Gomes e Costa (2022) sobre os nexos entre raça, pensamento colonial e pentecostalismo no Brasil, a autora identifica em Rolim (1985) essa correlação, enfatizando que o sociólogo remonta às características das missões pentecostais que aqui chegaram no início do século XX. Assim, argumenta que o pentecostalismo que veio para o Brasil é de origem norte-americana, branco, pertencente ao movimento de reavivamento espiritual, características divergentes daquelas que pautaram o pentecostalismo negro em relação ao papel da Igreja nos assuntos relacionados à política e ao social.

Há uma vasta literatura que aborda a história da constituição do campo pentecostal e neopentecostal no Brasil (SOARES, 1990; BARROS, 1995; ALMEIDA, 2006, 2009; GOMES, 2011; dentre outros). A partir de 1909, o movimento pentecostal foi trazido para o Brasil pela Congregação Cristã e pela Assembleia de Deus. Décadas depois, em 1977, ocorre a fundação da IURD, que demarca o surgimento do chamado neopentecostalismo no Brasil,

constituindo-se como sua principal representante. As análises da década de 1990 denominaram as práticas neopentecostais de “guerra santa”, devido às suas características bélicas em relação às religiões afro-brasileiras, não sem apontar contradições, sincretismos, apropriações e singularidades nessa relação.

No campo neopentecostal, identificado como a terceira onda do pentecostalismo (FRESTON, 1994), a “batalha espiritual” é adotada como princípio, estando direcionada às religiões afro-brasileiras em especial e ao catolicismo popular. Um viés significativo, evidenciado em análises de Gomes (2009b) e Gomes e Oliveira (2021), é a conformação de reações organizadas em resposta ao teor desses ataques. Os autores observam que a partir do final dos anos 1970, com o início da atuação da IURD, novos rumos foram tomados para a construção de reações do campo afro-brasileiro aos ataques realizados sob a égide da “batalha espiritual”. Eles analisam esse processo observando que tais reações foram estruturadas durante os anos 1980, unificando movimentos negros e movimentos de terreiros das religiões de matrizes africanas. O grupo conhecido como Projeto Tradição dos Orixás foi responsável pela organização e disseminação das reações organizadas pelos terreiros. Os autores destacam ainda que o grupo atuou por meio de estratégias políticas e jurídicas para denunciar o racismo contra as religiões afro-brasileiras, estruturado desde a colonização até os neopentecostais, que acirram características previamente estabelecidas. Eles destacam que os termos racismo, intolerância religiosa e racismo religioso são incorporados em decorrência da movimentação dos terreiros. Nesse sentido, a identidade religiosa assume também a função de identidade política, como forma de reação ao preconceito racial e religioso.

Para a atual discussão, é relevante trazer tais considerações, pelo fato de acionarem os fundamentos, personagens e controvérsias que estarão presentes anos depois, com a candidatura e o mandato de Crivella na Prefeitura do Rio de Janeiro. A Teologia da Batalha Espiritual (MARIZ, 1999) e a Teologia da Prosperidade são fundamentais para compreender a trajetória político-religiosa de Marcelo Crivella. A primeira traz a demonização física e simbólica das religiões afro-brasileiras, que seriam a principal representação do “mal” a ser combatido. Inclusive, a Teologia mencionada exerce o papel de “motor do processo de reações sociais contra a intolerância religiosa” (GOMES, 2009b, p. 148). A Teologia da Prosperidade, por sua vez, também é importante para compreender o lugar da IURD e de Crivella nas dinâmicas políticas e culturais.

Diversos autores já apontaram a relevância dessas características. Para o momento, a Teologia da Batalha Espiritual é fundamental para a compreensão dos posicionamentos de

Crivella em seu mandato. Segundo Mariz (1999, p. 34), “a teologia da ‘guerra’ ou ‘batalha espiritual’ advoga que evangelizar ou pregar a mensagem cristã é lutar contra o demônio, que estaria presente em qualquer mal que se faz, em qualquer mal que se sofre e, ainda, na prática de religiões não cristãs”. Essa ideologia foi tomada inicialmente como a expressão do antissincretismo, pois nega a base cultural e religiosa do país, e foi visibilizada pela Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), desde o momento de sua criação. Assim, as religiões afro-brasileiras se configuram como “o outro” contrastivo (OLIVEIRA, 2000) e demonizado nessa interação, como apontaram diferentes autores (CONTINS, 1995; ALMEIDA, 2015).⁴⁶

Almeida (2015) destaca que depois de centralizar sua atuação na demonização das religiões de matriz africana, a IURD aderiu a lógica “psicologizante”,⁴⁷ com projetos como Terapia do Amor e *The Love School – A Escola do Amor*, voltados para a conformação da família cristã (ALMEIDA, 2015). O autor informa que a IURD atualiza suas formas de intervenção, mas mantém sempre o conservadorismo ativo, com o objetivo de conquistar espaços na sociedade. A instituição dialoga com as pautas em debate na sociedade, mas sem abrir mão do conservadorismo ativo, com o objetivo de manter e conquistar novos espaços na sociedade. A dosagem e a forma de intervenção política e social desse conservadorismo são determinadas pela conjuntura política, levando em consideração os diferentes campos de abrangência da instituição – religioso, midiático, financeiro, dentre outros. Crivella é a síntese da trajetória de sua instituição religiosa, é o representante da memória racista que, ao chegar à Prefeitura, foi visto por seus opositores como o agente que implementaria na prática o projeto de poder da Igreja.

4.2. O Projeto Tradição dos Orixás e a luta contra o racismo religioso

Gomes e Oliveira (2019; 2021) apresentam o Projeto Tradição dos Orixás como agente crucial nas respostas produzidas pelos movimentos negros e de terreiro diante do cenário de ataques narrativos, simbólicos e físicos aos terreiros. Nesse processo, evidenciam as estratégias de luta antirracista formuladas pelo grupo: políticas, jurídicas, epistemológicas,

⁴⁶ Disponível em: <http://mais.uol.com.br/view/1575mnadmj5c/o-que-a-universal-quer-com-os-gladiadores-do-altar-especialistas-explicam-04020C183464C0A15326?types=V&>. Acesso em: 8 nov. 2021.

⁴⁷ Durante a década de 1990, paulatinamente, a centralidade em torno das práticas do exorcismo sofreu alteração. As narrativas em torno da exaltação das conquistas financeiras e da estabilidade familiar receberam destaque, o que não significa o desaparecimento das práticas de exorcismo da rotina da Igreja Universal (GOMES, 2011).

midiáticas,⁴⁸ entre o final dos anos 1980 e o início dos anos 1990. Tais reações foram estimuladas justamente pelas ações protagonizadas pela IURD. Alguns eventos indicam o papel dessa igreja. O dossiê formulado pelo Projeto Tradição dos Orixás, denominado *Guerra santa fabricada*, coletou documentos, matérias de jornal e relatos, entre 1980 e 1988, denunciando as agressões que as lideranças e praticantes das religiões afro-brasileiras sofriam, promovidas pelas igrejas neopentecostais. Esse dossiê foi entregue ao advogado Nilo Batista, ex-secretário da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, e, posteriormente, ao Ministério Público.

Vale referir a importância desse conjunto de documentos para a compreensão da forma como a IURD e, por consequência, Crivella pensam e agem no que concerne às religiões afro-brasileiras. Segundo Gomes e Oliveira (2019, 2021), no dossiê estavam anexados três livros considerados como eixo da “batalha espiritual” praticada contra as religiões afro-brasileiras: *Orixás, caboclos e guias: deuses ou demônios?*, de Edir Macedo; *Os deuses da umbanda*, de Neuza Itioka; e *Por que crescem os pentecostais*, de Peter Wagner. Os autores informam as autoridades requisitadas, a partir da entrega do dossiê pelo Projeto Tradição dos Orixás. No mesmo ano, o documento foi entregue ao subprocurador Claudio Lemos Fonteles. Em setembro de 1989, o dossiê foi entregue ao cardeal primaz do Brasil, o arcebispo Lucas Moreira Neves, com o intuito de trazer a Igreja Católica para o embate com a IURD, pois entendia-se que ela também era alvo dos ataques. Anos depois, o dossiê foi encaminhado à Procuradoria Regional de São Paulo, por solicitação do Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro-Brasileira (Cenarab), no contexto da investigação da controvérsia envolvendo o “chute na santa”, em que o bispo Sérgio Von Helder, da IURD, chutou a imagem de Nossa Senhora Aparecida, a padroeira do Brasil, caso já mencionado.⁴⁹

As mudanças significativas no campo religioso brasileiro são identificadas pela literatura socioantropológica, aqui referenciada, justamente com o surgimento das igrejas neopentecostais, sendo a IURD sua principal referência. A participação política de

⁴⁸ Pais e Mães de Santo de terreiros da Baixada Fluminense, Rio de Janeiro, passaram a se reivindicar e as religiões afro-brasileiras como gênese civilizatória, e não a ritualística religiosa, colocando raça e religião como segmentos complementares na luta antirracista (GOMES; OLIVEIRA, 2019; 2021).

⁴⁹ Gomes e Oliveira (2021) problematizam a adoção dos termos racismo, intolerância e racismo religioso em diferentes momentos pelos movimentos sociais, instituições e atores envolvidos. Eles indicam que toda essa mobilização deixou um legado de aprimoramento das instituições para lidar com a pauta da intolerância religiosa e de busca pela solução dos casos, inclusive com as lideranças da época repercutindo o debate em diferentes espaços de atuação. A ressonância desse processo foi a criação, em 2008, da Comissão de Combate à Intolerância Religiosa (CCIR), no Rio de Janeiro, liderada por Ivanir dos Santos, e a organização da Caminhada em Defesa da Liberdade Religiosa, que tem participação de diferentes segmentos religiosos associados. Além disso, houve o aprimoramento das instituições para acolher os casos de intolerância religiosa provocadas pelas ações da IURD, que conformaram o perfil político-religioso de Crivella.

representantes evangélicos, disputando cargos no âmbito do Legislativo e, posteriormente, no Executivo, disseminou-se pelo campo religioso em geral. A inserção do campo religioso no campo político constitui o processo do secularismo, evidenciado pela permanência da influência e da hegemonia católica no país, até esse perfil ser desequilibrado após as últimas décadas do século XX, fazendo com que as religiões dialoguem, não sem tensões, com os mecanismos estatais – delimitados por uma ordem jurídica que pressupõe a consolidação do Estado laico (GIUMBELLI, 2008, p. 81; MONTERO, 2012, p. 170).

Esse contexto é importante para identificar o lugar ocupado pela IURD na política e o seu impacto na trajetória de Marcelo Crivella, considerando que a instituição conduz seu discurso em relação aos diversos segmentos políticos, sociais e religiosos por meio de aproximações e afastamentos. Exemplo disso é o caso do próprio campo afro-brasileiro. No momento da construção das “catedrais”⁵⁰ e da produção dos documentos que registravam a memória da igreja, houve uma retração ou mesmo desaparecimento das referências ligadas às religiões afro-brasileiras (GOMES, 2011). No caso dos cultos, houve mudanças, com a adoção de expressões mais abrangentes, ao menos no espaço das chamadas “catedrais”, como encosto, magia, satanismo, porém as religiões de matriz africana permanecem com o foco preferencial na dinâmica possessão-exorcismo.⁵¹

De acordo a Giumbelli (2008; 2013, p. 9), o catolicismo constitui a principal base da cultura religiosa no Brasil, muito por conta do catolicismo popular, que ultrapassou os muros e a hierarquia da Igreja Católica, em intercessão com o Estado. Essa relação nem sempre foi pacífica. O autor informa que as religiões de matriz africana se estruturam como identidade étnica e cultural, parte da nossa identidade nacional, mas ocupam um lugar de complementação, com tensões e acomodações ao catolicismo. Perseguições de órgãos ligados ao Estado e acusações de representação da barbárie exemplificam o preconceito sofrido pelas religiões de matriz africana ao longo do tempo, mesmo que o sincretismo tenha relegado a essas religiões parte de nossa religiosidade popular.

Por outro lado, os evangélicos disputam a inserção na identidade nacional através de sua presença na política, na música, nas periferias etc., através de *performances*, através de

⁵⁰ Nos anos 1990, a IURD empreendeu um processo de consolidação institucional, em resposta às acusações provenientes especialmente do âmbito legal e midiático. Dentre as ações mais relevantes estão a construção de catedrais e práticas assistenciais, conforme evidenciam os trabalhos de Gomes (2011) e Scheliga (2010), respectivamente.

⁵¹ Há uma expressiva quantidade de trabalhos que abordam o debate sobre possessão na IURD (BIRMAN, 1997; ALMEIDA, 1996; BARROS, 1995; FRESTON, 1994 e SOARES, 1990). De acordo com essas abordagens, as divindades da umbanda e do candomblé aparecem no processo de reinvenção da possessão pela igreja, por meio de sua malignidade a ser combatida: antes de serem expulsas, são provocadas a exporem publicamente suas intenções “malignas”.

projetos e eventos, imprimindo uma cultura pública, através da presença no espaço público por meio de livros, frases religiosas, bíblias, templos, dentre outros. A IURD se insere nessa lógica quando constrói as catedrais, o Centro Cultural Jerusalém e o Templo de Salomão. Conectar-se com a tradição judaico-cristã cumpre o papel de responder aos ataques externos, de que a IURD não tem tradição, e, ao mesmo tempo, mesmo que pela via da negação, cria diálogo com a identidade religiosa conhecida, a partir de interpretação própria (GOMES, 2011).

Há uma vasta bibliografia analisando a importância da aquisição da Rede Record de Televisão, em 1990, que amplia a visibilidade da igreja nos canais de comunicação, para além do público evangélico (GIUMBELLI, 2013, p. 11; MARIANO, 2008; CAMPOS, 2008; dentre outros). Os autores apontaram para o fato de que sua programação é a mesma dos conteúdos presentes nos canais de TV não religiosos. Analisam que o prioritário para os donos religiosos de canais é ter uma rede de comunicação competitiva de forma ampla e irrestrita. Nas décadas seguintes, a Record se torna importante no debate político, por isso, para a presente tese, vale confirmar a importância das mídias para análises de controvérsias que envolvem religião.⁵² As controvérsias religiosas e culturais protagonizadas por Crivella estão pautadas pelas disputas em torno das noções de cultura, memória e identidade.

4.3 A “cultura pública” evangélica

Giumbelli (2013, p. 9-10) discute a noção de “cultura pública” no processo de reconhecimento de segmentos evangélicos. O autor argumenta que se tornar referência no cenário requer a construção de uma nova “cultura pública”, que não esteja atrelada ao histórico de conformação da cultura nacional, que valora o lugar do catolicismo como representante da tradição e das religiões afro-brasileiras como atreladas à perspectiva étnico-religiosa. Por isso, os segmentos evangélicos ocupam diferentes espaços, não se limitando ao religioso, com o intuito de reconstruí-los a partir de novos alicerces. O autor analisa a importância para a construção identitária e cultural, bem como a contribuição social das religiões, que pautou a reivindicação de Marcelo Crivella, quando exercia o mandato de senador. O Projeto de Lei do Senado nº 69/2005 tratava da inclusão de templos religiosos na

⁵² Há um amplo conjunto de referências sobre religião e mídia. Para o momento, cito as produções de Magali Cunha (2007, 2017), Bronsztein e Rodrigues (2016) e de Bronsztein, Rodrigues e Falcão (2015).

verba do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac),⁵³ mais conhecido como Lei Rouanet (GIUMBELLI, 2013).

Em sua tramitação inicial, o projeto propunha um conceito amplo de religião – religiões, seitas, cultos e sincretismos – e o objetivo principal era destinar verba da Lei Rouanet para os templos de uma forma geral. Com isso, as religiões de matriz afro-brasileira estariam incluídas nas possibilidades de incentivos, no entanto a principal acusação em relação ao projeto era a possibilidade de desvio de dinheiro da Lei Rouanet para templos religiosos evangélicos, desconfiança amplamente pautada no histórico do proponente. Crivella apresentou a segunda versão de sua proposta determinando que apenas os templos tombados recebessem recursos, colocando a cultura como mediadora religiosa. Ele citou diretamente as igrejas históricas, as igrejas dos campos católico e evangélico-protestante, porém não citou as religiões de matriz afro-brasileira, agora restringindo o conceito de religião.

Giumbelli (2008, p. 94) destaca que a Igreja Católica foi incluída pelo autor do projeto, evidenciando o caráter político das negociações, como forma de articulação política para garantir apoio contrário à mudança no Código Civil de 2003,⁵⁴ conquistando a adesão da CNBB. O autor observa que as controvérsias em torno da relação das lideranças evangélicas midiáticas com desvio de dinheiro impediram a análise de que, através do projeto de lei, haveria a possibilidade de desconcentrar a verba do Fundo Nacional de Cultura (FNC) das iniciativas católicas, garantindo sua distribuição de forma mais igualitária.

Mafra (2011) atestou que a influência do catolicismo e das religiões afro-brasileiras dificultou a formação de uma cultura evangélica no Brasil. O conjunto do patrimônio material e simbólico dos objetos sacros dos presbiterianos, assembleianos e iurdianos, estudados pela autora, é responsável pela manutenção de suas crenças, formadoras de suas memórias coletivas. Nesse sentido, essa forma institucional de gestão das memórias das igrejas mencionadas dificultaria o acionamento da cultura como arma pelos evangélicos, devido à predominância da Igreja Católica no padrão de cultura nacional.

Acusada de usurpar os lugares de cultura das cidades e, ainda mais, não produzir cultura, a IURD elabora diversas estratégias para responder a essas acusações, como construir

⁵³ Criado por lei em 1991, o Pronac é uma forma de investimento das empresas em projetos culturais que tem redução no imposto de renda. A proposta da Lei Rouanet é facilitar o acesso dos pequenos projetos culturais às fontes de financiamento.

⁵⁴ O novo Código Civil encontrou resistência em meio aos evangélicos, que viam na mudança uma tentativa do Estado de regular as igrejas, pois elas poderiam ser enquadradas no modelo genérico de associação. Dentre as novas mudanças, destacamos a proibição do lucro, ter os registros contábeis em dia e a obrigatoriedade de declarar renda. Nesse sentido, os evangélicos argumentaram que tais regulamentações estariam em sentido contrário ao estatuto jurídico das organizações religiosas.

catedrais e organizar eventos e centros culturais (GOMES; LEITE, 2016, p. 272 e 273).⁵⁵ Segundo Sant’Ana (2013, 2017), o uso da “arma da cultura” é mais bem-sucedido quando os evangélicos se articulam enquanto campo do que quando o fazem de forma institucional. A autora destaca o *gospel* como exemplo disso, ao ser incluído na Lei Rouanet, desde que os eventos não fossem promovidos pelas igrejas, em um primeiro momento; mais recentemente, com a tramitação do Projeto de Lei nº 2.407/2015 (FOLHA DE S.PAULO, 2019b), os eventos promovidos pelas instituições religiosas também foram incluídos. Essa ação significou a inclusão da identidade evangélica na cultura nacional, sem estar atrelada a uma denominação específica.

Os dados mencionados neste parágrafo se referenciam no levantamento realizado por Giumbelli (2021, p. 11, 16 e 23). No período compreendido entre 2009 e 2018, dos 88.946 projetos submetidos ao financiamento via Lei Rouanet, apenas 42 (o que representa 0,05%), estavam relacionados diretamente com o *gospel*. No ano de 2015, diante do total de 5.407 projetos, apenas 57 estavam ligados diretamente a agentes ou conteúdos religiosos, sendo que 37 eram católicos (em sua maior parte, ligados a tombamentos e à restauração de templos), 10 eram afro-brasileiros (em sua maior parte, ligados a livros sobre mitologia dos orixás) e sete eram evangélicos (todos ligados à música *gospel*, em sua maior parte, festivais). Giumbelli (2021, p. 13) avalia que, devido às controvérsias protagonizadas pelos evangélicos de negação dos moldes culturais influenciados pelo catolicismo e pelas religiões de matriz africana, para justificar seus projetos, os evangélicos atribuem função social, indo em direção contrária às diretrizes culturais concebidas pela Lei Rouanet. Os Pontos de Cultura são o exemplo de política cultural que priorizou 80% dos projetos de umbanda e candomblé mencionados em 2018. Em relação ao turismo religioso, o destaque é dos católicos. Até o levantamento feito por Giumbelli (2021, p. 25), a Lei Rouanet não contemplava os evangélicos tanto quanto se podia imaginar, pois sua maior parte é dada ao catolicismo, que, no caso do turismo, é hegemônico.

O mesmo autor (2021, p. 17) apontou também que, para os projetos submetidos por instituições religiosas católicas e afro-brasileiras, não há acusação de uso de verba pública

⁵⁵ De acordo com o levantamento realizado até 2016 no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), verificou-se a ausência de bens protestantes tombados. Até a década de 1980, os tombamentos estavam voltados quase que exclusivamente para a preservação de bens católicos. No Instituto Estadual de Patrimônio Histórico (Inepac), o número de tombamentos e indeferimentos é muito baixos, apenas três: o tombamento provisório da Catedral Presbiteriana em 2008; o tombamento definitivo do Cemitério dos Ingleses em 1998; o tombamento definitivo da capela da Catedral Metodista em 1978 – os três estão localizados na cidade do Rio de Janeiro. No Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio (CMPC) estão protegidas a Igreja Metodista do Jardim Botânico, no Jardim Botânico, a Assembleia de Deus de Madureira, em Madureira, a Primeira Igreja Batista, em Inhaúma, e a Igreja Anglicana, em Botafogo.

para efeito de evangelização. As acusações em torno da possibilidade de ameaça à laicidade do Estado não são mencionadas. Vale ressaltar que a Igreja Católica, como instituição hegemônica, foi agente crucial no processo de perseguição, silenciamento e estigmatização das religiões afro-brasileiras e, em grande medida, ainda na atualidade mantém tal postura, especialmente representada por segmentos conservadores, que se alinham com setores evangélicos em variadas temáticas.

A “visibilidade da obra” integra o modo como a IURD se apresenta no espaço público, característica aderida por outros segmentos evangélicos, como tática de ressonância da “cultura evangélica”; a crença em torno da sua abrangência pode ser maior do que a realidade sugere. Visibilidade e participação social e política, provocadas pela diversificação e adesão ao campo evangélico, refletem disputas em torno da valorização da cultura e do patrimônio desse segmento. Nesse sentido, legitimidade, autenticidade e visibilidade são disputadas por antigas e novas linhas de força (GOMES; LEITE, 2016). Nesse sentido, a pertença religiosa de Crivella, ligada à igreja acusada de não produzir cultura, é atualizada e lembrada por críticos à sua gestão.

A tendência dos pentecostais de negar o que há de cultura local, com a suposta missão de repará-la e estabelecer novas formas que não dialoguem com o que está estabelecido, reconhecido, passa unicamente a imagem de rejeição, mas, se levarmos em consideração a possibilidade de passagens (BIRMAN, 1996) do pentecostalismo com as práticas culturais que ele rejeita, isso significa estabelecer contato, mesmo que seja, *a priori*, em forma de negação (MAFRA, 2011). É importante lembrar que o sincretismo religioso é produto de uma relação de violência, perseguição da Igreja Católica e do Estado à umbanda e ao candomblé, mas que gerou um caldo de cultura popular que ultrapassou o catolicismo institucional. Guardadas as devidas proporções, a atualização da demonização das práticas da umbanda e do candomblé pelos evangélicos produziu uma cultura cotidiana popular carioca⁵⁶ que vai desde a adoção de termos do linguajar evangélico, que se tornaram “gírias”, até o acesso a livros e músicas *gospel*, que são consumidos por segmentos não evangélicos da população.⁵⁷

⁵⁶ Vale lembrar que não são uniformes a presença e o aumento da população evangélica no país. Dados do IBGE apontam que o Rio de Janeiro apresenta os maiores percentuais de crescimento desse segmento (INSTITUTO PARACLETO, 2014).

⁵⁷ Já frequentei terreiro de umbanda em que era tocado o hino *gospel Faz um milagre em mim*, composto e gravado pelo cantor evangélico Regis Danese, que, segundo o seu *site* pessoal, em 2009 foi indicado ao Grammy Latino na categoria Melhor Álbum Cristão em Português. Foi o único cantor *gospel* a ficar em primeiro lugar em rádios e TVs seculares no Brasil. Disponível em: <http://regisdaneseoficial.com.br/release/>. Acesso em: 7 fev. 2021. Página retirada do ar posteriormente.

Tais dinâmicas impossibilitariam a radicalização do processo de secularização, que se torna inviável diante da presença de grupos religiosos com peso e densidade de intervenção na sociedade (CASANOVA, 1994 *apud* DULLO, 2012; MONTERO, 2018; PIERUCCI, 1997). A possibilidade de exclusão da religiosidade e de seus símbolos da esfera pública não seria um fato possível em sociedades como a brasileira, que não retiraram o “religioso” do espaço público em seus respectivos processos de modernização, demandando negociações constantes com o Estado.

Em relação ao processo de institucionalização da IURD, a inserção na política é parte do seu investimento em estratégias de legitimação. Em processo semelhante a outras igrejas, a Igreja Universal forma quadros especializados entre seus membros. Ela inclui atividades ligadas às suas empresas, como editora, gráfica e emissoras de televisão, com a preocupação de formar academicamente membros da igreja para atuarem como profissionais; também se burocratiza, criando cargos, setores e outros projetos (GOMES, 2011). As atividades de assistência social empreendidas pela igreja, por exemplo, apresentam a noção de responsabilidade social, influenciadas pelo ideário cristão, podendo assumir o lugar da beneficência, com o acréscimo de dois novos elementos: a transparência e a eficiência de resultados. As estratégias de assistência social realizadas pela IURD constroem, ao mesmo tempo, imagem e memória ligadas a atividades de cunho assistencialista, estabelecendo a possibilidade de se enquadrarem como seculares, justificando que sua atuação está além da religião (cf. SCHELIGA, 2010; LEITE, 2016).

Nota-se que o processo de secularização brasileiro, em seu aspecto político, não corrobora o modelo inspirado na Europa, porque religião não se limita a crenças abstratas e a Modernidade não se limita à racionalidade (RANQUENTAT JÚNIOR, 2012, p. 29; HERVIEU-LÉGER, 2008). Os recentes debates (GIUMBELLI, 2002, 2008, 2013; BURITY, 2008) nos mostram que as narrativas religiosas são influenciadas por discursos seculares, enquanto estratégia de disputa pública e política, constituindo consequências do processo de secularização. Embora seja referência nos debates das ciências sociais, Montero (2012) destaca que, segundo Assad (2003), a categoria secular não possui definições muito claras a ponto de ser utilizada como “categoria epistêmica” e doutrina política. É necessário entendermos as relações religiosas ainda vigentes em nossos tempos, levando em consideração a construção sociopolítica de cada país ao longo dos séculos. A abrangência da religião ultrapassa a fé e as práticas, acolhendo os indivíduos em questões sociais e econômicas.

O processo histórico da sociedade brasileira é marcado por interações entre o secular e o religioso, provocando tensões e acomodações. Além disso, é importante ressaltar que a disputa do espaço público, em especial na esfera política, é parte do processo de secularização (DULLO, 2012). A atuação dos deputados e senadores religiosos no Parlamento e nas comissões não restritas às temáticas atinentes à religião indica que seus eleitores não se localizam apenas na pauta religiosa, assim como permite a articulação com os parlamentares não religiosos para as pautas de costumes, gênero e sexualidade, temas compreendidos como morais e disputados pelas bancadas conservadoras e religiosas (DUARTE *et al.*, 2009).

A interseção da religião com o liberalismo econômico é um aspecto da influência da Modernidade, principalmente quando analisamos a Teologia da Prosperidade (GIUMBELLI, 2002; BURITY, 2008). O social, o religioso e o cultural são atravessados pela lógica de mercado global, que reduz a participação popular no sistema democrático, tornando as instituições religiosas um dos poucos espaços que legitimam e acolhem os pretos e pobres nas periferias e favelas das capitais. As favelas e periferias são territórios onde o Estado atua nas e pelas margens (FOUCAULT, 1999, 2007, 2008a, 2008b).

A “cultura pública” brasileira, assim, tem sido transformada com a diversificação e a disputa produzida pelo campo evangélico. Os candidatos e seus partidos, dos mais variados espectros ideológicos, acionam a religião nos processos eleitorais (MARIANO, 2011; MACHADO; BURITY, 2014; INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS, 2020). Bispos e pastores se mobilizam ativamente para eleger representantes de suas denominações ou para apoiar candidatos seculares, em troca de apoio às suas demandas. É importante ressaltar que a referência ao mercado religioso é no sentido de diversificação das possibilidades de escolha religiosa (PIERUCCI, 1997; LEITE, 2016), e não uma simplificação das experiências religiosas como consumo. Crivella instrumentaliza politicamente a religião, integrando ambas em sua *persona* e *performance* social. As configurações político-religiosas e a memória da trajetória de bispo determinam o acionamento do perfil escolhido por Crivella – ora prefeito, ora líder religioso.

4.4 Controvérsias Crivella vs. intolerância religiosa

Os casos de intolerância religiosa contra as religiões afro-brasileiras aumentaram de forma considerável desde as eleições de 2018 (CAPLER, 2021), durante o mandato de Crivella e ano da eleição presidencial de Jair Bolsonaro. Bolsonaro se elegeu presidente

contando com o apoio de líderes cristãos conservadores, católicos e evangélicos, utilizando o lema “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Frases e atitudes extremistas que acompanham a trajetória política desse personagem se configuram em atitudes de violência contra grupos perseguidos historicamente. A trajetória e o mandato de Crivella na prefeitura do Rio de Janeiro não estão desconectados desse contexto.

A Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, estabelece a discriminação como crime inafiançável,⁵⁸ porém, a polícia e o Judiciário reproduzem o racismo estrutural em suas práticas, apresentando resistências e despreparo na hora de lidar com os casos. O Instituto de Segurança Pública (INSP) do Rio de Janeiro, por exemplo, só divulgou dados relacionados à intolerância religiosa em janeiro de 2021 (SALLES, 2021). Os dados não detalham o perfil, as vítimas não são separadas por religião ou credo, inclusive essa informação não consta no próprio registro de ocorrência. É possível perceber que a dificuldade em torno da tipificação das ações passa pelo descrédito por parte dos agentes de segurança, culminando no desestímulo das vítimas em abrir o boletim de ocorrência.⁵⁹

Nesse sentido, Miranda e Boniolo (2017, p. 94 e 95) observam que o uso do termo intolerância religiosa por parte das diferentes lideranças integrantes da Comissão de Combate à Intolerância Religiosa (CCIR) serviu para dar vazão a diversas estratégias, como propagar o conhecimento em meio aos policiais, delegados e advogados sobre a legislação, enfatizando que as denúncias fossem tipificadas pela Lei Caó. Da mesma forma, as ações da CCIR visavam articular os diferentes grupos religiosos em torno do problema comum que é a intolerância religiosa, mas a diferença aparece na reivindicação política das religiões de matriz africana para que o Estado desnaturalize e garanta a criminalização das agressões físicas e simbólicas sofridas.

Miranda (2012) observa também que a acusação de intolerante e racista no espaço público e no meio judiciário é algo que mexe com a moralidade. A autora considera que o racismo se conforma na possibilidade de olhar o outro de forma desumana e, nesse sentido, acionar a moralidade constitui mais uma brecha para denunciar o preconceito religioso com vistas à sua desconstrução dentro da moralidade branca e cristã, obrigando o Estado a intervir com seus dispositivos de segurança. A partir do momento em que há ataques públicos a determinada religião ou a seus integrantes, são postos em xeque os princípios laicos

⁵⁸ A lei mencionada estabelecia como crime os preconceitos de raça e cor. Ela foi modificada pela Lei 9.459, de 13 de maio de 1997, que incluiu como crime a discriminação ou o preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

⁵⁹ A lei nº 7.716/89 estabelece que a discriminação é crime inafiançável. A intolerância religiosa não possui uma classificação criminal particular. Sendo assim, ela está sujeita a interpretações próprias da polícia.

característicos da noção moderna e republicana de espaço público, convocando o Judiciário a garantir a liberdade religiosa.

A questão da intolerância religiosa acompanha a trajetória de Crivella, fato exemplificado durante a campanha eleitoral de 2016, vencida por ele. No dia 16 de outubro de 2016, na campanha de segundo turno para a Prefeitura do Rio de Janeiro, disputada por Marcelo Freixo e Marcelo Crivella, o repórter Fernando Molica publicou extensa matéria no jornal *O Globo* sobre o livro *Evangelizando a África*, de autoria de Crivella (MOLICA, 2016). O livro narra os 10 anos em que o bispo licenciado viveu na África para implantar a IURD. A obra foi publicada em inglês, em 1999, na sua primeira versão, intitulada *Mutis, sangomas and nyangas: tradition or witchcraft? (Mutis, sangomas e nyangas: tradição ou feitiçaria?)*.⁶⁰

O jornalista Molica discorre na reportagem sobre suas impressões a respeito do livro, que traz acusações de que a Igreja Católica e as religiões afro-brasileiras propagam a idolatria. O livro, além de classificar o culto aos orixás como “ritual satânico”, atesta que a comida dedicada ao “ídolo” não deveria ser ingerida, sob a pena de aceitar o espírito para o qual foi dedicada. A matéria confere relevo ao perfil intolerante e LGBTQIA+fóbico do candidato evangélico, enfatizando seu percurso como bispo da IURD, com o intuito de questionar a imagem vendida em sua campanha de que era tolerante e ecumênico.

⁶⁰ Sangomas e nyangas são os bruxos e feiticeiros que no Brasil foram atrelados a mães, pais e filhos de santo (FRESTON, 2005 *apud* FIOROTTI, 2017).

Figura 6 – Em livro, Crivella ataca religiões e homossexualidade: “terrível mal”.



Fonte: Molica (2016).

A reportagem associa a IURD à imagem de Crivella, ao lembrar a controvérsia do “chute” na imagem de Nossa Senhora Aparecida pelo bispo Sérgio Von Helder. O ato se deu quatro anos antes de o livro ser publicado no Brasil. A Editora Gráfica Universal, que pertence à IURD, lançou a edição brasileira em 2002, quando Crivella foi eleito pela primeira vez para o cargo de senador. Na época da reportagem, a Gráfica Universal informou que o livro estava esgotado.

O livro traz mensagens já constantes em outras obras produzidas pela IURD, ou melhor, ele representa o pensamento institucional que guia o empreendimento missionário colonial de expansão transnacional da igreja (FREESTON, 2005 *apud* FIOROTTI, 2017). Pode-se traçar um paralelo com o livro *Orixás, caboclos e guias: deuses ou demônios?* (BEZERRA, 2017), do bispo Macedo, que gerou controvérsias e ações judiciais movidas por entidades da sociedade civil e movimentos negros, mas que atualmente está disponível para venda no *site* oficial da igreja. No livro, Macedo acusa as religiões de matriz africana de serem intermediárias da intervenção dos demônios na vida das pessoas.

De acordo com os autores Santos Júnior e Monteiro (2021), o líder da IURD afirma que os orixás e as entidades “são espíritos malignos” (BEZERRA, 2017, p. 119). Porém, Exus e Pombagiras são entidades do panteão afro-brasileiro que ocupam lugar privilegiado na associação com o “demônio” (BARROS, 2010, p. 3). Nos cultos, essas entidades são

interrogadas pelos pastores enquanto parte importante do processo de exorcismo, devido a sua capacidade de intervenção na vida do crente. Barros (2010) pontua que os espíritos são a causa e a resolução dos problemas na vida dos fiéis, sendo sempre derrotados pela Igreja Universal (GOMES, 2011).

Em relação à controvérsia envolvendo o livro *Orixás, caboclos e guias: deuses ou demônios?*, em 2005, o Ministério Público Federal da Bahia entrou com ação civil pública contra Macedo, a Editora Gráfica Universal Ltda. E a IURD, requisitando sua retirada imediata de circulação, por considerar seu teor discriminatório aos praticantes das religiões afro-brasileiras (SANTOS JÚNIOR; MONTEIRO, 2021). A IURD entrou com recurso diante da determinação do recolhimento dos livros em primeira instância, alegando que Macedo estaria exercendo seu direito à liberdade religiosa ao escrever sobre suas vivências no segmento afro, tendo a Bíblia como base para suas interpretações (SANTOS JÚNIOR; MONTEIRO, 2021, p. 2.530). Mesmo sem decisão judicial definitiva há 17 anos (FÓRUM, 2019), a igreja relançou 800 mil exemplares da obra em 2019 (UNIVERSAL, 2019a).

No ano de relançamento do livro, o site da IURD apresentou reportagem de divulgação contando casos de pessoas que faziam “diversos feitiços aos espíritos”, que se envolviam “com o que pensavam ser espíritos de luz”, e, por isso, estavam na miséria e doentes (UNIVERSAL, 2019a). As narrativas giravam em torno dos preconceitos em relação à instituição motivados pelas religiões afro. A reportagem é concluída com a defesa de que a obra não pretendia atacar os praticantes ou as demais religiões, mas que pretendia ensinar o leitor a compreender como os espíritos demoníacos fazem para enganar e como fazer para se livrar deles. O livro é apontado como *best-seller* e foi traduzido para o espanhol, o inglês, o russo, o alemão e o francês, tendo sido lançado em quase todos os países da América Latina e da África e alguns países europeus.

Esse tipo de leitura não é inaugurada pela IURD ou por Crivella, é fundada pelo olhar judaico-cristão, que estrutura a história do Ocidente. Essa igreja assume o discurso da demonização abertamente, atribuindo, por exemplo, a pobreza na África aos demônios propagados por “seitas e religiões” locais. Crivella não menciona a instituição como religião, mas como propagadora da palavra do “Deus vivo”. Ressalto que a IURD indica em seu estatuto que não é uma “religião”, porque religião induz à religiosidade e à idolatria (GOMES, 2011). Nesse aspecto há um processo de demonização do outro, característico desse campo religioso, para além da IURD, que apresenta características particulares (ORO, 1997), contudo tal processo é extensível a reflexões sobre homossexualidade e diversidade

sexual. Na Modernidade e em processo de desencantamento do mundo, o demônio ganhou visibilidade no pentecostalismo (RIVERA, 2007).

De acordo com a bibliografia sobre o tema, a figura do demônio é utilizada como ferramenta para explicar aquilo do que a lógica racional pautada na Bíblia não consegue mais dar conta. O neopentecostalismo inaugura a centralidade de “entidades” do panteão afro-brasileiro em seus ritos de libertação e descarrego. Recorrer a elas como representação do mal exerce dupla função: 1) a familiaridade com a representação do “demônio” na base cultural brasileira; e 2) recupera a função realizada pelo catolicismo, de atribuir a ele uma única personalidade (BARROS, 2010, p. 10).

A IURD, em particular, concebe o demônio de acordo com o contexto nacional no qual a instituição se insere (RIVERA, 2007; LEITE, 2016). Como categoria nativa, o demônio é criado, descrito e combatido de acordo com o contexto local, inclusive essa distinção já era prevista pelo seu projeto institucional. Nas narrativas construídas pela terceira onda pentecostal, os espíritos possuem agência, capacidade de intervenção no cotidiano das pessoas. Embora a centralidade em torno das práticas do exorcismo tenha sido alterada, isso não significou o seu desaparecimento da rotina da IURD (GOMES, 2011).

As ações judiciais movidas contra a igreja por acusação de intolerância religiosa se contrapõem a sua imagem de tolerante. De acordo a reportagem da *Revista Carta Capital*, os praticantes das religiões de matriz africana enfrentaram uma batalha judicial contra a IURD através de ação pública iniciada em 2004 (CARTA CAPITAL, 2019). A reportagem aponta que, depois de 15 anos da ação civil proposta pelo Ministério Público Federal, pelo Instituto Nacional de Tradição e Cultura Afro-Brasileira (Itcab) e pelo Centro de Estudo das Relações de Trabalho e da Desigualdade (Ceert), a TV Record e a Rede Mulher foram obrigadas a transmitir o direito de resposta às ofensas promovidas pela programação da IURD intitulada *Orixás, Caboclos e Guias: Deuses ou Demônios?*, mesmo título do livro de Edir Macedo mencionado anteriormente, em que ex-praticantes das religiões de matriz africana são chamadas de “ex-mães de encosto” e “ex-bruxas”. A matéria informa que foram exibidos quatro programas, entre os meses de julho e setembro de 2019, denominados *A Voz das Religiões Afro*, em que representantes das religiões de matriz africana se manifestaram sobre sua origem, tradição e ritual. O artigo informa que a decisão inicial determinou que a duração dos programas fosse de uma hora, mas a Rede Record recorreu sucessivamente, conseguindo acordar que os custos de produção e veiculação dos programas, bem como a indenização de

R\$ 600 mil reais, ficariam a cargo da Rede Record, mas o tempo de duração dos programas foi reduzido para 20 minutos, transmitidos às 2h30 da madrugada.

Figura 7 – Imagem de abertura do programa A Voz das Religiões Afro, exibido pela Record News (reprodução).



Fonte: Folha de S.Paulo (2019a).

Hélio Silva Júnior, advogado que representou o Ceert na ação, diz que acredita que a vitória só foi possível devido aos precedentes ligados ao tema – que foram votados próximos à sentença que determinou o direito de resposta –, relacionados às religiões afro-brasileiras, como o caso do sacrifício animal em rituais religiosos (ODEVEZA, 2019). De acordo com o artigo publicado na página da JusDH, Hélio Silva Junior e Mãe Nilce – Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde (Renafro) – destacam a necessidade de o Estado brasileiro obrigar as empresas responsáveis por essa gestão, enquanto concessionárias dos canais de televisão, a priorizarem conteúdos responsáveis pela diversidade do país, segundo determinação do artigo 221 da Constituição Federal (ODEVEZA, 2019). Sendo assim, o

Estado colabora com a manutenção da estrutura que mantém o racismo institucional, que, no caso em questão, está refletido na esfera religiosa.

Essa movimentação produz o debate público (MONTERO, 2012), com discursos contrastantes disputando consensos na esfera pública, demarcando os posicionamentos das instituições religiosas em relação às controvérsias (MACHADO, 2015). Nesse sentido, além do Poder Executivo, o Poder Judiciário também é convocado a garantir o direito constitucional de liberdade de crença. A intolerância religiosa torna-se um problema público, pautando reivindicações de políticas públicas no combate às recorrentes ações violentas contra as religiões afro-brasileiras. Nesse sentido, instituições religiosas minoritárias produzem discursos públicos engajados, para também mobilizarem outros segmentos da opinião pública que pressionam não só o Estado na sua função de mediador, como também requerem que ele interfira nas próprias ações de suas instituições, como a literatura sobre o tema vem mostrando.

As controvérsias presentes na exibição, na redução do tempo e no horário de veiculação dos programas televisivos atualizam a discussão sobre intolerância religiosa e as linhas de força constantes no embate. Vale trazer a memória das reações organizadas pelo grupo Tradição dos Orixás e seus integrantes, como é o caso das ações jurídicas realizadas contra a IURD, que levaram, por exemplo, à proibição da venda do livro *Orixás, caboclos e guias: deuses ou demônios?*. A ação foi realizada por Mãe Palmira de Oyá, que recebeu indenização após a sentença (GOMES; OLIVEIRA, 2021).

Quando os programas veiculados como direito de resposta foram transmitidos pela Rede Record, Crivella estava em seu terceiro ano de mandato como prefeito, protagonizando controvérsias com a cultura e a religiosidade afro-brasileiras. Exemplo disso ocorreu com a celebração do “barco de Iemanjá”,⁶¹ que, nos anos de 2017 e 2018, pela primeira vez na história da cidade, teve sua verba cortada pela Prefeitura. O Barco de Iemanjá custaria menos de 0,05% do que a Riotur investiria nos contratos previstos para o ano de 2017 (BARREIRA, 2017). Em 2016, o barco custou R\$ 30 mil; em 2017, a Prefeitura gastou R\$ 60 milhões em eventos. Houve redução de R\$ 7 milhões nos contratos do setor de turismo em relação a 2016. A justificativa do prefeito Crivella para cortar o financiamento ao Barco de Iemanjá é o mesmo para o carnaval – ausência de verba, por isso a prioridade são a saúde e a educação. Mesmo sem contar com o apoio da Prefeitura, a procissão e o barco, nos dois anos, contaram

⁶¹ O evento, que é organizado pela Congregação Espírita Umbandista do Brasil (CEUB), ocorre todo ano em Copacabana, através de procissão em homenagem ao orixá no dia 29 de dezembro. É Patrimônio Cultural da cidade e está inserido no calendário oficial de datas comemorativas da cidade pela Lei 5.146, de 7 de janeiro de 2010 (BORGES, 2017).

com mobilização coletiva através da vaquinha virtual promovida pela Congregação Espírita Umbandista do Brasil (GÓIS, 2018).

As controvérsias não param por aí, não somente direcionadas às religiões afro-brasileiras diretamente. A imprensa noticiou o corte de verbas da Casa do Jongo da Serrinha. O repasse de verba foi interrompido pela Secretaria Municipal de Cultura em outubro de 2017, após 17 anos (REIS, 2017). A diretora da ONG, Dyonne Boy, responsável pela administração do espaço na época, alegou que tentou agendar reuniões com a secretária Nilcemar Nogueira, mas não foi recebida por ela.

De acordo a reportagem do jornal *O Globo*, nos anos 2000, a Associação Grupo Cultural Jongo da Serrinha se consolidou como ONG e estabeleceu diferentes vínculos com a Prefeitura. Em 2005, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) tombou a casa como Patrimônio Imaterial da Região Sudeste. Em 2013, segundo a reportagem já mencionada, o prefeito Eduardo Paes cedeu o imóvel para abrigar o Jongo da Serrinha, no Morro da Serrinha, por 12 anos. Paes reformou e abriu a casa, que foi inaugurada em 2015. No ano seguinte, a casa funcionou com verbas obtidas junto à Prefeitura, ao Governo do Estado e à Petrobras. O espaço trabalha em parceria com escolas públicas e oferece atividades de geração de renda e lazer gratuito no projeto de economia solidária, arte e educação (NIKLAS, 2018).

Em relação ao corte de verba, a Secretaria Municipal de Cultura alegou que não suspendeu qualquer financiamento à Casa do Jongo, pois os repasses sempre foram feitos via edital de fomento ou Lei do ISS. A reportagem alegou também que o Decreto Municipal nº 42.737, de 1º de janeiro de 2017, exclui a possibilidade de a casa receber recursos da referida secretaria porque tem projeto aprovado pela Lei do ISS. A Petrobras declarou que as ações de Patrimônio Imaterial deixaram de fazer parte de suas prioridades em 2017, medida que devia se manter em 2018.

Figura 8 – Ato contra o corte que fechou a Casa de Jongo da Serrinha na entrada da Câmara de Vereadores.



Fonte: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,ativistas-protestam-contracorte-que-ameaca-jongo-da-serrinha,70002144849>. Acesso em: 06 nov. 2021. Página retirada do ar posteriormente.

Instituições e projetos com visibilidade e maior facilidade para receber verbas do mercado, como o Museu do Amanhã, receberam investimento da Prefeitura, enquanto trabalhos em áreas de vulnerabilidade social foram os mais afetados pelos cortes na área de cultura. É importante destacar que, na sua segunda gestão, Eduardo Paes não repassou R\$ 25 milhões para mais de 200 projetos aprovados pelos editais de cultura, em dezembro de 2016 (REDE INTERNACIONAL, 2018). As acusações da militância, porém, em relação ao não pagamento dos projetos culturais são diferentes: enquanto Eduardo Paes é acusado de desmontar a cultura no geral, Crivella é acusado de intolerante e de estar perseguindo a cultura e as religiões de matriz afro-brasileira.

Além das controvérsias ligadas à intolerância religiosa, Crivella também foi acusado de aparelhar a Prefeitura com ações promovidas por igrejas evangélicas. A reportagem da revista *Veja* denuncia que grupos ligados à IURD ofereceram assistência médica e jurídica, distribuição de cestas básicas e quentinhas, além de palestras, para mães solteiras e mulheres que sofreram agressões domésticas em duas escolas municipais (VEJA RIO, 2017). Segundo a Secretaria Municipal de Educação, a Prefeitura publicou no dia 24 de outubro de 2017 resolução em que, mediante solicitação prévia, instituições religiosas ou não podem usar

escolas públicas, desde que a atividade seja gratuita e que seja em horários sem atividades escolares. A declaração do órgão publicada na revista informa que as igrejas Metodista Ortodoxa, de Madureira, e a Primeira Igreja Batista de Jardim Novo Realengo foram algumas das denominações que se valeram do direito à época. Durante a ação promovida por pastores da IURD, foram colocados *banners* e usados uniformes com o logotipo da igreja, com distribuição de panfletos nas escolas (ABUD, 2018). O Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) moveu ação civil pública contra Crivella por improbidade administrativa, por afronta à laicidade do Estado e à liberdade religiosa, na medida em que favorece a sua crença religiosa, em detrimento de outras religiões e culturas.

Figura 9 – Igreja Universal realiza ações sociais em escolas do Rio e se torna alvo de críticas da Globo.



Fonte: Chagas (2017).

A Prefeitura do Rio também foi acusada de promover “censo religioso” na Guarda Municipal, no qual se pedia para que se informasse a religião do efetivo – e dentre as opções de resposta estavam católico, evangélico, espírita ou outra – e também se era praticante ou não da religião (G1, 2017). A controvérsia veio a público a partir da denúncia da obrigatoriedade do preenchimento do formulário, feita por alguns servidores. A Comissão de Combate à Intolerância Religiosa do Rio criticou o censo proposto pela Guarda Municipal, por limitar e constranger os profissionais, além de não incluir outras religiões como a umbanda e o candomblé, ambas consideradas Patrimônio Imaterial da cidade do Rio. De

acordo com a direção da instituição, o preenchimento do questionário não era obrigatório, e o censo foi realizado como parte do novo Projeto de Capelania, que tem a proposta de ser ecumênico, para prestar assistência religiosa, espiritual e social aos servidores.

Na época, o deputado estadual Átila Nunes (PMDB) entrou com duas ações populares no Ministério Público Estadual. A primeira pedia o afastamento da diretora da Guarda Municipal, Tatiana Mendes, por proselitismo religioso e a segunda pedia a suspensão de perguntas sobre religião em questionários da Prefeitura. Marcelo Crivella se defendeu da controvérsia, alegando que a formulação do questionário foi uma decisão da Guarda Municipal e que ele não foi consultado previamente.

As controvérsias envolvendo o uso de escolas públicas para prestação de serviços de assistência social por igrejas evangélicas e o censo religioso demonstram que o conceito de religião pública se adequa à compreensão da capilaridade evangélica, sempre ampliando as perspectivas de alcance dos conceitos em relação às particularidades de cada campo ao qual estão sendo aplicados (MONTERO, 2018). Além disso, nos remetem ao debate sobre a conformação da “cultura pública” brasileira e as adequações necessárias à legitimação dos evangélicos nesse âmbito. Casanova (1994) é a referência de Dullo (2012) e Montero (2018) para debater os conceitos de religião cívica, religião civil e religião pública, uma vez que consideram que as igrejas não são os únicos espaços do fazer religioso.

A trajetória de Marcelo Crivella está inscrita nesse processo, no qual a presença de representantes da igreja nas esferas governamentais, no Legislativo e no Executivo, é questionada pelos defensores da laicidade do Estado, por considerarem que o objetivo desses atores é colocar em prática seu projeto de poder. Como resposta, a IURD aciona em sua retórica as categorias intolerância e perseguição para classificar ações contra ela, como ocorreu quando Crivella tentou capturar a Caminhada em Defesa da Liberdade Religiosa, mencionada anteriormente (FOLHA DE S.PAULO, 2008b). O investimento em candidaturas próprias pode ser analisado também como resposta às perseguições, devido à alegação de que a eleição de seus integrantes se configura como importante estratégia para defender seus direitos (GOMES, 2011).

**5 DIVERSIDADES DEMONIZADAS E SOB CENSURA (PARTE 2):
“HETEROSSEXUALIDADE COMPULSÓRIA” E AS POLÍTICAS DO MANDATO
DE CRIVELLA**

O tema da diversidade sexual (sexualidade e gênero) constitui o outro bloco de controvérsias protagonizadas por Marcelo Crivella em seu mandato. De maneira geral, está inscrito na noção cristã de família, necessariamente monogâmica e heterossexual. Assim, LGBTQIA+ são considerados pecadores, e a diversidade sexual constitui ameaça à sociedade heteronormativa cristã, binária. A “identidade feminina” se baseia na ideia de “dependência” e “emoção”, enquanto a “identidade masculina” tem como principais características a “liderança” e a “razão” (BRONSZTEIN; RODRIGUES; FALCÃO, 2015, p. 230). Novamente, é necessário abordar essas questões a partir da perspectiva da Igreja Universal, já que a trajetória de Crivella é indissociável de sua filiação religiosa.

Conforme analisado por Teixeira (2016), a IURD possui projetos específicos para a formação de homens e mulheres com tarefas semanais, em diversas esferas do cotidiano, com ensinamentos voltados para a melhoria na vida econômica, na vida espiritual, no relacionamento, na saúde. A autora destaca que se trata de um investimento pedagógico no aprendizado de si, um governo dos corpos feminino e masculino, com vistas à prosperidade a ser conquistada pelo casal cristão. O planejamento familiar se estrutura na disciplina, na qual cada um desempenha papéis de gênero predeterminados pela concepção adotada pela instituição.

A partir dessa estrutura de pensamento institucional, que repercute nas ações políticas de Crivella, e com o intuito de problematizar esses entrecruzamentos entre religião e diversidade sexual em seu mandato, foram selecionados dois casos de censura para compor a análise: censuras à peça *O Evangelho segundo Jesus, rainha do Céu* e ao gibi *Vingadores*. A censura ao gibi foi uma tentativa de sinalização de Crivella aos cristãos conservadores, na véspera do ano em que tentaria sua reeleição, com vistas a emplacar o modelo político-religioso que consagrou a eleição de Bolsonaro.

5.1 Diversidade sexual: pânico moral e censura aos LGBTQIA+

O cristianismo, em geral, construiu narrativas e ações em relação à homossexualidade, entendida como pecado e perigo. Como recorte, trata-se aqui de apresentar a questão assim como emerge no campo evangélico, marcadamente a perspectiva adotada pela IURD, que se assemelha ao segmento mais amplo. Segundo autores como Natividade e Oliveira (2009, p. 145), há o estabelecimento de um “pânico moral” direcionado à população LGBTQIA+. Os autores contextualizam que as reivindicações por direitos e o avanço dos direitos civis são compreendidos como ameaça à heteronormatividade cristã pelos segmentos conservadores.⁶²

Os direitos sexuais devem ser analisados considerando-se as linhas de força, os contextos, os posicionamentos e os alinhamentos de visões sobre religião, Estado e política. Em termos discursivos, os LGBTQIA+ são acolhidos nas igrejas evangélicas, e o mesmo pode ser dito sobre o contexto católico, desde que se “libertem” da homossexualidade através de exorcismo, cura ou terapias:

Livrar o mundo do “avanço” do pecado é a motivação para a criação de missões, ministérios, grupos de ajuda, terapias e aconselhamentos voltados às pessoas homossexuais. Povoam o imaginário desses grupos demônios e entidades do mal, a arrastar pessoas ao “pecado do homossexualismo”, indicando uma certa demonização da diversidade sexual (NATIVIDADE; OLIVEIRA, 2013, p. 155).

Segundo Natividade e Oliveira (2013), o discurso conservador cristão não vê a homossexualidade como identidade, mas sim como pecado, como traumas pessoais ocasionados por vivências familiares fora do conceito cristão de família. Os autores pontuam que o “gay” se configura como identidade contrastiva do heterossexual que tem que ser expurgada, curada, não sendo entendida como detentora de direitos, por não ter moral e ser “nociva” à manutenção do modelo de comportamento padrão.

No caso específico da IURD, a identidade masculina se constrói discursivamente por meio da narrativa de que o homem foi “criado” para ser o caçador, enquanto a mulher, para ser a “auxiliadora”, com base em noções presentes nos textos bíblicos. A “identidade feminina” se baseia na ideia de “dependência” e “emoção”, enquanto a “identidade masculina” tem como principais características a “liderança”, a “razão” (BRONSZTEIN; RODRIGUES; FALCÃO, 2015, p. 350).

⁶² Os direitos civis concernentes à população LGBTQIA+ estão assentados em quatro pressupostos sociais: sexo biológico, papel de gênero, comportamento sexual e orientação sexual (MACHADO, 1998).

Durante seu mandato, Crivella se envolveu em controvérsias relacionadas à pauta LGBTQIA+, tomando decisões contrárias à diversidade de gênero para proteger a família heterossexual e monogâmica, que estariam em risco pela chamada “ideologia de gênero”. Compreender o conceito de família pregado pela instituição é importante para entender onde Crivella se localiza nos debates sobre gênero e sexualidade. Os posicionamentos institucionais da IURD divergem daqueles geralmente atribuídos às igrejas evangélicas, em especial no que se refere à sua defesa do planejamento familiar e da descriminalização do aborto (GOMES, 2009^a, 2009b). A família como valor se refere exclusivamente ao casal heterossexual.

Teixeira (2016) observa que a escolha de uma “mulher sábia” por parte do homem é fundamental para uma família próspera. A autora sinaliza que a formação da mulher na IURD é voltada para o casamento, mas o diferencial está na não obrigatoriedade da maternidade, indo em caminho oposto ao senso comum propagado na sociedade mais ampla. O mesmo não pode ser dito em relação à criminalização da homofobia, já que a instituição adere aos valores morais defendidos pelas demais, que classificam a homossexualidade como pecado, perigo.

Autoras como Machado (1995) e Teixeira (2016) abordam o lugar da mulher na composição da família cristã nos moldes formulados pela IURD. De maneira geral, as autoras identificam que o principal aspecto do papel a ser desempenhado pela mulher da Igreja Universal é o “conservadorismo ativo”, com a fiel sempre buscando a prosperidade, sem cair na acomodação, além de trazer para a igreja outras mulheres que vivam uma vida mundana. Nesse sentido, mulheres bem-sucedidas da alta cúpula da instituição têm a função de transmitir pedagogicamente para as outras mulheres a certeza do sucesso em seus núcleos familiares, mesmo que nem todas alcancem a resignação necessária para se adequar ao papel de esposas de bispos e pastores. Desconstroem a visão de que a relação sexual entre os casais da instituição é voltada apenas para a reprodução, indicando que a busca pelo prazer sexual no casamento deve ser alcançado, com a mulher e o homem cuidando de seus corpos para a satisfação mútua.

A prática sexual entre o casal foi estabelecida por Edir Macedo no livro *O perfil da mulher de Deus*, em que o sexo anal é visto como sodomia, “contrário à natureza” feminina, prática destinada apenas aos homossexuais (MACHADO, 1998). Tal percepção remete à fundamentação bíblica utilizada pelas igrejas cristãs para reprimir a homossexualidade.

O Godllywood é um dos projetos da IURD direcionados ao público feminino. O objetivo é tornar as mulheres referências de mãe, filha, esposa, amiga e profissional, desenvolvendo por meio de formação específica valores que o mundo deteriorou

(UNIVERSAL, s. d.). Segundo Teixeira (2015, 2016), sua origem ocorreu através de uma “revolta” motivada por valores concebidos como promíscuos, trazidos pela influência de Hollywood. A autora informa que as tarefas realizadas pelas participantes são diárias, a cada semana é trabalhado um tema diferente, e as participantes devem narrar suas experiências nas redes sociais. Essa estratégia divulga publicamente o projeto institucional para setores da sociedade que ainda vivem em desconformidade com as orientações divinas e coloca o sacrifício realizado como comprovação racional da IURD, no papel de mediadora para alcançar as bênçãos prometidas por Deus.

Teixeira (2014, 2015, 2016) e Leite (2016) trazem maiores detalhes em relação aos projetos Godllywood Autoajuda e Godllywood Girls. Em 2016 começou o projeto Godllywood Autoajuda, voltado para todas as mulheres, independentemente de religião ou idade. As reuniões são mensais, abertas, e as tarefas podem ser acessadas todo mês. Já outra vertente, o Godllywood Girls, possui seleção similar ao Godllywood, com tarefas específicas para cada grupo. É voltado para as meninas de 6 a 14 anos e seu intuito é prepará-las para a idade adulta dentro dos parâmetros da mulher estabelecidos pela IURD. Os desafios do Godllywood variam de acordo com a faixa etária das participantes e se enquadram na proposta da instituição de regular os corpos.

Segundo Teixeira (2014, 2015 e 2016), as práticas pedagógicas da instituição voltadas para o público feminino oferecem respostas racionais e imediatas em meio às “ameaças” de uma sociedade dinâmica e inconstante. A autora destaca que o desafio e o sacrifício conformam a rotina de tarefas, que serão naturalizadas com o decorrer de suas práticas – indicando uma vigilância constante contra a ação do demônio –, até serem interiorizadas, desdobrando-se para a vida privada. O valor do sacrifício está na entrega do corpo e da crença daquele que doa. Ela analisa que a diferenciação entre os sexos pauta as atribuições desenvolvidas por homens e mulheres, através de ações pedagógicas específicas para cada gênero.

Existe uma pedagogia seguida por esse segmento religioso na qual o homem é instruído a ser corajoso e racional e, justamente por sua posição nas relações de gênero, estaria mais apto para a atuação na esfera pública (TEIXEIRA, 2014, 2015). A principal porta de entrada de homens na instituição, o desenvolvimento de suas relações familiares e o que fazer com seus corpos, depende fundamentalmente das decisões da mulher. Lembrando que a doutrinação dos corpos estabelecida pela IURD varia de acordo com o contexto político e

cultural dos países nos quais está presente, tendo sempre como proposta central o conservadorismo e a disciplina para a resolução dos problemas (TEIXEIRA, 2015, p. 220).

O lugar social e religioso da mulher, nos termos da IURD, é permeado pela tensão entre autonomia e tradição, ressignificados pela igreja, principalmente por meio da adoção da Teologia da Prosperidade, da conquista e da superação. Nesse sentido, Marchesi, Rosa e Resende (2021) discutem a influência do neoliberalismo na lógica familiar, colocando a mulher no papel central de preservação da família, fundamental para alcançar a estabilidade financeira e, conseqüentemente, a prosperidade. Os autores analisam o apoio que as mulheres devem oferecer ao marido para que ele exerça seu papel de líder econômico. Nessa lógica, a mulher é gestora do “empreendimento familiar”, o que abre uma brecha em meio à estrutura patriarcal para que ela participe ativamente da construção da prosperidade. Quando pensamos nos trânsitos e articulações no âmbito das relações que essa mulher pode desenvolver na sua esfera de trabalho, por exemplo, não podemos excluir a possibilidade de novos arranjos em torno do papel atribuído pela IURD para a mulher no casamento, a ponto de ameaçar o papel do homem na constituição da família.

A vida próspera só é possível através da fé racional (GOMES, 2011), fruto da disciplina e do sacrifício, estruturada no planejamento familiar e no trabalho. Embora a mulher esteja no mercado de trabalho, esse ambiente ainda é considerado como lugar masculino por excelência, o lugar social (ALMEIDA, 1996) e hierárquico que legitima sua condição de gênero: habilidoso e racional. A igreja estabelece os lugares de atuação das mulheres dentro de sua hierarquia e fora dela, na posição de submissão ao homem, estabelecendo uma relação ambígua entre a Modernidade e conservadorismo. Nesse sentido, a IURD reflete e mantém a estrutura patriarcal que estabelece os papéis de gênero para além de seus muros. Devido à visão recorrente de que a mulher é a parte emocional do casamento e a principal condutora dos homens para o seio da igreja, é preciso que ela redobre os cuidados para não permitir a atuação do demônio (MACHADO, 2005).

Em 2019, Macedo postou vídeo em suas redes sociais, o que gerou controvérsia, por afirmar não ter deixado suas filhas fazerem faculdade para que elas não se tornassem “o cabeça” do casamento:

Você vai fazer até o Ensino Médio. Depois, pode fazer faculdade. Mas, até o seu casamento, você vai ser apenas uma pessoa de Ensino Médio. Se a Cristiane fosse doutora e tivesse um grau de conhecimento elevado e encontrasse um rapaz que tivesse um grau de conhecimento baixo, ele não seria o cabeça. Ela seria a cabeça.

Ele justifica seu posicionamento, dizendo que não existe felicidade para a mulher líder da família, porque não há submissão. A responsabilidade em edificar a casa é da esposa. Na lógica da IURD, para que a estrutura familiar ocorra, os homens devem ter racionalidade nas formas de gerir essa família, sobretudo planejando suas vias econômicas; a personalidade construída através da força e da sedução não é considerada adequada pela igreja. O projeto da instituição voltado para os homens é denominado IntelliMen – cuja grafia é formada pelas palavras em inglês “intelligent” (inteligentes) e “men” (homens) – e, como o próprio nome já diz, tem por objetivo formar homens inteligentes e melhores em tudo. A formação desses homens se dá por meio de tarefas semanais, em diversas esferas do cotidiano, com ensinamentos voltados para melhorias na vida econômica, na vida espiritual, no relacionamento, na saúde, semelhante ao processo de formação do Godllywood, conforme as diretrizes disponibilizadas no manifesto que se encontra na página do projeto⁶³ (TEIXEIRA, 2016; BRONSZTEIN; RODRIGUES; FALCÃO, 2015).

São temas debatidos o segredo de sucesso de homens bilionários, como acabar com ciúmes etc. A opinião de psicólogos sobre os temas familiares e amorosos são utilizados para amenizar o tom religioso sobre as temáticas debatidas. Para atingir o propósito de ser um “homem de excelência”, é necessário estar decidido, em primeiro lugar, para que a mente seja trabalhada para produzir pensamentos de autoconfiança, fé e superação.

O que notamos aqui é o entrelaçamento de percepções sobre gênero e papéis sociais, na medida em que tais distinções são construídas a partir dos padrões históricos e culturais. Segundo Bourdieu (2002), o modelo de masculinidade determinante na sociedade coloca em posição de subalternidade – da qual as mulheres já fazem parte – homens que não seguem esse padrão. Além disso, a manutenção da masculinidade heteronormativa depende da submissão das demais identidades, consideradas ameaçadoras ao modelo estabelecido.

O conservadorismo da IURD é maquiado pela manutenção de posicionamentos considerados iguais, *a priori*, para ambos os gêneros, como no caso da inserção da mulher no mercado de trabalho e a obrigatoriedade de fidelidade no casamento para homens e mulheres, enquanto reflexo das mudanças ocorridas na sociedade contemporânea (MACHADO, 2015). As mudanças da hierarquia masculina da IURD em relação ao público feminino podem ser estratégicas, pois visam a sua tentativa de permanência no futuro. A dualidade de gênero se apresenta de forma complexa e em dimensões variadas, influenciando e sendo influenciada

⁶³ A proposta é formar homens inteligentes e qualificados por meio de desafios. O projeto, iniciado em 2013, considera fundamental, para um homem ser bem-sucedido, o desenvolvimento do caráter, da inteligência e da fé (PROJETO INTELLIMEN, s. d.).

por fatores sociais, culturais e históricos (PEREIRA, 2010; BRONSZTEIN; RODRIGUES; FALCÃO, 2015; TEIXEIRA, 2016).

Nesse sentido, Pereira (2010) recorre a Amâncio (1993, 1994) para explicar que a estrutura de manutenção da heteronormatividade na igreja não foi modificada, mas novas categorias foram criadas, passando a impressão de avanço em relação à atuação das mulheres na sociedade. O projeto de assistência social voltado para os homens criado pela IURD, portanto, visa transmitir valores religiosos com o propósito de formar líderes com capacidade de atuar na esfera pública de forma racional, com o corpo livre de vícios e disciplinado. Já a mulher deve ser feminina, empreendedora, formada para se tornar racional. O homem e a mulher solteiros são formados para o destino inevitável do casamento, constituindo a base da igreja, responsável pela memória e transmissão dos seus valores na sociedade (MARCHESI; ROSA; RESENDE, 2021, p. 102-103). Nessa lógica de casamento racional, o homem deve prover a casa e a mulher deve fazer o planejamento financeiro da família. A gestão financeira da família é estimulada, pois o casamento é tratado como investimento que conduz à prosperidade.

Os modelos de sucesso familiar divulgados pelas mídias seculares apontam para o reforço do modelo branco, patriarcal e heteronormativo na sociedade. A Igreja Universal está inserida no campo macrorreligioso denominado evangélico, cujos fiéis são trabalhadores precarizados; que disputa fiéis e protagonismo interno ao seu campo; além de ser uma instituição que tem projetos sociais, permitindo o acesso aos segmentos mais pobres. É fundamental analisar esse campo a partir das brechas apresentadas pelas trajetórias de pobres, pretos e mulheres, para compreender suas lógicas, atravessamentos e possibilidades de ruptura. Embora a igreja estructure suas ações na estrutura patriarcal, ela defende o aborto com justificativa que também abarca a questão social.

5.2 A ascensão conservadora e as políticas igualitárias de gênero e sexuais no Congresso Nacional

Quando políticas públicas visando à proteção das minorias sexuais são propostas, as lideranças cristãs acionam o pânico moral, mobilizando o senso comum de que a suposta “minoría” heteronormativa precisa se manifestar na esfera pública, para evitar a corrosão moral. O pânico moral funciona como uma tentativa de calar os segmentos sociais que

defendem a diversidade sexual. Nesse processo ocorrem reações contundentes que se fundamentam no conservadorismo, religioso e/ou laico.

O projeto de Lei da Câmara nº 122/2006,⁶⁴ apelidado de “Lei da Homofobia” por lideranças religiosas cristãs que viam na sua aprovação o cerceamento e o combate à liberdade doutrinária em defender que o “homossexualismo” é pecado, exemplifica as reações religiosas conservadoras à regulamentação de direitos, como parceria civil e criminalização da homofobia. A retórica elaborada nas respostas religiosas está fundamentada na noção de que a Bíblia orienta que Deus criou homem e mulher (NATIVIDADE; LOPES, 2018, p. 72-73) e a prática do “homossexualismo” é pecado e antinatural.

Complexificando a questão, Machado (2017) informa que os religiosos conservadores adotaram a estratégia de incluir os “ex-gays”⁶⁵ na categoria de minorias, assim como disputaram as narrativas em torno da liberdade de expressão e de crença, valores modernos ligados aos Direitos Humanos. Nota-se que o projeto provocou embates entre os movimentos LGBTQIA+ e lideranças evangélicas, que alegaram que poderiam ser punidos por suas crenças e práticas, acionando os pilares da democracia para combater a ampliação de direitos (NATIVIDADE; OLIVEIRA, 2013; NATIVIDADE, 2016; MACHADO, 2017; CUNHA; LOPES; LUI, 2017; NATIVIDADE; OLIVEIRA, 2013).

À época da efervescência desse debate, Marcelo Crivella era senador e sua posição era clara, ele temia a proibição das declarações contrárias à homossexualidade, presentes na doutrina e no cotidiano cristão, bem como a liberalização da demonstração de afeto promovida pelo “homossexualismo” em lugares públicos. Outra preocupação demonstrada por esse segmento sobre a aprovação do projeto era a suposta judicialização contra os pastores que se negassem a realizar casamentos de pessoas do mesmo sexo na igreja. Imaginando que a nova legislação os obrigaria a realizar os casamentos, acionaram o pânico moral, em conjunção com a retórica da perda de liberdade de expressão e de culto. O projeto de lei foi aprovado na Câmara e arquivado no Senado.

As controvérsias não cessaram, foram alimentadas pelo lançamento do III Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), em 2009. Católicos carismáticos e conservadores,⁶⁶

⁶⁴ A lei propunha a criminalização dos preconceitos motivados pela orientação sexual e pela identidade de gênero, equiparando-os aos demais preconceitos que já são objetos da Lei nº 7.716/1989 (criminalização do racismo).

⁶⁵ Pessoas que passaram por terapias e/ou rituais de cura do “homossexualismo” em instituições religiosas, sendo identificadas como “ex-gays”.

⁶⁶ Machado (2015) recorre a Silva (2008) para descrever que os carismáticos encaram sua atuação na política como uma missão santa, em que a política e a moral religiosa caminham juntas. A política é vista como mais uma possibilidade de evangelização. Os leigos são os escolhidos e recebem formação para atuarem na política.

junto com evangélicos pentecostais,⁶⁷ se uniram⁶⁸ de forma mais coordenada no Congresso Nacional em torno da “defesa da família”, diante das temáticas abordadas pelo documento: descriminalização do aborto e reconhecimento dos direitos da população LGBTQIA+ (GOMES; NATIVIDADE; MENEZES, 2009; MACHADO, 2015; MARIANO, 2011).⁶⁹

Os argumentos e as reações conservadoras tiveram continuidade em embates e estratégias que inviabilizam o andamento das tramitações de projetos e proposições nas casas legislativas (DUARTE *et al.*, 2009). Para a presente discussão, considerando a complexidade de ações e reações empreendidas pelos campos em oposição, cabe destacar o debate em torno do Estatuto da Família, Projeto de Lei nº 6.583/2013, acirrado em 2015. A contextualização desses debates foi dada por Machado (2017, p. 33), em ano marcado pela forte correlação de forças estabelecida entre cristãos conservadores, agronegócio, e a chamada bancada da bala na Câmara Federal. A eleição de Eduardo Cunha, identificado como evangélico, para a presidência da casa agitou o cenário, devido ao desarquivamento de projetos de lei contrários às demandas feministas e LGBTQIA+, e a criação de comissões especiais para discutir, dentre outras coisas, o Estatuto da Família, através do Projeto de Lei nº 6.583/2013.

Compreender a relevância do que estava proposto no Estatuto da Família é importante para contextualizar os acontecimentos que envolveram Crivella tempos depois, em seu mandato. O cerne do estatuto é a defesa do conceito de família heterossexual, com objetivo de reprodução: pai, mãe e seus descendentes. Como estratégia política de implementação e manutenção desse modelo único de família, estabelecia a disciplina “Educação para Família” como obrigatória no Ensino Fundamental e instituía o Dia Nacional de Valorização da Família nas Escolas. Outra proposta era a formação do Conselho de Família, para garantir as políticas públicas específicas. O Estatuto da Família teve o relatório elaborado pelo católico carismático José Bonifácio (PSDB-MG), aprovado na Comissão Especial, mas sua tramitação foi suspensa por dois recursos de autoria dos deputados Erika Kokay (PT-DF) e Jean Wyllys (naquela altura, PSOL-RJ).

⁶⁷ A política é vista como um dos espaços prioritários para ampliar a participação na sociedade, na condição de minoria, em comparação com os católicos. Os candidatos são lideranças políticas que nem sempre se afastam de seus cargos religiosos.

⁶⁸ Segundo Evangelista (*apud* SANTOS, 2020), a articulação entre parlamentares carismáticos e pentecostais resultou na criação de redes interdenominacionais (fora do Parlamento), cujos encontros foram apoiados pela CNBB e pela Renovação Carismática, e na Frente Parlamentar Evangélica e na Frente Parlamentar em Defesa da Vida (dentro do Parlamento).

⁶⁹ Vale dizer que, nessa época, Damares Alves era assessora legislativa e uma das principais articuladoras da Frente Parlamentar Evangélica (FPE). O então deputado Jair Bolsonaro teve apoio dos católicos para ser o parlamentar representante da FPE, na missão de se contrapor ao III Plano Nacional nas audiências públicas (MACHADO, 2017; SANTOS, 2020).

A literatura qualificada sobre o tema (MACHADO, 2015; MACHADO; BURITY, 2014) aponta questões importantes que fazem uma ponte com os casos aqui trabalhados: a articulação dos segmentos evangélicos (em especial, os pentecostais) e católicos conservadores (em particular, os carismáticos) para intervir nas demandas LGBTQIA+ e nos demais temas morais; e a ocupação de lugares estratégicos nas casa legislativas, como a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, com o intuito de barrar mudanças e formatar os resultados conforme seus códigos morais e discursivos.

Nas eleições de 2016, 2018 e 2020, a defesa em torno da família heteronormativa ganhou terreno na política, através da pauta contrária à pluralidade de gênero e sexualidade (REIS; CUNHA; ABREU, 2020), e não foi diferente na campanha e no mandato de Crivella na prefeitura do Rio de Janeiro. O bispo-prefeito alimentou controvérsias em relação às pautas de gênero e sexualidade, quando cortou a verba das Paradas LGBTQIA+ de Copacabana e Madureira, evento tradicional na cidade que contou com financiamento de empresas privadas e *sites* de financiamento coletivo para a sua realização. Em 2018, a Prefeitura, pela primeira vez, não deu verba para a Parada LGBTQIA+, que faz parte do calendário oficial de eventos da cidade.

Em outra ocasião, em junho de 2018, a peça intitulada *O Evangelho segundo Jesus, rainha do Céu* foi cancelada por ação de Marcelo Crivella, estando a quatro dias de sua estreia, após negociações com a Secretaria Municipal de Cultura, iniciadas no final de 2017. Em reportagem publicada (FARNEZI, 2018) no jornal *O Globo*, Crivella afirmou que não permitiria ações culturais “que ofendam a religião das pessoas” em espaços administrados pela Prefeitura:

Se você considera censura, eu vou dizer a você que é. É uma censura que garante os direitos de liberdade religiosa e das pessoas não serem ofendidas na sua liberdade religiosa. Não chamo isso de censura. Enquanto eu for prefeito, nos espaços públicos administrados pela prefeitura, nós não permitiremos qualquer manifestação que ofenda a religião das pessoas.

A peça foi cesurada porque o papel de Jesus Cristo era interpretado por uma travesti. A Secretaria Municipal de Cultura declarou na época que a programação do Parque Madureira incluía a peça. Inclusive, o gestor do espaço fechou a apresentação com os seus organizadores. De acordo com a pasta, a proibição foi motivada por ordem judicial anterior ao posicionamento do prefeito. A motivação não se referia à peça especificamente, mas ao espaço, que estava proibido de realizar qualquer tipo de atividade, devido à disputa na justiça provocada por uma licitação.

Figura 10 – Renata Carvalho – atriz que interpreta Jesus Cristo na peça.



Fonte: G1 (2018b).

A produção da peça divulgou no dia 5 de junho de 2018 uma nota de repúdio e convocatória de apoio que qualificou como censura a interferência do prefeito na organização de eventos públicos, tendo em vista a questão da laicidade do Estado, denunciando a ação como incomum e inaceitável:

A produção da *Corpos Visíveis* afirma que após negociações com a Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, desde o fim do ano passado, ontem (04) – 4 dias antes do início do evento que ocorrerá entre os dias 8, 9 e 10 de junho no Parque Madureira – sabemos que o prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, veio a público para deslegitimar o evento afirmando que a peça “O Evangelho segundo Jesus, rainha do Céu” não seria realizada. Hoje, em reunião com a subsecretária de Cultura, Rachel Valença, tivemos a confirmação de que tanto a peça quanto toda a programação que aconteceria na Arena supracitada estaria cancelada. Destacamos que esta intervenção direta do Prefeito não é uma prática comum ou mesmo aceitável, visto que se trata de um estado laico, na organização de eventos em aparelhos públicos como Arenas e Lons culturais no município do Rio de Janeiro. Trata-se nitidamente de censura à visibilização e livre expressão artística dos corpos LGBTQI+, femininos, negros e periféricos. A peça já sofreu tentativas de censura em outros estados e aqui mesmo no município com perseguições sofridas por trazer uma atriz travesti no papel de Jesus e um roteiro que questiona “E se Jesus vivesse nos tempos de hoje e fosse travesti?”. A produção da *Corpos Visíveis* garante que a peça não busca ofender cristãos, mas cria um questionamento sobre a falta de tolerância e respeito nos tempos atuais pregando o respeito e o amor incondicional. A *Corpos Visíveis* acontece no mês da visibilidade LGBTQI+ justamente para discutir e viabilizar por meio da arte questões como *LGBTfobia* e machismo, temas fundamentais em qualquer democracia, especialmente no país que mais mata *LGBTs* no mundo. Convocamos toda a classe artística, LGBTQI+,

negros, periféricos, mulheres e demais pessoas interessadas na liberdade de expressão e igualdade de direitos a estarem conosco para manifestação na Praça do Leão Etíope do Méier, a partir das 13h, deste dia (05/06), terça-feira.

Outros estados também teriam tentado censurar a peça, no entanto, no município do Rio de Janeiro, a produção alega que a peça sofreu perseguição por colocar uma travesti no papel de Jesus. A produtora destaca que o intuito da obra não era ofender os cristãos, mas sim discutir a questão da LGBTfobia e o machismo “no país que mais mata essa população”, no mês dedicado à visibilidade LGBTQIA+.

É importante observar como Crivella se apropria dos conceitos de liberdade religiosa, laicidade e religião, assim como passou a ser corrente na retórica conservadora. De acordo com Magali Cunha (2020a), “esta estratégia discursiva visa à ampliação das forças fundamentalistas antidireitos de minorias sociais, em nome da ‘liberdade’. No entanto, neste caso a liberdade se daria para uma fatia social apenas e imposição de restrições para as demais”. Da mesma forma, a autora observa que, para além do que está definido na teoria, é importante considerar o que é acionado quando se trata de religião e política e quais são os interesses contidos nos discursos dos grupos que disputam as narrativas em torno dessas definições.

Pode-se dizer que Crivella aciona a defesa da liberdade religiosa se valendo da argumentação comum acionada pelas minorias religiosas, colocando os evangélicos no papel de grupo perseguido (MAFRA, 2002), nos moldes da formulação do conceito de “cristofobia”,⁷⁰ citado por Cunha em seu artigo. O Brasil é composto por uma maioria cristã (católicos e evangélicos), segundos dados recorrentes dos censos realizados. Esse fato é acionado pelo prefeito como justificativa para garantir a liberdade religiosa, que supostamente estaria ameaçada por uma mulher trans encenando o papel de Jesus Cristo, inscrevendo a obra em um ideário persecutório e desrespeitoso. Esses grupos se ancoram nos conceitos de Estado laico e liberdade religiosa para disputarem os sentidos da laicidade e das pautas de direitos individuais e humanos.

Em levantamento realizado em *sites* de notícias, foi verificado que a peça foi proibida em outras cidades, no entanto a associação desse fato com a adesão religiosa dos respectivos prefeitos não se confirma. Em algumas delas, os cargos executivos não são ocupados por políticos com trajetórias diretamente vinculadas a alguma instituição religiosa, como

⁷⁰ Cunha (2020a) diz que “o termo ‘cristofobia’ tem sido usado por grupos religiosos conservadores como contraposição a “islamofobia”, conceito amplamente utilizado para classificar a rejeição ao Islã, muito por conta de ações de extremistas, de violência e fanatismo, que se dizem vinculados a esta religião”.

Londrina, Belo Horizonte, Salvador, Jundiaí e Garanhuns,⁷¹ o que sugere que o conservadorismo em torno da não aceitação das ações culturais protagonizadas por representantes de grupos minoritários não é exclusivo de figuras políticas somente com pertença evangélica. A interpretação cristã sedimenta sua visão em relação aos grupos mencionados, no entanto cabe considerar o quanto tais questões avançaram ou permanecem nos discursos de governantes que não possuem seus projetos políticos atrelados à identidade religiosa e, também, identificar as linhas de força que dinamizam essas controvérsias.⁷²

Outro caso paradigmático ocorreu em 2019, quando o prefeito Marcelo Crivella protagonizou controvérsia amplamente divulgada pelos meios de comunicação. Ele ordenou que fiscais da Prefeitura retirassem da Bienal do Livro o gibi *Vingadores*, por ele apresentar em suas páginas um beijo gay. A controvérsia foi provocada pelo discurso do vereador Alexandre Isquierdo (DEM) no púlpito da Câmara, que repercutiu nas redes sociais e no WhatsApp:

O autor, que é assumidamente gay, coloca dois super-heróis se beijando e tendo relação homossexual. Não dá para admitir covardia contra as nossas crianças. Propagação e divulgação homossexual para as crianças. Os pais estão comprando achando que é um livro infantil. Cada um faz o que quiser da sua vida. Agora, descer goela abaixo das nossas crianças é coisa de bandido e covarde. Estou apresentando uma moção de repúdio.

O deputado é afilhado político do pastor Silas Malafaia, da Assembleia de Deus Vitória em Cristo (ADVEC), que é uma das principais lideranças evangélicas, conservador, envolvido em polêmicas e detentor de forte influência política diante de seus seguidores. Mauricio Junior (2019, p. 111) discorre sobre a categoria “crente-cidadão” conforme propagada por Malafaia, em relação à participação de seus membros na política.

O crente-cidadão é convocado a assumir posicionamentos políticos na esfera pública em relação a temas controversos para a igreja, tomando como base a moralidade religiosa. O autor destaca que o crente-cidadão precisa se qualificar discursivamente, embasando sua argumentação também em fontes não religiosas, em relação às questões religiosas, políticas e éticas. Em sua análise, avalia que Malafaia estimula seus fiéis a se habilitarem para disputar

⁷¹ Neste último, o espetáculo fazia parte do Festival de Inverno da cidade, que tinha como tema a liberdade (REDE INTERNACIONAL, 2018).

⁷² Vale considerar que é importante “compreender o religioso nas sociedades modernas não em uma perspectiva nominalista linear, mas no sentido amplo de uma ‘visão de mundo’, uma cosmologia estruturante, na qual se reconhece que o espaço da ‘religiosidade’ abarca hoje muitos valores e comportamentos oficialmente ‘laicos’ ou, ao menos, ‘não confessionais’” (DUARTE *et al.*, 2006, p. 16), e vice-versa.

os debates em torno de temas como aborto, homossexualidade, drogas, que atravessam a esfera pública:

Os valores evangélicos tentarão desagregar religião, ética e política. O crente-cidadão precisa, no entanto, reconectar essas esferas. Ao mesmo tempo, no entanto, deve aprender a transitar entre as gramáticas que informam os discursos esperados em cada uma delas (MAURICIO JUNIOR, 2019, p. 113).

Pautas relacionadas a gênero e sexualidade são prioridades para Malafaia (LEVY, 2010). Por isso, é fundamental disputar as narrativas em torno desses temas, nas esferas pública e política. Na legislatura de 2016-2020, Malafaia apadrinhou o vereador Alexandre Isquierdo. No âmbito da temática gênero/sexualidade, Isquierdo apresentou projetos de lei que pretendiam proibir o serviço público e privado de saúde a receitar terapia de hormônios para menores de 18 anos, propôs dois projetos de lei antiaborto, assinou com outros colegas da Câmara um projeto para instituir o “dia do orgulho hétero”, dentre outros. Além disso, criou a controvérsia relacionada ao gibi *Vingadores*, que mostrava o beijo gay, no púlpito da Câmara de Vereadores.

Figura 11 – Twitter de Alexandre Isquierdo, secretário estadual de Juventude e Envelhecimento Saudável e vereador da cidade do Rio de Janeiro na Prefeitura de Marcelo Crivella.



Fonte: Isquierdo (2019).

O jornal *O Globo* produziu reportagem sobre o caso em que foram visitados nove estandes que supostamente vendiam os gibis censurados, porém apenas um deles disponibilizava 20 exemplares para venda, que se esgotaram dois dias antes da ação da Prefeitura, segundo as informações. Em nota, a Bienal informou que:

dá voz a todos os públicos, sem distinção, como uma democracia deve ser. Inclusive, no próximo fim de semana, a Bienal do Livro terá três painéis para debater a literatura Trans e LGBTQA+. A direção do festival entende que, caso um visitante adquira uma obra que não o agrade, ele tem todo o direito de solicitar a troca do produto, como prevê o Código de Defesa do Consumidor (GRINBERG; RISTOW, 2019).

Além do protesto do público à censura, escritores e editores divulgaram um manifesto e o Supremo Tribunal Federal (STF) proibiu o recolhimento das obras. A ação da Prefeitura foi discutida nacionalmente e considerada censura, sendo novamente acionado o perfil religioso de Crivella como motor da ação. O que mudou no cenário político para que o prefeito recorresse a uma intervenção desse patamar, que o vinculou, sem escapatória, à imagem de “bispo”, da qual ele tentou se desvincular durante a campanha eleitoral de 2016?

A censura aconteceu no ano que antecedia o processo eleitoral de 2020, no qual Crivella pretendia concorrer à reeleição. A pesquisa Datafolha (DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISA, 2018) realizada em 2018 indicava que seu governo era reprovado por 58% da população, porém 64% do segmento evangélico avaliava sua gestão como ótima ou boa, configurando-se como sua base eleitoral. Marcelo Crivella acenou para a base cristã conservadora (católicos e evangélicos), que, nesse processo, foi uma base sólida na eleição de Jair Bolsonaro à Presidência. No dia seguinte à censura do gibi, o jornal *Folha de S.Paulo* (BALLOUSSIER, 2019) fez reportagem fazendo contraponto entre Crivella e Edir Macedo, seu tio e líder da IURD, em relação à pauta LGBTQIA+. O prefeito da cidade foi caracterizado como o “bispo licenciado que exhibe credenciais conservadoras”, com discurso comum a vários líderes evangélicos, e a principal liderança da IURD, como seu “tio que chegou a ser premiado com o Oscar Gay” por ter dado “declarações amigáveis à comunidade LGBTQIA+”. Na Rede Aleluia, que reúne rádios da igreja, em 2015, Edir Macedo deu a seguinte declaração no programa Palavra Amiga:

Deus não quer nada imposto. E nós na Igreja Universal não impomos nada a ninguém. [...] Há muitos crentes, pastores e igrejas levantando uma bandeira contra o movimento gay, contra o casamento de homossexuais. Eu pergunto: Jesus faria isso se estivesse vivendo no nosso tempo? Eu não creio que Ele faria. Porque no tempo d’Ele já havia homossexuais e Jesus não falou nada. Jesus não levantou uma

bandeira, falando: “Olha, vocês têm que falar contra o homossexualismo, que é proibido, que não deve”.

Em 2016, Macedo declarou por e-mail ao jornalista Ricardo Feltrin, do UOL,⁷³ que “o Senhor Jesus não incriminou ninguém, exceto os RELIGIOSOS HIPÓCRITAS” (o destaque em letras maiúsculas foi escrito pelo próprio entrevistado). No mesmo ano, um dos principais representantes da comunidade LGBTQIA+, o Grupo Gay da Bahia, concedeu o Oscar Gay ao bispo Macedo. Ao mesmo tempo, a reportagem demarca que o tom amigável de Edir Macedo não é consenso dentro da comunidade LGBTQIA+.

Dito isso, a suspeita levantada pela reportagem sobre tal posicionamento é que essa declaração teria a intenção de atingir o segmento LGBTQIA+ com maior poder aquisitivo, sem filhos, gerando mais dízimos para a instituição. O texto enfoca o fato de a igreja não ter liderança assumidamente homossexual como fator limitante para a aceitação de membros com essa orientação sexual, mas aponta também que, dentro do campo evangélico, a IURD tem “posições mais progressistas”, devido ao apoio à descriminalização do aborto.

No entanto, tempos depois, o site oficial da IURD repercutiu a censura ao gibi, corroborando a atitude do prefeito (UNIVERSAL, 2019b). A reportagem afirma que a Marvel teria declarado que o gibi é destinado para o público adulto, fato que justificaria a ação de Crivella, devido ao descumprimento da determinação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em indicar que o conteúdo da obra era destinado a maiores de 18 anos. Assim, não identificava na atitude da Prefeitura:

qualquer ato de trans ou homofobia, ou qualquer tipo de censura à abordagem feita livremente pelo autor, mas exercício do dever de informação quanto ao que se considera material impróprio ou inadequado a crianças e adolescentes, exigindo-se, assim, o lacre e a advertência.

O artigo 78 do ECA (GRINBERG; RISTOW, 2019) determina que as revistas e publicações com conteúdo impróprio ou inadequado a crianças e adolescentes devem ser comercializadas em embalagem lacrada e com destaque sobre o conteúdo. As capas que contêm mensagens pornográficas ou obscenas devem ser protegidas por embalagem opaca. Já o artigo 79 diz que anúncios de bebidas alcoólicas, tabaco, armas e munições não podem constar em revistas e publicações voltadas para o público infanto-juvenil. A reportagem consultou a advogada especializada em direito autoral Deborah Sztajnberg, que considerou a

⁷³ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/09/se-crivella-censura-beijo-gay-o-tio-edir-macedo-ja-fez-falas-pro-lgbt.shtml>. Acesso em: 6 fev. 2022.

atitude de Crivella equivocada e disse que esse tipo de medida só poderia acontecer através da justiça ou por decreto.

Os temas da Bienal de 2021 (GABRIEL, 2021) repercutiram as tentativas de censura do ano anterior – repudiaram o obscurantismo, defenderam a diversidade, estimularam o debate sobre desigualdade e racismo. Nesse sentido, o ator, roteirista e curador da Bienal Felipe Cabral lançou o livro *O primeiro beijo de Romeu*, como ato de indignação à censura de Crivella, agora não mais prefeito da cidade, derrotado nas urnas por Eduardo Paes. A reportagem do jornal *Folha de S.Paulo* relata que, na obra de Cabral, o prefeito tenta censurar o livro que possui a imagem de um casal gay se beijando. O secretário municipal de Educação Renan Ferreirinha nomeou as temáticas abordadas pela Bienal como “descrivellização”, através da promoção da cultura, da diversidade e da educação.

Segundo reportagem da BBC News publicada no site do portal G1, a história censurada não trazia menção a imagens de sexo explícito (BBC NEWS, 2019). O gibi foi lançado no Brasil em 2012, ganhou edição de luxo em 2016 e não gerou controvérsia em nenhum dos dois anos mencionados. O britânico Jim Cheung, um dos autores do gibi *Vingadores*, declarou de forma irônica que pensava em “contratar o prefeito do Rio para promover” sua próxima história.

As ações de censura à peça *O Evangelho segundo Jesus, rainha do Céu* e ao gibi *Vingadores* foram pautadas pela regulação dos corpos sob a perspectiva da proteção à família, que estaria em risco devido à chamada “ideologia de gênero” imposta pelos movimentos LGBTQIA+ (NATIVIDADE; OLIVEIRA, 2013; MACHADO, 2017). Apesar da visibilidade alcançada pelas disputas públicas e políticas protagonizadas pelos evangélicos, o termo “ideologia de gênero” tem ressonância e é acionado por diferentes classes sociais, segmentos religiosos ou não religiosos (DUARTE *et al.*, 2009), impactando o cenário sócio-político.

A radicalização conservadora de Marcelo Crivella indicou a mudança de tom em sua gestão que se intensificou em 2018, com a adesão da IURD à campanha de Jair Bolsonaro à Presidência, às vésperas do pleito eleitoral. Antes disso, vale dizer que foi durante a tramitação do projeto de lei referente à criminalização da homofobia que se consolidou a aproximação do setor evangélico conservador com Bolsonaro, na época, filiado ao Partido Progressista (PP).⁷⁴ Essa aproximação ocorreu por meio da influência do pastor Silas

⁷⁴ A partir do ano de 2010, na esteira da intensificação contra as pautas feministas e LGBTQIA+, foram apresentados o Projeto de Lei nº 8.035/2010 e o Plano Nacional de Educação para o período de 2011/2020, que no seu artigo 2º previa a ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual. O projeto de lei foi aprovado sem mencionar gênero e sexualidade e o Plano de Educação foi sancionado pela presidenta Dilma Rousseff.

Malafaia, que, em junho de 2013, levou Bolsonaro para participar da Marcha para Jesus. Em 2016, a aproximação com o campo evangélico se ampliou com seu ingresso no Partido Social Cristão (PSC). Durante o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, Bolsonaro foi batizado no rio Jordão pelo presidente do partido, Pastor Everaldo, para sinalizar sua proximidade com o segmento religioso em questão. A estratégia eleitoral de Bolsonaro unificou a base cristã em torno de sua campanha, constituindo-se como segmento fundamental para sua eleição em 2018.⁷⁵

Dando sequência ao percurso como prefeito, em busca da reeleição em 2020, Crivella passou a intensificar os mesmos requisitos do presidente, acionando a base política que se conformou à época das eleições. A literatura que analisa o processo que culmina na eleição de Jair Bolsonaro indica que o perfil de seu eleitor é conservador, masculino, branco, classe média e com nível superior (FONSECA, 2018; GRACINO JUNIOR; GOULART; FRIAS, 2021). Na questão religiosa, ele contou com apoio de evangélicos e católicos conservadores, mas não somente. O tom de seu discurso de campanha colocou a religião cristã em local de destaque, em torno da promessa de transformar o Brasil em “uma nação cujo Deus é Senhor”, com lema de campanha “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” (GOMES; BIZARRIA; PEREIRA, 2020). Essa nação seria conduzida por valores baseados no sistema patriarcal e heteronormativo, que conduziriam às mudanças necessárias e condizentes com um país cristão, no entanto o intento pretendido por Crivella não teve um bom desfecho para ele.

A censura ao gibi *Vingadores – a cruzada das crianças* foi assumidamente uma tentativa de atrair o eleitorado bolsonarista para a sua reeleição (BRUNO, 2019), mas disputar a capilaridade religiosa e contar com o apoio de Bolsonaro, sem ser bem avaliado nos demais segmentos que o conduziram à vitória em 2016 e na sua gestão como prefeito, conforme analisado no Capítulo 3, não foi suficiente. Ser considerado “inimigo do carnaval”; intolerante à diversidade (cultural, religiosa e de gênero); cumprir apenas 20% das promessas contidas em seu plano de governo registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE); e envolver-se em supostos esquemas de corrupção, como no caso do “QG da propina”, foram fatores que fizeram naufragar o tão alardeado projeto de poder da IURD, em 2020.

Segmentos religiosos das mais variadas vertentes, especialmente evangélicos e católicos, se mobilizam ativamente para eleger representantes de suas denominações ou para apoiar candidatos seculares, em troca de apoio às suas demandas. Os candidatos e seus

⁷⁵ O processo de consolidação da aproximação de Bolsonaro com a ala conservadora evangélica foi mencionado neste parágrafo a partir das seguintes referências: Cunha (2019); Santos (2020); Gomes, Bizarria e Pereira (2020); Luna e Gomes (no prelo).

partidos, dos mais variados espectros ideológicos, acionam a religião nos processos eleitorais, portanto há uma relação de mão dupla entre candidatos e partidos (MARIANO, 2008; INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS, 2012), além de existirem múltiplos fatores (religiosos, econômicos, ideológicos etc.) e linhas de força que conformam as escolhas dos eleitores.

Ao vencer o pleito em 2016, Crivella contou com o apoio da Liesa, de evangélicos, nas suas mais variadas vertentes, de católicos e de conservadores em geral. Em seu mandato, entre 2017 e 2020, envolveu-se em tensões relacionadas à cultura afro-brasileira e à diversidade sexual que evidenciaram a impossibilidade de descolamento entre religião e política de seu perfil. Foi rejeitado, não sendo reeleito em 2020, pelas lideranças midiáticas dentro de seu campo religioso; sua gestão foi avaliada como ruim ou péssima por 66% dos cariocas, reunindo segmentos sociais diversificados em torno de Paes, que ganhou a eleição.

Os capítulos 4 e 5 mostraram duas temáticas que geraram controvérsias, responsáveis pelo acionamento da identidade religiosa de Crivella: as culturas afro-brasileira e LGBTQIA+. As controvérsias protagonizadas pela gestão de Crivella acionaram as memórias dos embates protagonizados pela IURD, direcionados aos campos mencionados, porém é importante ressaltar que a atuação de ambos é atravessada pela conjuntura política. A presença da IURD na sociedade se fundamenta no conservadorismo de característica ativa, que se replica na sociedade, através de seus embates e práticas de transmissão religiosa. Por isso é necessário analisar as tensões e acomodações presentes nos atravessamentos entre o prefeito e as questões relacionadas às religiões afro-brasileiras e à diversidade sexual, exemplificando que os sentidos de religião, política e memória foram, e são, constantemente acionados e disputados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tese analisou os quatro anos de mandato do prefeito Marcelo Crivella (Republicanos) na cidade do Rio de Janeiro. Foram destacados acontecimentos que geraram controvérsias que, basicamente, resgatavam sua trajetória religiosa, de liderança, como bispo da IURD. As ações adotadas por sua gestão em relação a determinadas temáticas emergiram como exemplos da conexão entre religião e política em seu perfil. Destacam-se as que se relacionam à cultura popular em geral, mas, em particular, aquelas concernentes às manifestações afro-brasileiras e, marcadamente, ações direcionadas às religiões afro-brasileiras. Na mesma medida, a diversidade sexual (gênero e sexualidade) emerge como ponto de tensão em suas políticas de controle social, com tentativas de imposição de censura também no campo das manifestações artísticas.

Nesse sentido, foram apresentadas mais detidamente as seguintes controvérsias, com seus respectivos contextos, ações e reações, descrições e agentes: 1) o Decreto nº 43.219/2017, relacionado à obrigatoriedade de alvará transitório para a realização de rodas de samba e atividades religiosas em locais públicos e privados; 2) o corte de 50% na verba pública destinada ao financiamento do desfile das escolas de samba; 3) as controvérsias envolvendo a diversidade sexual (sexualidade e gênero), tomando como exemplos a censura ao gibi *Vingadores* e à peça *O Evangelho segundo Jesus: rainha do Céu*.

Tais ações geraram acusações de intolerância religiosa, de demonização da cultura popular e de preconceito contra os segmentos LGBTQIA+. Os posicionamentos conservadores do prefeito em sua gestão, assim, foram lidos como tentativas de implementar as pautas de sua igreja de origem. As constantes menções à instituição em seus discursos deram continuidade às memórias provenientes de sua associação com a IURD, que aparecerem nas páginas oficiais de Marcelo Crivella e nas produções institucionais da Igreja Universal, fato que retroalimentou desde análises acadêmicas até reportagens divulgadas nas diversas mídias. Sua identidade religiosa foi categoria de acusação acionada constantemente por seus opositores, mesmo que em diferentes situações. Suas decisões políticas não se associaram diretamente às suas posturas propriamente religiosas, como foi possível identificar em relação a determinadas ações que foram lidas como perseguição à cultura afro-brasileira.

Embora seja representante dos interesses políticos da IURD, fazendo com que a identidade/máscara (GOFFMAN, 2002) religiosa tenha mais destaque, o “bispo” dialoga com diferentes setores sócio-políticos; articulação fundamental, inclusive, para legitimar os

interesses de sua instituição. Geraldo (2012) argumenta, com base nos tipos ideais de Max Weber, que a identidade de político profissional acionada por Crivella para dialogar com os demais segmentos em períodos de eleição não está desvinculada de sua identidade evangélica. Dessa maneira, há um movimento de visibilidade e retração em seu discurso que articula religião e política em sua base, mas aciona uma ou outra, dependendo dos grupos com que se pretende dialogar. O contexto estabelece se a identidade escolhida será bispo-prefeito, prefeito-bispo, prefeito ou bispo (cf. GOMES, 2011; GOMES e LEITE, 2019).

Ser político profissional é necessário para construir amplo arco de articulações, para conseguir dar conta dos múltiplos interesses de grupos que não se apresentam como religiosos. Há múltiplos processos de negociações que extrapolam o campo estritamente religioso, embora possa haver entrecruzamento dessas esferas quando se quer legitimar interesses da instituição religiosa na esfera política. Evangelista (*apud* SANTOS, 2020) destaca que as pautas religiosas não são mobilizadas apenas por políticos religiosos, assim como candidatos evangélicos têm interesses e atuações legislativas que extrapolam o âmbito da moralidade.

No processo de construção de seu perfil houve um ajuste produzido pela IURD em suas diversas mídias, com o intuito de atrelar a trajetória de Crivella às questões sociais, já nos anos de 1990. Diante do desconhecimento público em torno da figura de Marcelo Crivella, houve o investimento na construção de um perfil ligado às práticas de assistência social. Após atuar como missionário em países africanos, ele passou a trabalhar no Brasil em empreendimentos da igreja, como o chamado Projeto Nordeste, que possui ações diretamente ligadas à sua intervenção. Essa postura de Marcelo Crivella corrobora os novos direcionamentos da IURD a partir da década de 1990 no sentido de estabelecer diálogos com a sociedade mais ampla, em resposta às diversas controvérsias midiáticas e jurídicas de que foi protagonista (GOMES, 2011).

Trazer a questão da assistência social para a tese tem o objetivo de articular política e religião na trajetória desse personagem, que passa pela construção e visibilidade de uma nova imagem, atrelada a atividades de beneficência, com o intuito de renová-la, positivando suas práticas e se distanciando de controvérsias. De certa maneira, buscam-se “apagar” possíveis posturas que poderiam manchar sua carreira pública. Os projetos sociais condizem mais com a entrada na política e com o reconhecimento público do que com práticas restritas ao campo religioso particular. Aqui há a produção de uma memória direcionada ao papel político da instituição, representada por Crivella – lembrando que a instituição aqui abordada passa por

um processo de institucionalização que formula memórias para o futuro que a legitimem como instituição permanente (GOMES, 2011). Nesse sentido, a conformação do perfil político-religioso de Crivella se constrói profundamente ligado à Igreja Universal do Reino de Deus. Alcançar visibilidade e reconhecimento no espaço público é o objetivo da IURD, um plano de poder, de acordo com a literatura sobre o tema.

Durante sua trajetória, a IURD modificou o tom de seus discursos político-religiosos, adequando-se à conjuntura política que se apresentava, mas sempre mantendo práticas e discursos conservadores, embora também se alinhem, no sentido oposto, a pautas ligadas a temas morais controversos, como aborto e planejamento familiar. O desempenho legislativo de Crivella (PL/PRB) e de parlamentares ligados à IURD apresentou aproximações em torno da laicidade, quando votaram a favor do Projeto de Lei de Biossegurança, que regulamentou as pesquisas com células-tronco, diante da rejeição de parte da bancada evangélica e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), representante da Igreja Católica (LUNA, 2013, p. 75).⁷⁶ Os dados e pesquisas evidenciam que o campo evangélico é diverso e pode se apresentar de forma heterogênea, mesmo em relação às questões ligadas a valores religiosos e à laicidade, em posicionamentos públicos, em particular no caso da IURD, que apresenta características singulares, sendo até mesmo rechaçada por algumas igrejas evangélicas, que a classificam como “igreja menos pura” (GOMES, 2011). Em sua trajetória política, Crivella já se posicionou contra o neoliberalismo, defendeu políticas públicas que estimulassem o pleno emprego, a reforma agrária etc., o que complexifica a análise de sua carreira político-religiosa. Na pauta de costumes, apresentou posições conservadoras, conforme já foi discutido.

Entre 2004 e 2008, Crivella se candidatou à Prefeitura do Rio de Janeiro e ao Governo do Estado. Ele passou por controvérsias com diferentes atores sociais: Justiça Eleitoral, Ministério Público, Receita Federal, Organizações Globo, CNBB, mídias alternativas, fazendo com que acionasse a retórica da perseguição (MAFRA, 2002; GOMES, 2011; GOMES; LEITE, 2019). Durante a campanha para governador em 2006, além de recorrer ao argumento da perseguição aos evangélicos nos embates em que se envolveu, afirmou que era defensor do Estado laico, mas revelou o seu desejo de politizar os evangélicos. Em todas as

⁷⁶ Segundo Luna (2013, p. 75), “considerando apenas os religiosos que foram identificados, 49 evangélicos, 67 católicos e 1 espírita rejeitaram a emenda, mas ela foi aprovada por 6 evangélicos (2 da IURD, sendo 1 do PFL; 3 luteranos, sendo 1 do PSDB e 1 do PFL; e 1 assembleiano do PFL) e por 28 católicos (10 do PFL, 8 do PSDB e 2 do PRONA). Ou seja, a votação da emenda mostrou ampla rejeição da pesquisa com células-tronco embrionárias não apenas entre identificados religiosos. É provável que nesse momento a orientação partidária explique em parte os votos favoráveis desses religiosos, menos do que sua convicção pessoal”.

suas candidaturas a cargos no Executivo, enfrentou rejeição por conta da memória acionada em torno das disputas públicas protagonizadas por ele e pela IURD, sendo acusado por seus opositores de ser intolerante, manipular seus fiéis para conseguir votos, ser homofóbico e utilizar a política para o projeto de poder da IURD – lembranças sempre atualizadas –, e não foi diferente em sua campanha e em seu mandato, aqui analisados.

A tese apresentou as tensões em torno da identidade religiosa de Crivella, que alcançaram maior visibilidade nos momentos em que ele se candidatou a cargos no Executivo. O objetivo foi problematizar o processo de construção das memórias (contextos, acontecimentos, atores, controvérsias) que atrelaram IURD e Crivella à imagem de intolerantes. Fatos exemplares foram a *Carta ao povo do Rio* e sua tentativa de participação na Caminhada em Defesa da Liberdade Religiosa, em 2008, que possuíam o intuito de evidenciar seu compromisso com a laicidade e a diversidade, mas não surtiram o efeito desejado, de reduzir sua rejeição, sendo ele, à época, derrotado nas eleições para a Prefeitura.

A memória coletiva sobre Crivella está particularmente enraizada nos embates empreendidos pela IURD contra as religiões de matriz afro-brasileira e no conservadorismo ativo nas pautas de gênero e sexualidade. Tais referências informam o olhar dos atores sociais que antagonizam com Crivella, construído a partir de sua relação com a IURD (LEITE, 2016). Nas eleições de 2016, por exemplo, fez poucas menções ao cargo de bispo que ocupou na IURD, mas, mesmo assim, não conseguiu dissociar sua pertença religiosa de seu perfil político. No entanto, a rejeição à identidade evangélica e ao fato de ser sobrinho de Edir Macedo ficou em segundo plano diante do candidato de esquerda, Marcelo Freixo (PSOL), na disputa para a Prefeitura em 2016.

A tese mostrou que os arranjos e a conjuntura política em 2016 tornaram o voto de evangélicos, católicos e conservadores em Crivella um veto à eleição de Freixo. Dentre os arranjos, podem ser mencionados o atrelamento da imagem de Freixo ao Partido dos Trabalhadores, seu apoio à candidatura de Dilma Rousseff (PT) no segundo turno das eleições de 2014 à Presidência da República e o voto contrário da bancada do PSOL ao golpe sofrido pela presidenta da República em 2016. Além disso, o PSOL é constantemente identificado por seus opositores como esquerda radical. Na mesma medida, a demonização da política ocasionou um processo de esvaziamento do pleito, com elevado número de abstenções e de votos nulos e brancos (41,53%), que ultrapassou o número de votos em Marcelo Freixo (40,64%) (G1, 2016b).

Vale mencionar aqui que, nas eleições nacionais de 2014, evidenciou-se o importante processo de deslocamento do eleitorado brasileiro para a direita, que se aprofundou nas eleições municipais de 2016 e nas eleições que elegeram Bolsonaro em 2018, com a chegada da extrema-direita à Presidência. A trajetória e o mandato de Crivella na Prefeitura do Rio de Janeiro não estão desconectados desse contexto, conforme analisado. Evangelista (*apud* SANTOS, 2020) destaca que o “novo conservadorismo”, no Brasil e no mundo, estrutura-se em duas condições: a direita cristã e os evangélicos na política. Não é sem motivo que pautas como anticomunismo, militarismo e punitivismo ganharam visibilidade no Legislativo e no Executivo, em aliança com o neoliberalismo, antes de 2018, culminando na eleição de Jair Bolsonaro para presidente da República. Ponderamos a importância de analisarmos em trabalhos futuros os pontos de contato entre os eleitores que, momentaneamente, deixaram de rejeitar a identidade religiosa de Crivella nas eleições de 2016, além de acompanharmos as combinações locais e conjunturais nos próximos pleitos.

No tocante à temática da cultura em seu projeto de governo, Crivella apresentou poucas propostas (JESUS; GOBO, 2019). A pauta aparecia de forma generalista, enquanto possibilidade de entretenimento. Já no primeiro ano de governo destinou apenas 1% do orçamento às atividades culturais, indicando o lugar periférico destinado à cultura. Em relação à valorização da diversidade cultural, principalmente em áreas de embates com o campo religioso, sequer constava em seu programa de governo.

Segundo Jesus e Gobo (2019, p. 264), durante o primeiro ano de mandato, os eventos culturais ligados ao carnaval, às religiões afro-brasileiras e aos LGBTQIA+ foram aqueles que mais sofreram cortes. Nesse aspecto, a memória das controvérsias protagonizadas pela IURD é atualizada na gestão de Crivella, através da demonização e subalternização de elementos das religiões afro-brasileiras no repertório religioso da igreja utilizados como antagonistas em rituais de liberação e descarrego, usos esses que evidenciam a continuidade e a reafirmação do racismo estrutural e do conservadorismo característicos do campo cristão (católicos, inclusive) e da sociedade brasileira em geral.

Ainda no tocante às controvérsias sobre cultura popular, o Decreto nº 43.219/2017 gerou reações veementes dos sambistas, por considerarem arbitrário que o gabinete do prefeito fosse responsável por autorizar as rodas de samba em espaços públicos. Marcelo Crivella voltou atrás em sua decisão, publicando um novo decreto que revia os procedimentos de autorização das rodas de samba. Dentro do perfil de mediador adotado, o recuo é uma

estratégia/resposta política diante da repercussão negativa de alguma ação, criando uma retórica para se desvencilhar da controvérsia (ALMEIDA, 2015).⁷⁷

A tese mostrou que a memória construída em torno dos embates que envolvem a relação da IURD com as religiões afro-brasileiras também permanece como motor das controvérsias, sendo constantemente atualizadas. O decreto analisado incluiu as atividades religiosas públicas ou privadas de todos os segmentos como eventos a serem regulamentados, gerando acusações de intolerância religiosa que recaíram sobre o prefeito Marcelo Crivella, por conta de sua vinculação religiosa e seu histórico em relação às religiões de matriz africana. Nesse sentido, os eventos marcantes de intolerância religiosa, que ganharam visibilidade pública, podem ser compreendidos através da relação entre memória e identidade social estabelecida por Pollak (1992, p. 5), que elenca três critérios complementares em sua constituição: acontecimentos, lugares e personagens. Tal associação da identidade evangélica como ameaça à diversidade cultural e religiosa é recorrentemente ativada, principalmente no que se refere às religiões afro-brasileiras, retomando e atualizando os acontecimentos, os lugares e os personagens no decorrer do tempo.⁷⁸

A adoção da Teologia da Batalha Espiritual, para negar principalmente as religiões afro-brasileiras, recebeu maior visibilidade com as práticas adotadas pela Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) desde sua fundação. Nos anos de 1990, as narrativas em torno da exaltação das conquistas financeiras e da estabilidade familiar receberam destaque, mas as práticas de exorcismo não saíram da rotina da Igreja Universal.

O carnaval e o samba são ligados à cultura de matriz africana, representantes da identidade e do patrimônio cultural da cidade, mas são historicamente subalternizados pelas políticas públicas, relegados ao papel de entretenimento, de movimentação financeira da cidade. Esse quadro é fruto da ausência do cumprimento da Lei nº 11.645/2008, que estabelece o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena, pois ainda prevalece a visão eurocêntrica no uso da bibliografia escolar e a falta de democratização e acesso à pluralidade relacionada à cultura africana. Sendo assim, o racismo religioso e cultural encontra ressonância e legitimidade na sociedade de forma ampla.

⁷⁷ Disponível em: <http://mais.uol.com.br/view/1575mnadmj5c/o-que-a-universal-quer-com-os-gladiadores-do-altar-especialistas-explicam-04020C183464C0A15326?types=V&>. Acesso em: 27 jan. 2022. Página retirada do ar posteriormente.

⁷⁸ Segundo Pollak (1992), os indivíduos se relacionam com as suas memórias individuais e coletivas, bem como com os lugares de memória, mesmo sem terem vivenciado o evento em questão. Tomamos conhecimento do ocorrido através das narrativas e memórias dos participantes, que condicionam nossa memória individual, possibilitando a continuidade das memórias do grupo no futuro.

A tese trouxe debates sobre a influência do sincretismo na cultura popular e nacional, que carrega a dominação europeia, branca e patriarcal em sua estrutura. Diante das discussões em torno do embranquecimento forçado das tradições de matriz africana no Brasil, temos um quadro complexo, no qual o sincretismo conformou a cultura popular, que, por um lado, foi subalternizada e, por outro, atua como resistência, rompendo muros construídos por um sistema opressor, criando festas populares marcadas pela possibilidade de ressignificação das identidades e vivências coletivas. Refletir sobre o cotidiano de quem se identifica com as produções culturais do sincretismo, a partir da possibilidade de subverter pela brecha, no “miúdo” do cotidiano, como no caso da presença de santos católicos dentro dos terreiros de umbanda, é um campo de análise clássico das ciências sociais, mas que se atualiza constantemente por conta da complexificação do campo religioso brasileiro contemporâneo. Dialogar sobre o racismo religioso através dos debates sobre sincretismo, analisando o papel de cada componente nesse processo de elaboração, transmissão e/ou reprodução de memórias dos grupos envolvidos pode abrir novos entendimentos e caminhos de pesquisa.

Retomando o aspecto da possibilidade de subversão do sincretismo, observamos que o carnaval é produto desse processo, sendo considerado como a maior festa popular brasileira, reunindo elementos marcantes acionados na análise aqui proposta, que articula religião, política e memória. Quando deslocamos o olhar para o que chamamos genericamente de evangélicos, observa-se a rejeição ao mundano, o que não significa necessariamente o apartamento em relação ao mundo. Há pesquisas que mostram particularidades em torno das diferentes estratégias de “ação no mundo” adotadas por segmentos cristãos, com o intuito de disseminar “a Palavra”, inclusive no carnaval (cf. GOMES, 2008). A possibilidade de passagens (BIRMAN, 1996) do pentecostalismo com as práticas culturais que ele rejeita estabelece contato, mesmo na sua forma mais visível, através da negação (MAFRA, 2011).

A tese demonstrou que o corte de verba realizado por Crivella, destinado para as escolas de samba, sob a justificativa de austeridade econômica, foi uma medida aprovada pela maioria da população, por considerar o evento mais como entretenimento do que como cultura popular. Evidenciando a complexidade do debate, a Liga Independente das Escolas de Samba (Liesa) apoiou a candidatura de Crivella à Prefeitura.

Durante os dois mandatos exercidos pelo prefeito Eduardo Paes, ele investiu verbas nas escolas de samba e na estrutura do carnaval de rua, mas aprofundou o processo de mercantilização da festa, esvaziando sua origem popular. Inclusive, Paes concedia integralmente os valores dos ingressos para a Liesa (RANQUETAT JÚNIOR, 2012, p. 80),

fato que gerou reações por parte da esquerda, que questiona a falta de transparência na verba pública destinada à Liesa, além de defender o fim do modelo privatista de carnaval.

Eduardo Paes não estabeleceu processos de transparência em relação ao uso do dinheiro público por parte dos presidentes das escolas. Vale ressaltar que a Liesa é responsável pela administração da verba pública destinada às escolas de samba, compostas por membros de jogos considerados ilegais, ligados à violência (CAVALCANTI, 2008). A questão colocada no Capítulo 2 a respeito da possibilidade de demonização do carnaval nas gestões de Paes e Crivella, mesmo que por motivações diferentes ou etapas do mesmo processo, é uma possibilidade de pesquisa futura.

Os conceitos de religião cívica, religião civil e religião pública nos ajudaram na análise das controvérsias que emergem com a chegada de Crivella ao Executivo da cidade do Rio de Janeiro (CASANOVA, 1994, 2009, 2008; DUARTE *et al.*, 2009; MONTERO, 2012, 2016^a, 2018; MONTERO; BRUM; QUINTANILHA, 2016). Os evangélicos atuam na política e na cultura com o intuito de alcançar visibilidade, formando o que Giumbelli (2013) denominou de “cultura pública”. O conceito de religião pública se contrapõe à tese de que o nosso processo de secularização colocaria automaticamente a religião no privado, desconsiderando a interlocução com a conjuntura histórica local, segundo análise de Dullo (2012) e Montero (2018), que tomaram como referência as discussões realizadas por Casanova (1994) e Catroga (2006).

Em conexão com os conceitos mencionados, foram apresentadas as investidas de Crivella em relação à pauta da cultura, ainda quando era senador, através de projeto de lei de sua autoria (PLS nº 69/2005) que modificava a Lei do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), conhecida como Lei Rouanet, e acrescentava templos como beneficiários de recursos. O levantamento realizado por Giumbelli (2021) no período compreendido entre 2009 e 2018 dá conta de que a Lei Rouanet contempla mais o catolicismo e, no caso do turismo, ele é hegemônico. A Igreja Católica foi incluída nesse projeto, demonstrando que, para ocupar determinados espaços políticos, o campo evangélico precisa se articular com o campo católico, que vem perdendo sua hegemonia, mas mantém sua influência política. A ala conservadora da Igreja Católica no Legislativo articula-se aos setores evangélicos em variadas temáticas, como mostra a literatura citada. A inclusão de eventos *gospel* promovidos por igrejas na recente promulgação da Lei nº 2.407/2015 (FOLHA DE S.PAULO, 2019b) contesta a tese da “falta de familiaridade” no uso da arma da cultura pelos evangélicos,

defendida por Mafra (2011). Quando atuam enquanto campo, os evangélicos conseguem se inserir em espaços destinados à chamada cultura nacional (SANT'ANA, 2013).

A “cultura pública” evangélica, conforme avalia Emerson Giumbelli (2013), ocorre com sua maciça presença no espaço público e expressa seu projeto de inserção na cultura nacional. Dessa maneira, intervenções artísticas nos espaços públicos com conteúdos cristãos, como músicas e frases bíblicas nos muros das periferias das grandes cidades, exemplificam essa nova perspectiva de cultura, que estabelece novos alicerces não conformados pela cultura nacional (influenciada pelo catolicismo) ou étnica (influenciada pelas religiões afro-brasileiras). O autor observa que a referida presença nos espaços não se limita apenas ao religioso, pois pretende reconstruí-los a partir de novos alicerces.

Em relação à tentativa de reeleição de Crivella, houve o apoio do presidente Jair Bolsonaro, mas não se repetiu o amplo apoio dos evangélicos, assim como a rejeição a seu governo foi alta nos mais diversos segmentos, muitas vezes acionando novamente sua filiação religiosa controversa. Nota-se que é relevante o fato de Crivella não ter tido como principal oponente um candidato de esquerda, como na eleição anterior. Ele recorreu em sua campanha a temas como sexualidade, defesa da família tradicional, segurança pública e corrupção e enfatizou em seu discurso posicionamentos contra segmentos políticos de esquerda, com o intuito – frustrado – de recompor sua base de apoio, e foi derrotado por Eduardo Paes (PSD). Conforme demonstrado pela pesquisa eleitoral do Iser (REIS; CUNHA; ABREU, 2020), apenas recorreram à linguagem religiosa e pautas morais em suas campanhas os candidatos que não apareciam em primeiro lugar nas pesquisas, como foi o caso de Crivella e Joice Hasselmann, em São Paulo. Mesmo detendo a maioria das intenções de votos dos fiéis evangélicos contra Eduardo Paes, na eleição de 2020, o fato de pertencer à IURD pesou nos apoios dentro de seu próprio campo religioso, que, como foi visto, apresenta restrições em relação à sua aceitação e a seu reconhecimento como integrante.

A Igreja Universal é vista dentro de seu próprio campo como uma igreja autônoma, que não atua em conjunto com as demais instituições evangélicas. O fato de Crivella pertencer à IURD, voltou a ser justificativa para o não apoio à sua candidatura. Algumas lideranças midiáticas do campo evangélico se declararam neutras e outras apoiaram Eduardo Paes, que se elegeu também com votos das escolas de samba do Grupo A, unindo desde a centro-direita até a esquerda, que notoriamente fez voto útil contra Crivella. A junção da péssima avaliação do governo Marcelo Crivella (66%) e da memória positiva em torno do governo Paes foi preponderante para a tentativa de reeleição do primeiro não se concretizar. Vale ressaltar que

a soma dos votos brancos, nulos e abstenções foi superior aos votos em Eduardo Paes, que se mostrou em tendência de crescimento desde as eleições de 2016 (MARQUES; DIEGUES; YUKARI, 2020).

Em relação à conjunção entre católicos e evangélicos na política, Marcelo Crivella escolheu como sua vice uma mulher católica, a tenente-coronel Andréa Firmino. Vale ressaltar que, em vários momentos, os dois grupos atuaram na política e na religião em lados opostos, mas, a partir de 2018, motivados pelas pautas contrárias à esquerda, como pluralidade de gênero e sexualidade, novamente se aliaram (CUNHA, 2020b). A aliança entre os dois grupos aumentou a chance de eleger mais candidatos, a partir do momento em que eles não eram escolhidos por denominações específicas, mas sim pela defesa de pautas comuns aos dois campos religiosos.

As questões iniciais de pesquisa foram respondidas a partir da apresentação e análise das controvérsias sobre a Igreja Universal e as temáticas racismo/intolerância religiosa/gênero/sexualidade e cultura, com o intuito de localizar Crivella nesses debates. Vimos que, durante a década de 1990, a IURD retirou os termos discriminatórios referentes às religiões afro-brasileiras de seus documentos dedicados a registrar sua memória institucional (GOMES, 2011), Macedo criticou a proibição do “homossexualismo” e Crivella adotou tom menos combativo durante sua trajetória no Senado e como ministro da Pesca, mas as controvérsias e as práticas de transmissão das memórias institucionais e religiosas elaboradas pela IURD são ativamente conservadoras, ultrapassando os limites institucionais, embora moldadas pela conjuntura política (cf. GOMES, 2011; GOMES; OLIVEIRA, 2021; NATIVIDADE, 2018).

Em relação às questões de gênero e sexualidade, não é possível dissociá-las da noção de família concebida não só pela IURD, mas por todo o campo cristão: monogâmica e heterossexual. O “gay” se configura como identidade contrastiva do heterossexual (NATIVIDADE; OLIVEIRA, 2013; MACHADO, 2017). A igreja tem projetos voltados para adequar os corpos, feminino e masculino, de acordo com os padrões estabelecidos por ela, com o intuito de promover a prosperidade a ser alcançada pelo casal cristão. O casamento é inevitável e o conceito de família defendido é o casal heterossexual. O homem é instruído para ser corajoso e racional, as mulheres devem se submeter ao marido e auxiliá-lo para que ele exerça seu papel de líder econômico. Nessa lógica, a mulher é responsável pela gestão da família, oferecendo suporte para o marido, visando que o casal atinja a prosperidade (MARCHESI; ROSA; RESENDE, 2021). A vida próspera só é possível através da disciplina

e do sacrifício e estruturada no planejamento familiar e no trabalho. O lugar social e religioso da mulher, nos termos da IURD, contudo, é permeado pela tensão entre autonomia e tradição, entre estar no mercado de trabalho e se submeter ao marido.⁷⁹

O que notamos aqui é o entrelaçamento de percepções sobre gênero e papéis sociais, na medida em que tais distinções são construídas a partir dos padrões históricos e culturais. O modelo hegemônico de masculinidade, conforme apontado por Bourdieu, em sua obra *A dominação masculina* (2002), é uma violência simbólica e arbitrária. As mulheres e os segmentos LGBTQIA+ são submetidos ao modelo que impõe normas sobre a gestão de seus corpos e comportamentos. O modelo patriarcal também se impõe sobre os homens heterossexuais que não seguem o padrão estabelecido.

Pautada por referências reconhecidas no âmbito das análises sobre a articulação entre religião, sexualidade e gênero e pelas demais fontes coletadas durante a pesquisa, a tese identificou que as reivindicações por direitos e o avanço dos direitos civis ocorridos nas últimas décadas foram transformados pelos discursos conservadores de instituições religiosas e lideranças político-religiosas cristãs em ameaça à heteronormatividade cristã. Esse debate foi exemplificado através da problematização das controvérsias relacionadas à aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 122/2006,⁸⁰ apelidado de “Lei da Homofobia”, e suas repercussões. A controvérsia mencionada refletia o posicionamento de Crivella na vida política, que evidenciava o receio da suposta “proibição” das declarações contrárias à homossexualidade cotidianamente veiculadas por esse campo religioso. A “liberalização” das demonstrações de afeto no espaço público emerge também como preocupação, já que promoveria o “homossexualismo”. As ações de censura promovidas em seu mandato deixam clara sua adesão a tais valores religiosos conservadores, submetendo o espaço público, laico, à moralidade confessional.

O debate sobre intolerância e racismo religioso recebeu destaque na tese, como elemento indissociável à trajetória do bispo-prefeito. A literatura sobre o tema nos informa que o pentecostalismo que veio para o Brasil no início do século XX é de origem norte-americana, branca e colonizadora, pertencente ao movimento de reavivamento espiritual. A IURD funda a chamada terceira onda do pentecostalismo (FREESTON, 1994), denominada como neopentecostal. Nessa onda, a “batalha espiritual” é adotada como princípio, sendo

⁷⁹ É importante destacar que a possibilidade de trabalhar pode trazer atravessamentos para o casamento, abrindo pequenas brechas no lugar de submissão destinado à mulher, questão que não era central para esta tese.

⁸⁰ A lei propunha a criminalização dos preconceitos motivados pela orientação sexual e pela identidade de gênero, equiparando-os aos demais preconceitos que já são objetos da Lei nº 7.716/1989 (criminalização do racismo).

direcionada às religiões afro-brasileiras em especial e ao catolicismo popular. A visibilização da “guerra santa” no púlpito e nas mídias é a tônica. A “batalha” não ocorre sem reações, como pode parecer, ao veicularem “libertações” e “descarregos”. As reações vieram em diferentes sentidos. Destacou-se nesta análise o Projeto Tradição dos Orixás, que organizou reações às investidas da IURD sobre as religiões afro-brasileiras, unificando movimentos negros e movimentos de terreiros no combate ao racismo e à perseguição a esse campo religioso (GOMES; OLIVEIRA, 2021).

Marcelo Crivella instrumentaliza politicamente a religião, e as configurações político-religiosas determinam o acionamento de características específicas, ora líder religioso, ora parlamentar ou prefeito, e ainda é possível combiná-las de acordo com os interlocutores. Cabe frisar que a atuação de políticos-religiosos no Executivo e no Legislativo não se restringe a pautas morais ou temáticas religiosas. Nota-se o mesmo em relação àqueles que não se identificam como “religiosos”, na atuação fortemente contrária às pautas ligadas aos costumes, planejamento familiar, aborto, casamento/parceria civil (DUARTE *et al.*, 2009; SANTOS, 2020). Essa dinâmica é notada na área legislativa, na qual estratégias que inviabilizam as tramitações de projetos e proposições nas casas legislativas em torno do reconhecimento de direitos e criminalização das violências sofridas pelos LGBTQIA+, por exemplo, são constantemente acionadas e atualizadas (DUARTE *et al.*, 2009).

A atuação política de Marcelo Crivella não está dissociada da relação entre política e religião no país, com articulações que ultrapassam os limites dos templos, gerando conexões supostamente improváveis. Pode-se citar o caso da articulação entre evangélicos e católicos carismáticos nas instâncias do Congresso Nacional, que alcançaram lugares estratégicos em comissões legislativas fundamentais para os temas aqui abordados, como a Comissão de Direitos Humanos e Minorias (MACHADO, 2015; MACHADO; BURITY, 2014). Essa movimentação orientou as bases das campanhas eleitorais de 2016, 2018 e 2020, com a defesa da família heteronormativa, para se contrapor à pluralidade de gênero e sexualidade (REIS; CUNHA; ABREU, 2020). A campanha e o mandato de Crivella na Prefeitura do Rio de Janeiro estavam inseridos nesse contexto, no qual conceitos como liberdade religiosa são disputados. Há uma disputa narrativa na qual é acionada a noção de “cristofobia” (CUNHA, 2020^a), com os evangélicos performando o papel de grupo perseguido (MAFRA, 2002). Nessa dinâmica, o crente-cidadão (MAURICIO JUNIOR, 2019) é convocado a se posicionar politicamente sobre temas controversos para a igreja na esfera pública, tomando como base a moralidade religiosa, posicionando-se como agentes importantes no espaço público.

A trajetória política de Crivella foi analisada, acionando tanto a memória das controvérsias protagonizadas pela IURD – que conformam sua vida pública e se atualizam quando ele ocupa cargos eletivos – quanto sua gestão na Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Os cortes de verbas para eventos ligados à cultura popular afro-brasileira e as censuras às manifestações artísticas LGBTQIA+ evidenciaram essas combinações. A pesquisa apontou que a identidade política de Crivella não se descola da religiosa, mas aciona o político profissional (GERALDO, 2012) como recurso do religioso, como estratégia para se relacionar com os demais segmentos políticos e para ampliar a atuação de sua instituição religiosa.

O objetivo da tese foi analisar o lugar da “cultura” como foco de política pública na trajetória de Marcelo Crivella na Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, a partir de controvérsias geradas por seus posicionamentos como prefeito desde o primeiro momento de seu mandato. Na perspectiva de seus opositores ou críticos, suas ações são indissociáveis de suas convicções religiosas, conformadas pela pertença familiar e religiosa à IURD, memória sempre acionada como crítica. Na prática, a “cultura” refletida nos cortes orçamentários e nas ações de censura é compreendida como única, sinônimo de “cristã”, descartando-se a diversidade como princípio orientador, sobrepondo valores particulares em um Estado supostamente laico. O debate não se esgota aqui, o entrecruzamento temático cultura-memória-política-religião é extenso e complexo, necessita de acompanhamento contínuo. Como é acionado? Por quem? Qual contexto? Como são instrumentalizados no debate público? No caso específico de Crivella, sua carreira não acabou com o término de seu mandato, ele sofreu acusação de criar o “QG da propina” na Prefeitura do Rio de Janeiro e foi preso nove dias antes de terminar seu mandato, em operação conjunta do Ministério Público do Rio de Janeiro e da Polícia Civil. Sendo assim, como ele vai lançar mão da “arma da cultura” em seus novos projetos políticos? Cabe acompanharmos a atuação da IURD e de Crivella nos desdobramentos da conjuntura político-religiosa no ano eleitoral de 2022.

REFERÊNCIAS

- ABUD, P. Universal usa escolas municipais para ‘atendimento espiritual’. **O Globo**, Rio de Janeiro, 12 jul. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/universal-usa-escolas-municipais-para-atendimento-espiritual-22877993>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- ALMEIDA, R. R. M. de. A Universalização do Reino de Deus. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 44, p. 12-23, 1996.
- _____. A expansão pentecostal: circulação e flexibilidade. In: TEIXEIRA, F.; MENEZES, R. (org.). **As religiões no Brasil: continuidades e rupturas**. Petrópolis: Vozes, 2006.
- _____. **A Igreja Universal e seus demônios: um estudo etnográfico**. São Paulo: Terceiro Nome, 2009.
- ALTINO, L. Influenciado por Rafael Alves, Marcelo Crivella interferiu na virada de mesa do carnaval de 2018. **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 dez. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/brasil/influenciado-por-rafael-alves-marcelo-crivella-interferiu-na-virada-de-mesa-do-carnaval-de-2018-24808549>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- AMÂNCIO, L. Gênero: representações e identidades. Análise das representações do masculino e do feminino e sua articulação com as identidades. **Sociologia: Problemas e Práticas**, n. 14, p. 127-140, 1993.
- _____. **Masculino e feminino: a construção social da diferença**. Porto: Afrontamento, 1994.
- ASSAD, T. **Formations of the secular: christianity, islam, modernity**. Stanford: Stanford University Press, 2003.
- AZEVEDO, R. O IBGE e a religião – cristãos são 86,8% do Brasil; católicos caem para 64,6%; evangélicos já são 22,2%. **Veja**, 19 jun. 2012. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/o-ibge-e-a-religiao-cristaos-sao-86-8-do-brasil-catolicos-caem-para-64-6-evangelicos-ja-sao-22-2/>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- _____. A resposta de Gabeira ao ataque energúmeno de Crivella. **Veja**, 31 jul. 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/a-resposta-de-gabeira-ao-ataque-energumeno-de-crivella/>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- BAKHTIN, M. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. Tradução de Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1987.
- BALLOUSSIER, A. V. Se Crivella censura beijo gay, o tio Edir Macedo já fez falas pró-LGBT. **Folha de S.Paulo**, 6 set. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/09/se-crivella-censura-beijo-gay-o-tio-edir-macedo-ja-fez-falas-pro-lgbt.shtml>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- _____. Fama de inimigo do Carnaval, em Crivella, é como glitter: não sai. **Folha de S.Paulo**. Cotidiano. Opinião. 13 fev. 2020a. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/02/fama-de-inimigo-do-carnaval-em-crivella-e-como-glitter-nao-sai.shtml?origin=folha>. Acesso em: 16 dez. 2022.

_____. Universal “faz jogo estratégico nojento”, diz Malafaia sobre apoio a Kassio Nunes para o STF. **Folha de S.Paulo**, 6 out. 2020b. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/10/universal-faz-jogo-estrategico-nojento-diz-malafaia-sobre-apoio-a-kassio-nunes-para-o-stf.shtml>. Acesso em: 16 dez. 2022.

_____. Voto evangélico racha no Rio, e isolamento da Universal e fake news viram armas. **Folha de S.Paulo**, 24 nov. 2020c. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/11/voto-evangelico-racha-no-rio-e-isolamento-da-universal-e-fake-news-viram-armas.shtml>. Acesso em: 16 dez. 2022.

BARREIRA, G. “Barco de Iemanjá” custaria até quatro vezes menos do que Rio gastou com show. **G1**, 1º dez. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/barco-de-iemanja-custaria-ate-quatro-vezes-menos-do-que-rio-gastou-com-show.ghtml>. Acesso em: 16 dez. 2022.

_____. “Fala com a Márcia”: servidora da Comlurb diz que assessorava Crivella graças a “horário flexível”. **G1**, 19 mar. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/03/19/servidora-do-fala-com-a-marcia-e-ouvida-em-cpi-no-rio.ghtml>. Acesso em: 16 dez. 2022.

_____. Após Crivella ironizar “chapeuzinho de Zé Pelintra”, acessório é adotado por eleitores e aliados de Paes. **G1**, 30 nov. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/11/30/apos-crivella-ironizar-chapeuzinho-de-ze-pelintra-acessorio-e-adotado-por-eleitores-e-aliados-de-paes.ghtml>. Acesso em: 16 dez. 2022.

BARROS, A. C. P. de; PATRIOTA, K. R. M. P. Consumo colaborativo: perspectivas, olhares e abordagens para um conceito em construção. **Signos do Consumo**, v. 9, n. 2, p. 4-15, 2017.

BARROS, M. do N. **A Batalha do Armagedom**: uma análise do repertório mágico-religioso proposto pela Igreja Universal do Reino de Deus. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995.

_____. “A Batalha do Armagedom”: embates rituais entre a Igreja Universal do Reino de Deus e os cultos afro-brasileiros. *In*: CONGRESSO IBÉRICO DE ESTUDOS AFRICANOS, 7. Lisboa, 2010.

BBC NEWS. Como as histórias em quadrinhos se tornaram um bode expiatório da classe política. **G1**, 6 out. 2019.

BELCHIOR, L. Juiz que paralisou obras em morro disse que projeto era slogan de Crivella. **Folha de S.Paulo**, 24 jun. 2008. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/noticias/35309/juiz-que-paralisou-obras-em-morro-disse-que-projetoera-slogan-de-crivella>. Acesso em: 16 dez. 2022.

BERGER, P. L. **Perspectivas sociológicas**: uma visão humanística. Petrópolis: Vozes, 1986.

- BETIM, F. Eduardo Paes derrota Crivella e será mais uma vez o prefeito do Rio de Janeiro. **El País**, 29 nov. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-11-29/eduardo-paes-derrota-crivella-e-sera-mais-uma-vez-o-prefeito-do-rio-de-janeiro.html?rel=listapoyo?rel=listapoyo>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- BEZERRA, E. M. **Orixás, caboclos e guias: deuses ou demônios?** 17. ed. Rio de Janeiro: Unipro Editora, 2017.
- BIRMAN, P. Destino dos homens e sacrifício animal: interpretações em confronto. **Comunicações do Iser: a dança dos sincretismos**, n. 45, ano 13, 1994.
- _____. O bispo, o povo e a TV: alguns efeitos, talvez inesperados da presença política recente dos pentecostais. **Cadernos de Conjuntura**, n. 54, Rio de Janeiro: IUPERJ, 1996.
- _____. Males e maléficos no discurso neopentecostal. *In:* _____; NOVAES, Regina; CRESPO, Samira (org.). **O mal à brasileira**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1997.
- BOISSEVAIN, J. Apresentando “Amigos de amigos: redes sociais, manipuladores e coalizões”. *In:* FELDMAN-BIANCO, B. **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: 1987, p. 195-226.
- BOLTANSKI, L.; THEVENOT, L. The sociology of critical capacity. **European Journal of Social Theory**, v. 2, n. 3, p. 359-377, 1999.
- BORGES, N. Crivella corta apoio à procissão do Barco de Iemanjá. **Esquerda Diário**, 28 nov. 2017. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Crivella-corta-apoio-a-procissao-do-Barco-de-Iemanja>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BRONSZTEIN, K. P.; RODRIGUES, E. G. B. O ethos da Mulher V: consumo e construção da identidade feminina na Igreja Universal. **Lumina**, [s. l.], v. 10, n. 1, 2016.
- _____; _____; FALCÃO, C. C. Da terapia à sala de aula: o ethos do homem H e a construção da identidade masculina na marca The Love School. **Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos**, v. 17, n. 3, p. 341-352, 2015.
- BRUNO, C. De olho em 2020, Crivella comemora polêmica na Bienal do Livro. **O Dia**, 2019. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/colunas/informe-do-dia/2019/09/5679634-de-olho-em-2020--crivella-comemora-polemica-na-bienal-do-livro.html>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- BURITY, J. A. Religião, política e cultura. **Tempo Social**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 83-113, 2008.
- BURKE, P. **Cultura popular na Idade Moderna**. Tradução de Denise Bottmann. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

- BUTLER, J. **Notes toward a performative theory of assembly**. Cambridge, MA; London: Harvard University Press, 2015.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Pesquisa simplificada**. Atividade Legislativa. Projetos de Lei e outras Proposições. Brasília, [s. d.]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/buscaProposicoesWeb/pesquisaSimplificada>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- CAMPOS, L. S. **Teatro, tempo e mercado**. Petrópolis: Vozes; UESP, 1997.
- _____. El campo religioso brasileño: pluralismo y cambios sociales. Protestantismo y pentecostalismo entre los años 1970 e 2000. **Sociedad y Religión**, v. 20, n. 30/31, p. 31-59, 2008.
- CAPELLI, P. Crivella é aconselhado a não ir à Sapucaí. **O Dia**, Rio de Janeiro, 8 fev. 2018. Disponível em: https://odia.ig.com.br/_conteudo/2018/02/colunas/informe-dodia/5511734-quando-o-samba-acabou.html. Acesso em: 16 dez. 2022.
- CAPETTI, P. Ibope: Crivella tem o maior índice de rejeição do país. **Extra**, 9 out. 2020. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/ibope-crivella-tem-maior-indice-de-rejeicao-do-pais-24684451.html>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- CAPLER, R. O aumento da intolerância religiosa. **Veja**, 1º ago. 2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/matheus-leitao/o-aumento-da-intolerancia-religiosa/>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- CARTA CAPITAL. Igreja Católica se divide na eleição no Rio de Janeiro. 26 out. 2016a. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/igreja-catolica-se-divide-na-eleicao-no-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- _____. PEC 55, que congela gastos sociais, é aprovada em 2º turno no Senado. 13 dez. 2016b. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/pec-que-congela-gastos-sociais-e-aprovada-em-segundo-turno-no-senado>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- _____. Religiões de matriz africana se unem contra decreto de Crivella no Rio. 24 ago. 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/religoes-de-matriz-africana-se-unem-contradecreto-de-crivella-no-rio/>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- _____. Uma janela de oportunidades contra o racismo religioso na TV. 9 jul. 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/uma-janela-de-oportunidades-contrao-racismo-religioso-na-tv/>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- CARVALHO, J. N. A. de C. **A construção da imagem de Marcelo Crivella nas eleições nas páginas do jornal O Globo durante as eleições municipais de 2008**. 2008. Trabalho de conclusão de curso. (Graduação em Jornalismo) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- CASANOVA, J. **Public religions in the modern world**. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.

- _____. Reconsiderar la secularización: una perspectiva comparada mundial. **Relaciones Internacionales**, Madrid, n. 7, p. 1-20, 2008.
- _____. **Public religions revisited**. Berlin: Heinrich-Böll Foundation; UNRISD, 2009.
- CASCUDO, C. **Folclore**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1975.
- CATROGA, F. **Entre deuses e césaes: secularização, laicidade e religião civil**. Coimbra: Almedina, 2006.
- CAVALCANTI, M. L. V. de C. **Carnaval carioca: dos bastidores ao desfile**. Rio de Janeiro: Funarte/UFRJ, 2008.
- CERQUEIRA, S.; MORAES, P. Conheça as propostas de Marcelo Crivella. **Veja Rio**, 17 set. 2016. Disponível em: <https://vejario.abril.com.br/cidade/conheca-as-propostas-de-marcelo-crivella/>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. v. 1.
- CHAGAS, T. Igreja Universal realiza ações sociais em escolas do Rio e se torna alvo de críticas da Globo. **Gospel**, 9 nov. 2017. Disponível em: <https://noticias.gospelmais.com.br/universal-acoes-sociais-escolas-rio-criticas-globo-93796.html>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- CONTINS, M. **Tornando-se um pentecostal: um estudo comparativo sobre pentecostais negros nos EUA e no Brasil**. 1995. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.
- CORPOS VISÍVEIS. **Nota de repúdio e convocatória de apoio**. Rio de Janeiro, 5 jun. 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/corposvisiveis/posts/1016997605122535>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- CORREIO BRAZILIENSE. **Cesar Maia acusa o PRB de ter ligação com a Igreja Universal**. Brasília, 4 jul. 2008. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2008/07/04/interna_politica_17118/cesar-maia-acusa-o-prb-de-ter-ligacao-com-a-igreja-universal.shtml. Acesso em: 16 dez. 2022.
- CPDOC. **Marcelo Bezerra Crivella**. Rio de Janeiro: FGV, [s. d.]. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/crivella-marcelo>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- CUNHA, C. V. da; LOPES, P. V. L.; LUI, J. **Religião e política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições 2014**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll; Instituto de Estudos da Religião, 2017.
- CUNHA, M. do N. **Explosão gospel: um olhar das ciências humanas sobre o cenário evangélico contemporâneo**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

- _____. **Do púlpito às mídias sociais:** evangélicos na política e ativismo digital. Curitiba: Prismas, 2017.
- _____. Os processos de midiaticização das religiões no Brasil e o ativismo político digital evangélico. **Revista FAMECOS**, v. 26, n. 1, p. e30691, 2019.
- _____. A falácia da retórica sobre “cristofobia”. **Carta Capital**. Diálogos da Fé. 23 set. 2020a. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/magali-cunha-a-falacia-da-retorica-sobre-cristofobia/>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- _____. Notas preliminares sobre religião nas eleições 2020. **Carta Capital**. Diálogos da Fé. 18 nov. 2020b. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/notas-preliminares-sobre-religiao-nas-eleicoes-2020/>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- CYFER, I. A bruxa está solta: os protestos contra a visita de Judith Butler ao Brasil à luz de sua reflexão sobre ética, política e vulnerabilidade. **Cadernos Pagu**, n. 53, 2018.
- D’AGOSTINO, R. Datafolha para prefeito no Rio por sexo, idade, escolaridade, renda e religião. **G1**. Eleições 2016. Eleição em números. 10 set. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2016/blog/eleicao-2016-em-numeros/post/datafolha-para-prefeito-no-rio-por-sexo-idade-escolaridade-renda-e-religiao8set.html>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISA. Crivella é reprovado pela maioria (58%) dos moradores do Rio. **Folha de S.Paulo**, 26 mar. 2018. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2018/03/1962258-crivella-e-reprovado-pela-maioria-58-dos-moradores-do-rio.shtml>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- DIÁRIO DO RIO. Paes vai para a Justiça contra Crivella por tentativa de fazer uma Fazenda Canaã no Rio. Rio de Janeiro, 19 jun. 2021. Disponível em: <https://diariodorio.com/paes-vai-para-a-justica-contra-crivella-por-tentativa-de-fazer-uma-fazenda-canaa-no-rio/>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- DINIZ, A. Crivella será, de novo, alvo de críticas no Carnaval do Rio. **Carta Capital**, 9 fev. 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/cultura/crivella-sera-de-novo-alvo-de-criticas-no-carnaval-do-rio/>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- DROGERS, A. A religiosidade mínima brasileira. **Religião e Sociedade**, v. 14, n. 2, p. 62-86, 1987.
- DUARTE, L. F. D. *et al.* (org.). **Valores religiosos e legislação no Brasil:** a tramitação de projetos de lei sobre temas controversos. Rio de Janeiro: Garamond/Faperj, 2009.
- _____. *et al.* Família, reprodução e ethos religioso: subjetivismo e naturalismo como valores estruturantes. In: _____. *et al.* (org.). **Família e religião**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2006. p. 15-25.
- DULLO, E. Após a antropologia/sociologia da religião, o secularismo? **Mana**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 379-391, ago. 2012.

- DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**: o sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- EHRlich, M. Carnaval do Rio capta R\$ 41 milhões em patrocínios. **Janela Publicitária**. 2018. Disponível em: <https://www.janela.com.br/2019/02/15/carnaval-do-rio-capta-41-milhoes-em-patrocínios/>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- ESTADÃO. Relembre as denúncias e investigações sobre a Igreja Universal. 11 ago. 2009. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/noticias/geral,relembre-as-denuncias-e-investigacoes-sobre-a-igreja-universal,416987>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- _____. Livro mapeia remoções de moradores na gestão de Eduardo Paes. 24 abr. 2015. Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/blogs/estadao-rio/livro-mapeia-remocoes-de-moradores-na-gestao-de-eduardo-paes/>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- _____. Edir Macedo declara apoio a Bolsonaro. **UOL**. UOL Eleições 2018. 30 set. 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/agencia-estado/2018/09/30/edir-macedo-declara-apoio-a-bolsonaro.htm>. Acesso em: 4 jan. 2022.
- _____. Prefeito conclui privatização do carnaval e quer licitar desfile de novo. Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,prefeito-conclui-privatizacao-do-carnaval-equer-licitar-desfile-de-novo-imp-,994430>. Acesso em: 16 dez. 2022. Página retirada do ar posteriormente.
- EXAME. STF tem entendido que nomear parente para cargo político não é nepotismo. 13 jul. 2019. Disponível em: <https://exame.com/brasil/stf-tem-entendido-que-nomear-parente-para-cargo-politico-nao-e-nepotismo/>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- EXTRA. Datafolha mostra Gabeira tecnicamente empatado com Crivella. Ibope e Datafolha mostram Paes na liderança. 27 set. 2008. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/datafolha-mostra-gabeira-tecnicamente-empatado-com-crivella-ibope-datafolha-mostram-paes-na-lideranca-582339.html>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- _____. Crivella: “Gabeira defende homem com homem e maconha”. Pesquisa mostra ex-bispo na frente da disputa para prefeito do Rio. 14 dez. 2010. Disponível em: <http://extra.globo.com/noticias/brasil/crivella-gabeira-defende-homem-com-homem-maconha-pesquisa-mostra-ex-bispo-na-frente-da-disputa-para-prefeito-do-rio-482311.html>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- _____. Justiça suspende decreto de Crivella que dava ao prefeito o poder de autorizar eventos. Notícias. 23 jan. 2018. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/justica-suspende-decreto-de-crivella-que-dava-ao-prefeito-poder-de-autorizar-eventos-22319313.html>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- FARNEZI, E. Crivella admite que censurou evento que, em sua opinião, ofendia liberdade religiosa. **O Globo**, Rio de Janeiro, 6 jun. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/crivella-admite-que-censurou-evento-que-em-sua-opinioao-ofendia-liberdade-religiosa-22750798>. Acesso em: 16 dez. 2022.

- FECHINNE, Y.; BRONZSTEIN, K. P. Consumo transmídias de conteúdos televisivos: explorações em torno de uma agenda de investigação. **Revista FAMECOS**, v. 23, n. 1, 2016.
- FERRETI, S. F. Sincretismo e hibridismo na cultura popular. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 11, n. 21, p. 15-34, 2014.
- FIOROTTI, S. A. **A Igreja Universal e o espírito da palhota**: análise dos discursos “religiosos” e “políticos” da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) no sul de Moçambique. 2017. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- FOLHA DE S.PAULO. Evangélico se diz vítima de preconceito. 23 ago. 2006. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2308200626.htm>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- _____. Exército liga assessor de senador a tráfico. 19 jun. 2008a. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1906200808.htm>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- _____. Em passeata, Crivella se diz vítima de intolerância religiosa. 22 set. 2008b. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2209200810.htm>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- _____. Crivella descarta influência religiosa no corte de verba às escolas de samba. 19 jun. 2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/06/1894076-crivella-descarta-influencia-religiosa-no-corte-de-verba-as-escolas-de-samba.shtml>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- _____. Record News é obrigada a exibir programas sobre religiões afro após processo. 15 jul. 2019a. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/07/record-news-leva-ao-ar-programas-sobre-religioes-afro-apos-acao-judicial.shtml>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- _____. Comissão aprova que eventos de igrejas possam receber recursos via Lei Rouanet. 5 nov. 2019b. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/11/comissao-aprova-que-eventos-promovidos-por-igrejas-possam-receber-recursos-via-lei-rouanet.shtml?origin=folha>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- FOLHA GOSPEL. Marcelo Crivella desabafa e acusa manipulação de “O Globo”. 7 nov. 2008. Disponível em: <https://folhagospel.com/marcelo-crivella-desabafa-e-acusa-manipulacao-de-o-globo/>. Acesso em: 5 jan. 2023.
- FONSECA, A. B. Foram os evangélicos que elegeram Bolsonaro? **IHU On-line**, 7 nov. 2018. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/584446-foram-os-evangelicos-que-elegeram-bolsonaro>. Acesso em: 16 dez. 2022.

- FÓRUM. Igreja Universal relança livro que trata religiões afro-brasileiras como “demoníacas”. 5 ago. 2019. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/brasil/2019/8/5/igreja-universal-relana-livro-que-trata-religies-afro-brasileiras-como-demoniacas-59562.html>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- FOUCAULT, M. Governamentalidade. *In*: MACHADO, R. (org.). **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 277-293.
- _____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- _____. **Segurança, população e território**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- _____. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- FREIRE, Q. G. 16 momentos do governo Eduardo Paes – do pior ao melhor. **Diário do Rio**, 30 dez. 2016. Disponível em: <https://diariodorio.com/13-momentos-do-governo-eduardo-paes-do-pior-ao-melhor/>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- FRESTON, P. Breve história do pentecostalismo brasileiro. *In*: ANTONIAZZI, A. *et al.* **Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo**. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 67-162.
- _____. The Universal Church of the Kingdom of God: a Brazilian church finds success in Southern Africa. **Journal of Religion in Africa**, v. 35, n. 1, pp. 33-65, fev. 2005.
- GABRIEL, R. de S. Bial do Livro reforça debate sobre diversidade para espantar sombra do ataque conservador de Crivella em 2019. **O Globo**, 2 dez. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/livros/20-bial-do-livro-do-rio-reforca-debate-sobre-diversidade-para-espantar-sombra-do-ataque-conservador-de-crivella-em-2019-25301893>. Acesso em: 13 dez. 2021.
- GERALDO, P. H. B. O senador e o bispo: as estratégias de construção identitária nas eleições municipais cariocas de 2004. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, p. 97-129, 2012.
- GIUMBELLI, E. A vontade do saber: terminologias e classificações sobre o protestantismo brasileiro. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 9-25, 2001.
- _____. **O fim da religião: dilemas da liberdade religiosa no Brasil e na França**. São Paulo: Attar Editorial, 2002. p. 341-350.
- _____. A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, 2008.
- _____. Cultura pública: evangélicos y su presencia en la sociedad brasileña. **Sociedad y Religion**, Buenos Aires, v. 23, n. 40, p. 13-43, 2013.
- _____. **Símbolos religiosos em controvérsias**. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

- _____. Sentidos da cultura em suas relações com a religião: políticas culturais e diversidade religiosa no Brasil. **Dados:** Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 64, n. 4, 2021.
- GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana.** Petrópolis: Vozes, 2002.
- GÓIS, A. Pelo 2º ano seguido, Crivella nega apoio ao Barco de Iemanjá. **G1.** Réveillon. 4 dez. 2018. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/pelo-2-ano-seguido-crivella-nega-apoio-ao-barco-de-iemanja.html>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- GOMES, E. de C. Onde está o pluralismo: manifestações da religião na metrópole. **Enfoques:** Revista Eletrônica dos Alunos do PPGSA/IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 50-72, 2008.
- _____. Fé racional e aborto: família e aborto a partir da ótica da IURD. **Sexualidad, Salud y Sociedad,** Rio de Janeiro, v. 2, p. 97-120, 2009a.
- _____. Entre o “inter” e o “exclusivo”: reflexões sobre o contexto religioso contemporâneo. **Comunicações do Iser,** v. 63, 2009b.
- _____. **A era das catedrais:** a autenticidade em exibição – uma etnografia. Rio de Janeiro: Garamond; Faperj, 2011.
- _____; BIZARRIA, J.; PEREIRA, P. O. Destruição e resistência de imagens e objetos: políticas de morte e memória. *In:* OLIVEIRA, M. A. S. A. de *et al.* (coord.). **Ensaio sobre memória.** 1. ed. Leiria: Escola Superior de Educação e Ciências Sociais – Politécnico de Leiria, 2020. v. 2. p. 118-156.
- _____; COSTA, A. L. da. Religião e raça em articulações necessárias e insurgentes. *In:* RAMOS, F.; GONDAR, J. (org.). **Memória e resistência:** nos interstícios do poder. Rio de Janeiro: 7Letras, 2022. v. 2.
- _____; LEITE, M. S. T. Diversos estilos, arquiteturas e paisagens múltiplas. *In:* _____. OLIVEIRA, P. L. de (ed.). **Olhares sobre o patrimônio religioso.** Rio de Janeiro: Mar de Ideias, 2016. p. 272-302.
- _____; _____. A religião no poder executivo: controvérsias sobre cultura no mandato de Crivella no Rio de Janeiro. **Religare:** Dossiê Fundamentalismo Religioso, Política e Laicidade II, v. 6, n. 1, p. 85-117, 2019.
- _____; NATIVIDADE, M. T.; MENEZES, R. A. Proposições de leis e valores religiosos: controvérsias no espaço público. *In:* DUARTE, L. F. D. *et al.* **Valores religiosos e legislação no Brasil:** a tramitação de projetos de lei sobre temas morais controversos. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- _____; OLIVEIRA, L. C. **A tradição dos orixás:** valores civilizatórios afrocentrados. Rio de Janeiro: Mar de Ideias, 2019. v. 6.

- _____. Memórias documentadas do grupo “Tradição dos Orixás”: reações, resistência e ressonâncias afro-brasileiras dos anos 1980. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 3, p. 25-49, 2021.
- GOMES, M.; ABREU, R. TRF-2 mantém condenação de contraventores do RJ. **G1**, 16 maio 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/05/16/trf-2-ja-tem-maioria-para-manter-condenacao-de-contraventores-do-rj.ghtml>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- GRACINO JUNIOR, P.; GOULART, M.; FRIAS, P. “Os humilhados serão exaltados”: ressentimento e adesão evangélica ao bolsonarismo. **Caderno Metropolitano**, São Paulo, v. 23, n. 51, p. 547-579, 2001.
- GRINBERG, F.; RISTOW, F. Crivella manda recolher HQ dos Vingadores com beijo gay; Bienal se recusa. **O Globo**, 5 set. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/crivella-manda-recolher-hq-dos-vingadores-com-beijo-gay-bienal-se-recusa-23930534>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- GUIMARÃES, H. Carnaval 2019: sem apoio da Uber, desfile da Intendente Magalhães está em risco. **Extra**, 1º dez. 2018. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/carnaval-2019-sem-apoio-da-uber-desfile-da-intendente-magalhaes-esta-em-risco-23273068.html>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- G1. Paes dá mais patrocínio a escolas de samba: “importante ajudar mais”. 3 set. 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/carnaval/2016/noticia/2015/09/paes-da-mais-patrocínio-escolas-de-samba-importante-ajudar-mais.html>. Acesso em: 4 jan. 2023.
- _____. Marcelo Crivella é entrevistado no RJTV. 21 set. 2016a. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/eleicoes/noticia/2016/09/marcelo-crivella-e-entrevistado-no-rjtv.html>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- _____. Abstenções superam votos em Freixo, e “não voto” passa Crivella. Eleições 2016. 30 out. 2016b. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/eleicoes/2016/noticia/2016/10/eleicao-no-rio-tem-13-milhao-de-abstencoes.html>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- _____. Rio de Janeiro. Resultado da Apuração. Eleições 2016. 2016c. Disponível em: <http://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/eleicoes/2016/apuracao/rio-de-janeiro.html>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- _____. Prefeitura do Rio faz censo religioso na Guarda Municipal. 9 ago. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/prefeitura-do-rio-faz-censo-religioso-na-guarda-municipal.ghtml>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- _____. Crivella viaja à Europa durante carnaval do Rio e confirma ausência de desfiles. 11 fev. 2018a. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/carnaval/2018/noticia/crivella-viaja-a-europa-durante-carnaval-do-rio-e-confirma-ausencia-de-desfiles.ghtml>. Acesso em: 16 dez. 2022.

_____. Crivella diz que espetáculo com Jesus travesti ofende 'consciência dos cristãos'. 6 jun. 2018b. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/crivella-diz-que-espetaculo-com-jesus-travesti-ofende-consciencia-dos-cristaos.ghtml>. Acesso em: 16 dez. 2022.

_____. Crivella diz que respeita o carnaval, mas deixa recado sobre investimentos: “Precisamos desmamar”. 3 mar. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/carnaval/2019/noticia/2019/03/03/crivella-diz-que-respeita-o-carnaval-mas-deixa-recado-sobre-investimentos-precisamos-desmamar.ghtml>. Acesso em: 16 dez. 2022.

_____. Eduardo Paes, do DEM, é eleito prefeito do Rio de Janeiro. 29 nov. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/11/29/eduardo-paes-do-dem-e-eleito-prefeito-do-rio-de-janeiro.ghtml>. Acesso em: 16 dez. 2022.

HERVIEU-LÉGER, D. **O peregrino e o convertido**: a religião em movimento. Petrópolis: Vozes, 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010. [S.d.]. Disponível em: [https://censo2010.ibge.gov.br/noticiascenso?id=3&idnoticia=2170&view=noticia#:~:text=Em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20aos%20evang%C3%A9licos%2C%20a,Piauí%20\(9%2C7%25](https://censo2010.ibge.gov.br/noticiascenso?id=3&idnoticia=2170&view=noticia#:~:text=Em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20aos%20evang%C3%A9licos%2C%20a,Piauí%20(9%2C7%25). Acesso em: 16 dez. 2022.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. Religião e política. A instrumentalização recíproca. Entrevista especial com Ricardo Mariano. **IHU On-line**, 5 nov. 2012. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/515175-religiao-e-politica-a-instrumentalizacao-reciproca-entrevista-especial-com-ricardo-mariano>. Acesso em: 16 dez. 2022.

_____. Foram os evangélicos que elegeram Bolsonaro? **IHU On-line**, 7 nov. 2018. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/584446-foram-os-evangelicos-que-elegeram-bolsonaro>. Acesso em: 16 dez. 2022.

INSTITUTO PARACLETO. Rio de Janeiro e Vitória, crescimento evangélico desde 1990. **Blog Paracleto**, 25 set. 2014. Disponível em: <https://institutoparacleto.org/2014/09/25/rio-de-janeiro-e-vitoria-crescimento-evangelico-desde-1990/>. Acesso em: 16 dez. 2022.

ISQUIERDO, A. Um alerta aos pais!... [tweet]. **Twitter**, 5 set. 2019 [12h37]. Disponível em: <https://twitter.com/isquierdorior/status/1169635698078617603>. Acesso em: 16 dez. 2022.

JESUS, D. S. V.; GOBO, K. Cultura em tempos de Crivella: Executivo e bancada evangélica do Legislativo na área de cultura no Rio de Janeiro em 2017. **Políticas Culturais em Revista**, v. 11, n. 2, p. 247-273, 2019.

JORNAL DO BRASIL. Rei Momo recebe as chaves da cidade pelo presidente da Riotur. 9 fev. 2018. Disponível em: <https://www.jb.com.br/rio/noticias/2018/02/09/rei-momo-recebe-as-chaves-da-cidade-pelo-presidente-da-riotur/>. Acesso em: 16 dez. 2022.

- LABRANHO, L. Crivella usou gráfica da Universal, diz Folha. **Congresso em Foco**, 6 jul. 2008. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/crivella-usou-grafica-da-universal-diz-folha/>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- LEITE, M. S. T. **Força Jovem Universal**: estratégias para a juventude da IURD. 2016. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- LEVY, C. Silas Malafaia sobre esquerda: “Não tem moleza, é pau, é ideológico”. **Pública**, 19 nov. 2010. Disponível em: <https://apublica.org/2020/11/silas-malafaia-sobre-esquerda-nao-tem-moleza-e-pau-e-ideologico/>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- LUNA, N. Aborto e células-tronco embrionárias na campanha da fraternidade: ciência e ética no ensino da Igreja. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 74, p. 91-105, 2010a.
- _____. Embriões no Supremo: ética, religião e ciência no tribunal. **Teoria & Sociedade**, v. 18, p. 168-203, 2010b.
- _____. A construção do fato científico: as representações sobre células-tronco. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 56, p. 321-358, 2013.
- _____; GOMES, E. de C. O debate legislativo sobre aborto e diversidade sexual nas eleições de 2018: uma mirada antropológica sobre a onda conservadora. **Dados** [s. d.], [no prelo].
- MACEDO, A. Rodas de samba no Rio não precisam obter alvará transitório. **Extra**, 18 jul. 2017. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/extra-extra/rodas-de-samba-no-rio-nao-precisam-obter-alvara-transitorio-21602843.html>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- MACHADO, M. das D. C. Corpo e moralidade sexual em grupos religiosos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 1, p. 7-27, 1995.
- _____. Conversão religiosa e a opção pela homossexualidade em tempos de Aids: notas de uma pesquisa. **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 275-301, 1998.
- _____. Representações e relações de gênero nos grupos pentecostais. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 387-396, maio-ago. 2005.
- _____. **Política e religião**: a participação dos evangélicos nas eleições. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- _____. Religião e política no Brasil contemporâneo: uma análise dos pentecostais e carismáticos católicos. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, p. 45-72, 2015.
- _____. O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 26, n. 2, 2017.

- _____; BURITY, J. A ascensão política dos pentecostais no Brasil na avaliação de líderes religiosos. **Dados**, v. 57, n. 3, 2014.
- MACHADO, R.; FACHIN, P. Gestão Crivella e a experiência-modelo do projeto da IURD. Entrevista especial com Renata Menezes e Lívia Reis. **IHU On-line**, Instituto Humanitas Unisinos, 19 jul. 2019. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/569754-gestao-crivella-e-a-experiencia-modelo-do-projeto-da-iurd-entrevista-especial-com-renata-menezes-e-livia-reis>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- MAFRA, C. **Na posse da palavra**: religião, conversão e liberdade pessoal em dois contextos nacionais. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.
- _____. A “arma da cultura” e os “universalismos parciais”. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 607-624, 2011.
- MAGGIE, Y. **Medo do feitiço**: relações entre magia e poder no Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- MAIA, G. Crivella começa e termina discurso da vitória no Rio agradecendo a Deus. **UOL**, 30 out. 2006. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2016/noticias/2016/10/30/crivella-comeca-e-termina-discurso-da-vitoria-no-rio-agradecendo-a-deus.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- MARCHESI, V. B. dos S.; ROSA, P. O.; RESENDE, P. E. da R. Conjugalidade e racionalidade neoliberal na Igreja Universal: a conversão do *homo oeconomicus* em família-empresa e a submissão da mulher. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 1, p. 101-124, 2021.
- MARIANO, R. Os neopentecostais e a Teologia da Prosperidade. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 1, n. 44, p. 24-44, mar. 1996.
- _____. Crescimento pentecostal no Brasil: fatores internos. **REVER**: Revista de Estudos da Religião, São Paulo, v. 8, p. 68-95, 2008.
- _____. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. **Civitas**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 238-258, 2011.
- _____; OLIVEIRA, R. E. S. de. O senador e o bispo: Marcelo Crivella e o seu dilema shakespeariano. **Interações**: Comunicação e Sociedade, v. 4, n. 6, p. 81-106, 2009.
- MARIZ, C. Libertação e ética: uma análise do discurso de pentecostais que se recuperaram do alcoolismo. In: ANTONIAZZI, A. *et al.* **Nem anjos nem demônios**: interpretações sociológicas do pentecostalismo. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 204-224.
- _____. Perspectivas sociológicas sobre o pentecostalismo e neopentecostalismo. **Revista de Cultura Teológica**, Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, ano 3, n. 13, 1995.

- _____. A Teologia da Batalha Espiritual: uma revisão da bibliografia. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 47, p. 33-48, 1999.
- MARQUES, J.; DIEGUES, L.; YUKARI, D. Abstenção na eleição cresce 124% entre eleitores de 18 anos e supera avanço dos mais velhos. **Folha de S.Paulo**, 12 dez. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/12/abstencao-na-eleicao-cresce-124-entre-eleitores-de-18-anos-e-supera-avanco-dos-mais-velhos.shtml>. Acesso em: 4 jan. 2023.
- MARTÍN, M. Queda de braço entre Crivella e escolas de samba ameaça o Carnaval 2018 no Rio. **El País**. Cultura. Rio de Janeiro, 16 jun. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/15/cultura/1497557739_810021.html. Acesso em: 16 dez. 2022.
- MARTINS, F. É lei! Decreto cria rede carioca das rodas de samba. **O Dia**, 2 dez. 2015. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2015-12-02/e-lei-decreto-cria-rede-carioca-das-rodas-de-samba.html>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- MASELLI, J. Sem Crivella, chaves do Rio são entregues ao Rei Momo na Sapucaí. Carnaval 2017 no Rio de Janeiro. **G1**, 24 fev. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/carnaval/2017/noticia/chaves-do-rio-sao-entregues-ao-rei-momo-na-sapucaia.ghtml>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- MATTOS, G. Escolas de samba contam com o apoio de Crivella para fazer o Carnaval de 2017. **O Dia**, 5 nov. 2016. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2016-11-06/escolas-de-samba-contam-com-o-apoio-de-crivella-para-fazer-o-carnaval-de-2017.html>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- MAURICIO JUNIOR, C. “Acordamos, somos cidadãos”: os evangélicos e a constituição ética de si na relação com o político. **Revista AntHropológicas**, ano 23, v. 30, n. 1, p. 99-135, 2019.
- MENDONÇA, A. V. Escolas de samba continuam em busca de soluções para viabilizar o carnaval de 2018. **G1**. Carnaval 2018 no Rio de Janeiro. 17 jul. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/carnaval/2018/noticia/escolas-de-samba-continuam-em-busca-de-solucoes-para-viabilizar-o-carnaval-de-2018.ghtml>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- _____; BOECKEL, C. Crivella “bate o martelo” e diz que escolas de samba não terão subsídios da Prefeitura no carnaval de 2020. **G1**, 30 ago. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/carnaval/2020/noticia/2019/08/30/crivella-bate-o-martelo-e-diz-que-escolas-de-samba-nao-terao-subsidios-da-prefeitura-no-carnaval-de-2020.ghtml>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- MÍDIA NINJA. Monopólio da AmBev defendido pela prefeitura revoltou camelôs no carnaval do Rio. 24 fev. 2018. Disponível em: <https://midianinja.org/news/monopolio-da-ambev-defendido-pela-prefeitura-revoltou-camelos-no-carnaval-do-rio/>. Acesso em: 16 dez. 2022.

- MIRANDA, A. P. M. de. A força de uma expressão: intolerância religiosa, conflitos e demandas por reconhecimento de direitos no Rio de Janeiro. **Comunicações do Iser**, Rio de Janeiro, v. 66, p. 60-73, 2012.
- _____.; BONIOLO, R. M. “Em público, é preciso se unir”: conflitos, demandas e estratégias políticas entre religiosos de matriz afro-brasileira na cidade do Rio de Janeiro. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 2, p. 86-119, 2017.
- MOLICA, F. Em livro, Crivella ataca religiões e homossexualidade: “terrível mal”. **O Globo**, 16 out. 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/em-livro-crivella-ataca-religoes-homossexualidade-terrivel-mal-20296731>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- MONTERO, P. Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso. **Religião e Sociedade**, v. 32, n. 1, 167-183, 2012.
- _____. Introdução. In: _____. (org.). **Religiões e controvérsias públicas: experiências, práticas sociais e discursos**. São Paulo: Terceiro Nome, 2015. p. 11-25.
- _____. “Religiões públicas” ou religião no espaço público? Para uma crítica ao conceito de campo religioso em Pierre Bourdieu. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 128-150, 2016.
- _____. Secularism and religion in the public sphere in contemporary Brazil. In: SCHMIDT, B. E.; ENGLER, S. (org.). **Handbook of Contemporary Religions in Brazil**. Leiden; Boston: Brill, 2017. p. 379-394.
- _____. Religião cívica, religião civil, religião pública: continuidades e discontinuidades. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 19, n. 33, p. 15-39, 2018.
- _____.; BRUM, A.; QUINTANILHA, R. Ritos católicos e ritos civis: a configuração da fala pública da Igreja Católica em dois atos em memória de Vladimir Herzog (1975/2015). **Mana: Estudos de Antropologia Social**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 705-735, 2016.
- MOREIRA, D. D. S. A trajetória de Marcelo Crivella: de cantor gospel a prefeito da segunda maior cidade brasileira em 2016. **Revista Brasileira de História das Religiões**, ANPUH, ano 13, n. 39, p. 43-62, 2021.
- NATIVIDADE, M. **Margens da política: direitos sexuais, Estado e religiões**. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.
- _____. Prelúdio: entre movimentos, políticas, poéticas e zonas de aparecimento. In: NASCIMENTO, S.; FRANCH, M. (org.). **Entre o sertão e o mar: políticas e poéticas LGBTs na Paraíba**. 1. ed. João Pessoa: Devires, 2018.
- _____.; LOPES, P. V. L. Os direitos das pessoas GLBT e as respostas religiosas: da parceria civil à criminalização da homofobia. In: DUARTE, L. F. D. *et al.* (org.). **Valores religiosos e legislação no Brasil: a tramitação de projetos de lei sobre temas morais controversos**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

- _____; OLIVEIRA, L. de. Sexualidades ameaçadoras: religião e homofobia(s) em discursos evangélicos conservadores. **Sexualidade, Salud y Sociedad** – Revista Latinoamericana, n. 2, p. 121-161, 2009.
- _____; _____. **As novas guerras sexuais: diferença, poder religioso e identidade LGBT no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.
- NIKLAS, J. Grupos culturais protestam contra fechamento da Casa do Jongo da Serrinha. **O Globo**, 9 jan. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/grupos-culturais-protestam-contrafechamento-da-casa-do-jongo-da-serrinha-22271173>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- NOGUEIRA, I. Marcelo Crivella é eleito no Rio com 59,36% dos votos válidos. **Folha de S.Paulo**, 30 out. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes-2016/2016/10/1827834-datafolha-projeta-vitoria-de-marcelo-crivella-no-rio-com-5878-dos-votos-validos.shtml>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.
- ODEVEZA, J. Racismo na TV: a luta nos tribunais contra a discriminação das religiões afro-brasileiras. **JusDh**, 12 jul. 2019. Disponível em: <http://www.jusdh.org.br/2019/07/12/racismo-na-tv-a-luta-nos-tribunais-contraa-discriminacao-das-religioes-afro-brasileiras/>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- O DIA. “Chapeuzinho Zé Pilintra”: fala de Crivella é criticada na internet. Rio de Janeiro, 28 nov. 2020. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/eleicoes/2020/11/6036398-chapeuzinho-ze-pilintra-fala-de-crivella-e-criticada-na-internet.html>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- OLIVEIRA, R. C. de. Os (des)caminhos da identidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 42, 2000.
- OLIVEIRA JUNIOR, M. C. de. **Carnaval e poderes no Rio de Janeiro: escolas de samba entre a Liesa e Crivella**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- OLIVEN, R. G. Cultura brasileira e identidade nacional (o eterno retorno). In: MICELI, S. (org.). **O que ler na ciência social brasileira 1970-2002**. São Paulo: Sumaré, 2002. p. 15-43.
- ORO, A. P. Neopentecostais e afro-brasileiros: quem vencerá esta guerra? **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 1, n. 1, p. 10-36, nov. 1997.
- ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- _____. Imagens do Brasil. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 28, n. 3, p. 609-633, dez. 2013.
- PAULA, D. de. Prefeitura vai criar áreas específicas para o carnaval de rua do Rio. **O Globo**, Rio de Janeiro, 23 ago. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/prefeitura->

vai-criar-areas-especificas-para-carnaval-de-rua-do-rio-21736947. Acesso em: 16 dez. 2022.

- PEREIRA, M. do M. Os discursos de gênero: mudança e continuidade nas narrativas sobre diferenças, semelhanças e (des)igualdade entre mulheres e homens. *In*: WALL, K.; ABOIM, S.; CUNHA, V. (coord.). **A vida familiar no masculino: negociando velhas e novas masculinidades**. Lisboa: Editorial do Ministério da Educação, 2010. p. 225-261.
- PIERUCCI, A. F. Reencantamento e dessecularização: a propósito do autoengano em sociologia da religião. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 49, p. 99-117, nov. 1997.
- PIRES, R. Crivella: “Carnaval é um bebê parrudo que precisa ser desmamado e andar com as próprias pernas”. **G1**, 15 fev. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/carnaval/2019/noticia/2019/02/15/crivella-carnaval-e-um-bebe-parrudo-que-precisa-ser-desmamado-e-andar-com-as-proprias-pernas.ghtml>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- PORTAL EBC. Saiba como votou cada senador no processo de impeachment de Dilma. 11 maio 2016. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/noticias/politica/2016/05/saiba-como-votou-cada-senador-no-processo-de-impeachment-de-dilma>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- PRATA PRETA. Nós do Cordão do Prata Preta, oriundos do bairro da Saúde, viemos a público denunciar a atual situação da região portuária... [post]. **Facebook**. 28 jun. 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/prata.preta.9/posts/1821740384574132>. Acesso em: 4 jan. 2023.
- PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. Decreto Rio nº 41.827, de 14 de junho de 2016. Simplifica e consolida os procedimentos relativos a licenciamento de estabelecimentos no Município do Rio de Janeiro. **DOM**, 14 jun. 2016. Disponível em: http://smaonline.rio.rj.gov.br/legis_consulta/52090Dec%2041827_2016. Acesso em: 16 dez. 2022.
- _____. Decreto “Rio ainda mais fácil eventos” simplifica aprovação de eventos no Rio. 6 jun. 2017a. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?id=7075608>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- _____. **Decreto nº 43.423, de 17 de julho de 2017**. Dispõe sobre os procedimentos de autorização de Rodas de Samba e dá outras providências. Rio de Janeiro, 17 jul. 2017b. Disponível em: http://doweb.rio.rj.gov.br/visualizar_pdf.php?edi_id=3479&page=1&download=ok. Acesso em: 16 dez. 2022. Página retirada do ar posteriormente.

- PROJETO INTELLIMEN. **Manifesto**. [S. d.] Disponível em: <https://sites.universal.org/intellimen/manifesto>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- QUEIROZ, M. Operação apura “QG da propina” na Prefeitura do Rio; presidente da Riotur é alvo de busca. **G1**, 10 mar. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/03/10/policia-e-mp-cumprem-mandados-em-inquerito-que-investiga-propinas-na-prefeitura-do-rio.ghml>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- RANQUETAT JÚNIOR, C. A. **Laicidade à brasileira**: um estudo sobre a controvérsia em torno da presença de símbolos religiosos em espaços públicos. 2012. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- REDE CARIOCA DE RODAS DE SAMBA. A cidade pegando fogo e a polícia chega na praça com fuzil para impedir manifestação cultural... [post]. **Facebook**, 20 out. 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/rs.vemprroda/posts/1999150666966778>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- REDE INTERNACIONAL. Crivella corta subsídio e casa do Jongo da Serrinha é fechada. **Esquerda Diário**, 3 jan. 2018. Disponível em: <https://esquerdadiario.com.br/Crivella-corta-subsidio-e-casa-do-Jongo-da-Serrinha-e-fechada>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- _____. Peça “O Evangelho segundo Jesus, rainha do Céu” censurada em Garanhuns. **Esquerda Diário**. 1º jul. 2018. Cultura. Disponível em: <http://www.esquerdadiario.com.br/Peca-O-evangelho-segundo-Jesus-Rainha-do-ceu-censurada-em-Garanhuns>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- REIS, L.; CUNHA, M.; ABREU, G. “Mamadeira de piroca” versão 2020. **piauí**, 1º dez. 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/mamadeira-de-piroca-versao-2020>. Acesso em: 7 jul. 2021.
- REIS, L. F. Casa do Jongo pode fechar as portas em janeiro. **O Globo**, 8 dez. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/casa-do-jongo-pode-fechar-as-portas-em-janeiro-22167270>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- REZENDE, G. Crivella e a Igreja Universal: inserção no espaço público, estratégias e política eleitoral. **Sociologias Plurais**, v. 5, n. 1, p. 97-124, jul. 2019.
- RIO DE JANEIRO. **Decreto nº 43.219, de 26 de maio de 2017**. Institui o sistema “Rio Ainda Mais Fácil Eventos – RIAMFE”, simplifica os procedimentos relativos à autorização e à realização de eventos e produções de conteúdo audiovisual em áreas públicas e particulares no Município do Rio de Janeiro, e dá outras providências. D.O.M., Rio de Janeiro, 29 maio 2017. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=344067#:~:text=Institui%20o%20Sistema%20%22Rio%20Ainda,Janeiro%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias>. Acesso em: 20 jan. 2023.
- R. FILHO, W. Crivella deseja cassino no Rio, mas bancada evangélica é contra: “Destrói famílias”. **Gospel**, 4 out. 2019. Disponível em:

<https://noticias.gospelmais.com.br/crivella-cassino-rio-janeiro-bancada-evangelica-122856.html>. Acesso em: 16 dez. 2022.

RIVERA, D. O demônio e o protestantismo no mundo em desencantamento. **Estudos de Religião**, ano 21, n. 33, p. 42-58, jul.-dez. 2007.

RODRIGUES, M. Crivella diz que não sabe se vai ao Sambódromo no carnaval: “São tantas obrigações”. **G1**. Carnaval 2018 no Rio de Janeiro. 6 jan. 2018a. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/carnaval/2018/noticia/crivella-diz-que-nao-sabe-se-vai-ao-sambodromo-no-carnaval-sao-tantas-obrigacoes.ghtml>. Acesso em: 16 dez. 2022.

RODRIGUES, R. Envolvido em polêmicas em torno da folia, Crivella é alvo de críticas nos sambas dos blocos de carnaval. **O Globo**, 31 jan. 2018b. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/envolvido-em-polemicas-em-torno-da-folia-crivella-alvo-de-criticas-nos-sambas-dos-blocos-de-carnaval-22347754>. Acesso em: 16 dez. 2022.

ROMÃO, M. Povo de Santo entra com mandado de segurança coletivo contra decreto de Crivella. **Mamaterra**, 11 jul. 2017. Disponível em: <https://mamapress.wordpress.com/2017/07/11/povo-de-santo-entra-com-mandato-de-seguranca-coletivo-contra-decreto-de-crivella/>. Acesso em: 16 dez. 2022.

SABÓIA, G. Crivella é o 1º prefeito do Rio a manter distância do Carnaval. **UOL**, Carnauol, 21 fev. 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/carnaval/2020/noticias/redacao/2020/02/21/crivella-e-1-prefeito-a-manter-distancia-do-carnaval-do-rio.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 16 dez. 2022.

SALLES, S. RJ teve mais de 1,3 mil crimes que podem estar ligados à intolerância religiosa. **CNN Brasil**, 2 jan. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/rj-teve-mais-de-1-3-mil-crimes-que-podem-estar-ligados-a-intolerancia-religiosa/>. Acesso em: 16 dez. 2022.

SAMPAIO, J. Após afirmar que não financiaria Carnaval, Crivella faz repasse de R\$ 3 mi. **Veja**, 14 jan. 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/apos-afirmar-que-nao-financiaria-carnaval-crivella-faz-repasse-de-3-mi/>. Acesso em: 16 dez. 2022.

SANT’ANA, R. A música gospel e os usos da “arma da cultura”. Reflexões sobre as implicações de uma emenda. **Intratextos**, v. 5, n. 1, p. 23-41, 2013.

_____. **A nação cujo deus é o Senhor**: a imaginação de uma coletividade “evangélica” a partir da Marcha para Jesus. 2017. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2017.

SANTOS, J. V. Crentes ou não, políticos conservadores se apropriam da religião para avançar: entrevista especial com Ana Carolina Evangelista. **IHU On-line**, Instituto Humanitas Unisinos, São Leopoldo, 4 dez. 2020. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/605266-crentes-ou-nao-politicos-conservadores-se-apropriam-da-religiao-para-avancar-entrevista-especial-com-ana-carolina->

evangelista?fbclid=IwAR0KePSUfMqk0AeiQxUy7SqYusfFenkpkDxah5E93EycGj_G4Fk_pew9hUk. Acesso em: 16 dez. 2022.

- SANTOS JÚNIOR, J. E. dos; MONTEIRO, L. M. A judicialização da intolerância religiosa: um estudo do caso “Edir Macedo”. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 4, 2021, p. 2518-2541.
- SARTORI, C. Crivella tinha “subserviência assustadora” a Rafael Alves, diz decisão; veja quem é quem na operação. **Estadão**. Política. 23 dez. 2020. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,crivella-tinha-subserviencia-assustadora-rafael-alves-diz-juiza,70003560253>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- SCHELIGA, E. L. **Educando sentidos, orientando uma práxis**: etnografia das práticas assistenciais de evangélicos brasileiros. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- SEARA, B. Em desvantagem com evangélicos, Eduardo Paes recebe apoio da Igreja Mundial do Poder de Deus. **Extra**, 26 nov. 2020. Disponível em: https://extra.globo.com/noticias/extra-extra/em-desvantagem-com-evangelicos-eduardo-paes-recebe-apoio-da-igreja-mundial-do-poder-de-deus-24766650.html?utm_source=Facebook&utm_medium=Social&utm_campaign=Berenice&fbclid=IwAR2IiYyv9MMZGA6VOTHIVeiySrHHksYTbG15guRv7jFEvfP6_ce3Eugb7OQ. Acesso em: 16 dez. 2022.
- SEDANO, E. A. F. Bezerra da Silva: entre a umbanda e o pentecostalismo. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 29. **Contra os preconceitos**: história e democracia. São Paulo: ANPUH, 2017.
- SENADO FEDERAL. Projeto Fazenda Nova Canaã foi baseado nos kibutzin israelenses. **Senado Notícias**, 5 ago. 2005. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2005/08/05/projeto-fazenda-nova-canaa-foi-baseado-nos-kibutzin-israelenses>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- _____. Crivella defende redução da idade mínima necessária para a esterilização voluntária. **Senado Notícias**, 4 dez. 2006. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2006/12/04/crivella-defende-reducao-da-idade-minima-necessaria-para-a-esterilizacao-voluntaria>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- SILVA, A. O. da. Religião e política: memória e história da renovação carismática católica em Maringá (PR). **Espaço Acadêmico**, n. 81, 2008.
- SILVEIRA, D. *et al.* Prefeito Marcelo Crivella é preso no Rio suspeito de corrupção. **G1**, Rio de Janeiro, 22 dez. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/12/22/prefeito-marcelo-crivella-e-presno-em-operacao-da-policia-e-do-mp-rj.ghtml>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- SOARES, L. E. A guerra dos pentecostais contra o afro-brasileiro: dimensões democráticas do conflito religioso no Brasil. **Comunicações do Iser**, n. 44, p. 43-50, 1990.

- TEIXEIRA, J. M. **Da controvérsia às práticas: conjugalidade, corpo e prosperidade como razões pedagógicas na Igreja Universal**. 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2012.
- _____. **Mídia e performances de gênero na Igreja Universal: o desafio Godllywood. *Religião e Sociedade***, Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, p. 232-256, 2014.
- _____. **A hermenêutica dos corpos: notas sobre o pastorado das mulheres na Igreja Universal. In: MONTERO, P. (org.). *Religiões e controvérsias públicas: experiências, práticas sociais e discursos***. São Paulo: Terceiro Nome, 2015. p. 207-229.
- _____. **A mulher universal: corpo, gênero e pedagogia da prosperidade**. Rio de Janeiro: Mar de Ideias, 2016.
- TERRA. Eleições 2004. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/eleicoes2004/interna/0,,OI390123-EI4043,00.html>. Acesso em: 16 dez. 2022. Página retirada do ar posteriormente.
- TESI, R. Uber evita multa da prefeitura do Rio por desistência de patrocínio do Carnaval. **UOL**, 15 mar. 2019. Disponível em: <https://setor1.band.uol.com.br/uber-escapa-de-multa-da-prefeitura-do-rio-por-desistencia-de-patrocínio-do-carnaval/>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- UNIVERSAL. Por que devemos nos desligar do Carnaval. [S. d.] Disponível em: <https://www.universal.org/noticias/por-que-devemos-nos-desligar-do-carnaval>. Acesso em: 16 dez. 2022. Página retirada do ar posteriormente.
- _____. O que acontece quando se lê o livro “Orixás, Caboclos e Guias”. 5 ago. 2019a. Disponível em: <https://www.universal.org/noticias/post/o-que-acontece-quando-se-le-o-livro-orixas-caboclos-e-guias/>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- _____. Crivella exige proteção às crianças em Bienal. 6 set. 2019b. Disponível em: <https://www.universal.org/noticias/post/crivella-exige-protecao-as-criancas-em-bienal/>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- _____. O que está por trás dos doces de Cosme e Damião. 26 set. 2020. Disponível em: <https://www.universal.org/noticias/post/o-que-esta-por-tras-dos-doces-de-cosme-e-damiao/>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- _____. **Godllywood**. [S. d.] Disponível em: <http://www.godllywood.com/br/saiba-como-participar-do-godllywood/>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- UNIVERSAL 40 ANOS. Fazenda Canaã: conheça a história desse importante projeto, no sertão baiano. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://sites.universal.org/universal40anos/artigo/22-fazenda-canaa-conheca-a-historia-desse-importante-projeto-no-sertao-baiano>. Acesso em: 16 dez. 2022.

- UOL. Eleições Estaduais – Rio de Janeiro. UOL Eleições 2022. 2022. Disponível em: https://www.uol.com.br/eleicoes/2002/resultados/rj_resultado.jhtm. Acesso em: 16 dez. 2022. Página retirada do ar posteriormente.
- UOL NOTÍCIAS. O que a Universal quer com os gladiadores do altar? Especialistas explicam. 11 mar. 2015. Disponível em: <http://mais.uol.com.br/view/1575mnadmj5c/o-que-a-universal-quer-com-os-gladiadores-do-altar-especialistas-explicam-04020C183464C0A15326?types=V&>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- VAKINHA. **Desfile do Bloco Nem Muda Nem Sai de Cima 2019**. 2019. Disponível em: <https://www.vakinha.com.br/vakinha/desfile-do-bloco-nem-muda-nem-sai-de-cima-2019>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- VASCONELLOS, F.; TABAK, F. TCE investiga contrato de ONG fundada por Crivella. **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 jun. 2008. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/416692>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- VEJA RIO. Igreja Universal usa escolas públicas para realizar eventos. 7 nov. 2017. Disponível em: <https://vejario.abril.com.br/cidade/igreja-universal-usa-escolas-publicas-para-realizar-eventos/>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- VETTORAZZO, L. Propaganda de campanha, projeto de igreja na BA teve exageros de Crivella. **Folha de S.Paulo**, 1º jan. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/01/1846067-propaganda-de-campanha-projeto-de-igreja-na-ba-teve-exageros-de-crivella.shtml#:~:text=%22Quando%20estive%20na%20%20C3%81frica%20%20andei,eu%20vi%20uma%20mis%20A9ria%20pior.%22>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- WALL, K.; ABOIM, S.; CUNHA, V. (coord.). **A vida familiar no masculino: negociando velhas e novas masculinidades**. Lisboa: Editorial do Ministério da Educação, 2010. p. 225-261.
- WARNER, M.; VAN ANTWERPEN, J.; CALHOUN, C. (eds.). **Varieties of secularism in a secular age**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2010.
- WEBER, M. A objetividade do conhecimento nas ciências sociais. In: COHN, G. (org.). FERNANDES, F. (coord.). **Weber: sociologia**. São Paulo: Ática, 1999. p. 79-127. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 13.)
- _____. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2013.
- WERNECK, A. PF: compra da Record pode ter sido irregular. **O Globo**, 31 maio 2012. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/pf-compra-da-record-pode-ter-sido-irregular-5088966>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- _____; MAGALHÃES, L. E. Após polêmica, Riotur desiste de realizar desfiles na Arena dos Blocos durante o carnaval. **O Globo**, 23 jan. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/apos-polemica-riotur-desiste-de-realizar-desfiles-na-arena-dos-blocos-durante-carnaval-22319167>. Acesso em: 16 dez. 2022.

ZUKIN, S. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. *In*: ARANTES, A. (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000.